

**A IMPORTÂNCIA E O IMPACTO DAS REMESSAS
DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL
NO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE**

**ANDRÉ CORSINO TOLENTINO
CARLOS MANUEL ROCHA
NANCY CURADO TOLENTINO**

ABRIL 2008

TOLENTINO, André Corsino, e outros

Estudo da importância e do impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde / André Corsino Tolentino, Carlos Manuel Rocha, Nancy Curado Tolentino. - (Estudos OI; 27)

ISBN 978-989-8000-47-7

I - ROCHA, Carlos Manuel

II - TOLENTINO, Nancy Curado

CDU 314

330

338

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

www.oi.acidi.gov.pt

COORDENADOR DA COLEÇÃO

PROF. ROBERTO CARNEIRO

rc@cepcp.ucp.pt

AUTORES

ANDRÉ CORSINO TOLENTINO

CARLOS MANUEL ROCHA

NANCY CURADO TOLENTINO

EDIÇÃO

**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)**

R. ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (+351) 218106100 FAX: (+351) 218106117

E-mail: acidi@acidi.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

GRÁFICA DE COIMBRA

PRIMEIRA EDIÇÃO

1500 EXEMPLARES

ISBN

978-989-8000-47-7

DEPÓSITO LEGAL

27522/08

LISBOA, ABRIL 2008

Errata

Página 129:

Onde se lê "Os EUA detêm a maior comunidade imigrada (...)" deve ler-se "Os EUA detêm a maior comunidade emigrada (...)".

Página 135, segundo parágrafo:

Onde se lê "Em 2006 (...) e o IDE (18%)." deve ler-se "Em 2006 (...) e o IDE (10,8%)".

ÍNDICE GERAL

LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	11
NOTA DE ABERTURA/ROSÁRIO FARMHOUSE, Alta Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural	15
NOTA DE ABERTURA/ISABEL MOTA, Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian	17
NOTA DO COORDENADOR	19
INTRODUÇÃO GERAL	23
1. CONTEXTO, ANTECEDENTES E OBJECTIVOS DO ESTUDO	23
1.1 Contexto	23
1.2 Antecedentes	25
1.3 Objectivos do estudo	27
2. DEFINIÇÃO, DIMENSÃO E IMPORTÂNCIA DAS REMESSAS	28
2.1 Definição de remessas	28
2.2 Dimensão e importância das remessas	29
2.3 Remessas para os países menos avançados	30
2.4 Desafios e oportunidades dos PMA, Países Encravados e Pequenos Estados Insulares	34
3. METODOLOGIA E TERMOS TÉCNICOS FREQUENTEMENTE UTILIZADOS	35
3.1 Metodologia	35
3.2 Termos técnicos frequentemente utilizados	37
CAP. 1. POLÍTICAS, PRÁTICAS E IMPACTO DAS REMESSAS NOS PMA	45
1. INTRODUÇÃO	45
1.1 Definição de remessas e objecto da investigação	45
1.2 Dimensão e importância das remessas para os PMA	46
1.3 Falar dos migrantes antes das remessas	51
2. PROBLEMAS COMUNS, TENDÊNCIAS E CANAIS MAIS UTILIZADOS	52
2.1 Os números oficiais pecam geralmente por defeito	52
2.2 Tendências no registo e tratamento da informação	53
2.3 Canais mais utilizados para as remessas	53

3. UTILIZAÇÃO DAS REMESSAS	54
3.1 As relações entre remessas e desenvolvimento são controversas	54
3.2 Os diversos padrões de utilização de remessas	56
3.3 O processo de transferência de remessas	57
4. IMPACTO DAS REMESSAS NO DESENVOLVIMENTO	58
4.1 As migrações e as remessas continuam a crescer	58
4.2 As remessas reduzem a pobreza	59
4.3 As implicações negativas das remessas	59
5. POLÍTICAS E PRÁTICAS	59
5.1 Remessas obrigatórias	60
5.2 Produtos financeiros para atrair remessas	60
5.3 Conselho e orientação antes da emigração	61
5.4 Simplificação de procedimentos e expansão da rede financeira	61
5.5 Acesso aos imigrantes em situação irregular	61
5.6 Políticas macroeconómicas sãs e instituições transparentes	61
6. SÍNTESE	62
6.1 A regulação da globalização inclui as migrações	62
6.2 Os que partem empurrados pela instabilidade	63
6.3 PMA registam altas taxas de emigração	63
6.4 As mudanças de perspectivas nas últimas três décadas	63
CAP. 2. UTILIZAÇÃO DAS REMESSAS E O SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO	65
1. INTRODUÇÃO	65
1.1 Perguntas paradoxais e respostas ambivalentes	65
1.2 Evidências empíricas corroboram definições teóricas	66
1.3 Particularidades nos PMA da Ásia e Pacífico	67
1.4 A situação dos PMA africanos é a mais difícil	68
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ALCANCE DAS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE REMESSAS	69
2.1 Entre 2001 e 2006 as remessas aumentaram mais de 100 por cento	69
2.2 Motivação dos remetentes	71
2.3 Ciclos e tendências	73
2.4 Quando não há renovação de estoque as remessas baixam	74

3. INFORMAÇÃO PARA O PERFIL IDEAL DE UM PAÍS DESTINATÁRIO DE REMESSAS	75
3.1 Um quadro de referência para o caso Portugal – Cabo Verde	75
4. INFORMAÇÃO FUNDAMENTAL PARA UM PERFIL IDEAL	82
5. RECOLHA DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL PARA O PERFIL REAL	83
6. PERFIL DE CABO VERDE COMO DESTINATÁRIO DE REMESSAS	92
6.1 Órgãos de Governo responsáveis pela emigração e remessas	92
6.2 Dados sobre as transferências de fundos	93
6.3 Políticas macroeconómicas para estimular o investimento	95
6.4 Impostos sobre fundos transferidos	95
6.5 Taxas de câmbio	95
6.6 Acesso aos depósitos em divisas	95
6.7 Posse de contas exportáveis	95
6.8 Circuitos formais utilizados	96
6.9 Circuitos informais utilizados	96
6.10 Serviços de distribuição dos fundos transferidos	97
6.11 Serviços de apoio aos emigrantes	97
6.12 Acordos de cooperação com países de destino	97
7. UTILIZAÇÃO DAS REMESSAS	97
8. IMPACTO DAS REMESSAS NO DESENVOLVIMENTO	98
8.1 Efeito no nível de vida e bem-estar das famílias	99
8.2 Efeito indirecto no sector produtivo	99
8.3 Efeito multiplicador	100
8.4 Efeitos directos no investimento produtivo	101
8.5 Efeitos macroeconómicos	102
8.6 Efeitos na redistribuição da riqueza e redução da desigualdade	103
9. SÍNTESE	103
CAP. 3. AS REMESSAS DOS IMIGRANTES CABO-VERDIANOS	107
1. CABO VERDE: PAÍS DE ORIGEM	107
1.1 De País Menos Avançado a País de Desenvolvimento Médio	107
1.2 O Estado depende do capital internacional	108
1.3 Remessas e ajuda pública sustentaram a construção do Estado	109

1.4 <i>Boom</i> de investimento directo do estrangeiro a partir de 2004	111
2. FASES DA IMIGRAÇÃO RECENTE EM PORTUGAL	113
2.1 Quatro fases da imigração recente	113
2.2 As dez maiores comunidades estrangeiras em Portugal	115
3. MIGRAÇÕES CABO-VERDIANAS NO TEMPO E NO MUNDO	116
4. OS IMIGRANTES EM PORTUGAL E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE	122
5. UMA ANÁLISE COMPARADA DOS FLUXOS FINANCEIROS EXTERNOS	123
5.1 Introdução	123
5.2 Evolução dos principais fluxos	124
5.3 Transferências oficiais	125
5.4 Remessas	126
5.5 Investimento directo do estrangeiro	131
6. PORTUGAL, A IMIGRAÇÃO E AS REMESSAS	132
6.1 A importância relativa das remessas de Portugal	132
6.2 Síntese das conclusões do número cinco	135
6.3 O perfil de Cabo Verde como país de migrações e remessas	136
6.4 O défice de informação e o inquérito	138
6.5 O inquérito em Portugal	140
7. RESULTADOS DO INQUÉRITO EM PORTUGAL	143
7.1 Perfil do imigrante cabo-verdiano	144
7.2 Aspectos da imigração cabo-verdiana	147
7.3 Remessas de imigrantes cabo-verdianos	149
7.4 Poupança e investimento	152
8. BOAS PRÁTICAS PORTUGUESAS	155
9. O INQUÉRITO EM CABO VERDE	156
10. RESULTADOS DO INQUÉRITO EM CABO VERDE	159
10.1 Perfil do receptor / beneficiário cabo-verdiano	159
10.2 Aspectos da emigração	161
10.3 Há quanto tempo recebe remessas?	161
10.4 Utilização das remessas	163
11. BOAS PRÁTICAS CABO-VERDIANAS	170
12. COMPARANDO OS RESULTADOS DO INQUÉRITO EM PORTUGAL E CABO VERDE	176

13. OS RESULTADOS DO INQUÉRITO CONFRONTADOS COM AS ASSUNÇÕES TEÓRICAS E INSTITUCIONAIS	178
14. INFORMAÇÃO NECESSÁRIA, INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E DÉFICE DE INFORMAÇÃO	179
14.1 Informação necessária	179
14.2 Informação disponível	180
14.3 Défice de informação	180
14.4 O que o inquérito permitiu apurar	181
15. PERGUNTAS SEM RESPOSTA	186
16. PARA MELHORAR A ACÇÃO NO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES E REMESSAS	187
16.1 Portugal	187
16.2 Cabo Verde	188
17. SÍNTESE	189
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
ANEXOS	203
ANEXO I: QUESTIONÁRIO APLICADO AO IMIGRANTE CABO-VERDIANO EM PORTUGAL	205
ANEXO II: QUESTIONÁRIO APLICADO AO BENEFICIÁRIO DE REMESSAS EM CABO VERDE	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Duzentos milhões (M) de migrantes por região, % da população, origem e destino	23
Quadro 2 – As dez maiores taxas de emigração qualificada em 2000	31
Quadro 3 – Os dez maiores destinos de remessas como percentagem do PIB	32
Quadro 4 – As remessas e o perfil dos 50 PMA em 2005	33
Quadro 5 – Termos técnicos frequentemente utilizados	37
Quadro 6 – Estimativa de remessas para os PMA em milhões de dólares (2005)	47
Quadro 7 – Entradas e saídas de remessas entre 1995-2006	49
Quadro 8 – Potenciais custos e benefícios das remessas	50
Quadro 9 – Canais de remessas predominantes em alguns países	55
Quadro 10 – Remessas internacionais globais em 2006 (milhar de milhões de dólares)	69
Quadro 11 – Informação 1-20	76
Quadro 12 – Informação disponível	77
Quadro 13 – Fluxo de remessas totais em 2005 e em relação ao PIB (milhões de dólares)	78
Quadro 14 – Origens das remessas para Cabo Verde em 2006 (ordem decrescente)	78
Quadro 15 – Circuitos de remessas para os PMA	79
Quadro 16 – Qualidade dos serviços de transferência de fundos para as comunidades remotas	79
Quadro 17 – Incentivos existentes em Cabo Verde	80
Quadro 18 – Depósito de remessas	80
Quadro 19 – Medidas visando a regulamentação do trabalho e apoio aos imigrantes	81
Quadro 20 – Organismos incumbidos das migrações e transferência de remessas	81
Quadro 21 – Políticas e práticas de incentivo à diáspora cabo-verdiana	81
Quadro 22 – Informação 1 – 20 (preenchido)	83
Quadro 23 – Informação disponível (preenchido)	84
Quadro 24 – Fluxo de remessas totais em 2005 e em relação ao PIB (preenchido)	85
Quadro 25 – Origens das remessas para Cabo Verde em 2006 (preenchido)	85
Quadro 26 – Circuitos de remessas para 6 PMA (preenchido)	87
Quadro 27 – Qualidade dos serviços de transferência de fundos para as comunidades remotas (preenchido)	87
Quadro 28 – Incentivos existentes em Cabo Verde (preenchido)	88

Quadro 29 - Depósito de remessas (preenchido)	89
Quadro 30 - Medidas de regulamentação do trabalho e apoio ao imigrante cabo-verdiano (preenchido)	89
Quadro 31 - Organismos incumbidos das migrações e transferência de remessas (preenchido)	90
Quadro 32 - Políticas de incentivo à diáspora cabo-verdiana (preenchido)	90
Quadro 33 - Fluxo de transferências (milhões de ECV) e proporção do PIB	93
Quadro 34 - Principais aplicações das remessas	94
Quadro 35 - Principais políticas macroeconómicas para estimular o investimento	95
Quadro 36 - Canais oficiais	96
Quadro 37 - Canais informais	96
Quadro 38 - Imigrante em situação regular por região de origem (2004)	115
Quadro 39 - As dez maiores comunidades estrangeiras em Portugal (Situação regular em 2004)	116
Quadro 40 - Emigrantes cabo-verdianos por ilha de origem e país de acolhimento	118
Quadro 41 - Os vinte principais núcleos de cabo-verdianos em Portugal	121
Quadro 42 - Remessas de emigrantes cabo-verdianos por origem em milhões de ECV (2004-2006)	122
Quadro 43 - Estatísticas das transferências	126
Quadro 44 - Estatísticas das remessas	128
Quadro 45 - Posição de Portugal entre as cinco grandes origens de remessas 1990-2006	133
Quadro 46 - Balança de Pagamentos Normalizada (milhões de CVE)	135
Quadro 47 - O contributo dos imigrantes em onze países para as remessas totais em 2006	136
Quadro 48 - Um retrato das migrações e remessas de Cabo Verde	137
Quadro 49 - Os cinco maiores problemas para 14,3% da amostra	154
Quadro 50 - Comissões praticadas pela Western Union em Cabo Verde	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Remessas e fluxos de capital para os países em desenvolvimento	30
Figura 2 - Os três passos típicos de uma transferência de remessas	57
Figura 3 - Evolução das remessas para os países em desenvolvimento 2000-2006	73
Figura 4 - Cabo Verde: APD em valor absoluto e como percentagem (%) do PIB (1990-2000)	110
Figura 5 - Evolução das Remessas em USD e como % do PIB (1981-2006)	110
Figura 6 - Evolução das remessas e das receitas do turismo em 1999-2006	112
Figura 7 - Todos os fluxos financeiros externos entre 1999 e 2006 em milhões de ECV	113
Figura 8 - Os dez principais destinos da emigração cabo-verdiana em 2000	119
Figura 9 - Peso dos fluxos externos em % do PIB entre 1999 e 2006	124
Figura 10 - Transferências oficiais entre 1991 e 2005	125
Figura 11 - Remessas em milhões de ECV 1990-2006	127
Figura 12 - Distribuição regional das remessas	129
Figura 13 - Peso das remessas por país	130
Figura 14 - Percentagem dos depósitos de emigrantes nos passivos quase monetários	130
Figura 15 - IDE em percentagem do PIB	132
Figura 16 - Evolução das remessas totais para Cabo Verde 1990-2006	134
Figura 17 - As remessas em percentagem do total segundo a origem em 2006	134
Figura 18 - Sexo e tempo de envio de remessas	144
Figura 19 - Ilha de origem por local de residência	146
Figura 20 - Tempo de estadia por intenção de regresso	148
Figura 21 - Remessas por motivo da imigração	150
Figura 22 - Remessas sociais por profissão	151
Figura 23 - Tempo por custos das transferências de remessas	153
Figura 24 - Idade dos beneficiários	159
Figura 25 - Profissão dos beneficiários	160
Figura 26 - Aspiração de juntar-se à família em Portugal	161
Figura 27 - Tempo de recebimento de remessas	162
Figura 28 - Canais utilizados	163
Figura 29 - Destino das remessas	164

Figura 30 - Beneficiários das remessas	165
Figura 31 - Importância das remessas	165
Figura 32 - Tipos de investimento	166
Figura 33 - Conhecimento de custos de envio/recepção	167
Figura 34 - Idade e aspiração de juntar-se à família	168
Figura 35 - Remessas via viajantes e tempo de recebimento	169
Figura 36 - Apoio à Família e tipo de investimento	169

Colaboradores nos inquéritos realizados em Portugal e Cabo Verde

PORTUGAL

Arlinda Cabral;
Arsénio Monteiro;
Avelino Leal;
Cristina Morais;
Diogo Moeda;
Domingos Lopes;
Eurídice Monteiro;
Graciano Rocha;
Joaquim Fernandes;
Joaquim Tavares;
José Aires;
Madalena Semedo;
Oswaldo Rodrigues;
Pedro Fontes;
Rolando Borges;
Rui Machado;
Sheila Mendes;
Silvino Évora;
Walter Neves

CABO VERDE

Carmen Varela;
Elizângela Moniz

NOTA DE ABERTURA DA ALTA COMISSÁRIA

A comunidade cabo-verdiana é uma das mais antigas e numericamente mais representativas em Portugal. A importância de aprofundar o estudo acerca do impacto das remessas dos imigrantes (que residem em Portugal) nos seus países de origem é fundamental. Em boa hora o ACIDI, através do seu Observatório de Imigração, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, decidiram promover o estudo acerca da *Importância e do Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*.

Respondendo a este desafio, uma equipa coordenada pelo Professor Doutor André Corsino Tolentino, dedicou-se a aprofundar o conhecimento das remessas de imigrantes Cabo-verdianos, através da avaliação da sua dimensão, das motivações e mecanismos de envio de remessas por imigrantes, e o seu papel no desenvolvimento de Cabo Verde.

Pela primeira vez na colecção de estudos do Observatório de Imigração, este livro apresenta e confronta resultados de investigação empírica desenvolvida em Portugal e num país de origem de imigração – Cabo Verde. Dessa análise resultam importantes recomendações para melhorar a acção de Portugal e Cabo Verde no domínio das migrações, das remessas e do desenvolvimento.

ROSÁRIO FARMHOUSE

ALTA COMISSÁRIA PARA A IMIGRAÇÃO E O DIÁLOGO INTERCULTURAL

NOTA DE ABERTURA

Atenta às tendências e aos desafios que se lhe vão colocando numa sociedade em constante evolução, a Fundação Calouste Gulbenkian orienta a sua actividade com o desígnio primordial da defesa dos valores fundamentais da dignidade humana. Assim, questões como a promoção do desenvolvimento humano e da coesão social são áreas para as quais está especialmente vocacionada.

No domínio social, a imigração e a ajuda ao desenvolvimento, temas reconhecidamente indissociáveis, têm vindo a ocupar um papel cada vez mais importante nas agendas mundiais e também na da Fundação.

A escolha do acolhimento e integração das comunidades imigrantes, e da relação destas com o desenvolvimento dos países de origem, como uma das prioridades de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian no domínio social, tem por base a preocupação de contribuir para encontrar respostas e ensaiar soluções para estes desafios, avançando recomendações que suportem quer as políticas públicas quer a acção da sociedade civil e que incentivem o exercício da cidadania responsável.

Neste contexto, foi com grande interesse que a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu co-financiar o *Estudo da Importância das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, coordenado pelo Prof. Doutor André Corsino Tolentino, agora publicado na colecção de estudos do Observatório da Imigração do Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Esta importante investigação veio confirmar pré-noções do senso comum relativamente à importância e impacto para o desenvolvimento do país de origem das remessas dos imigrantes cabo-verdianos presentes em Portugal.

À semelhança do que se passou com Portugal nas décadas de 60 e 70, hoje as remessas dos emigrantes cabo-verdianos são, segundo os autores, “os mais previsíveis e estáveis

de todos os fluxos de financiamento externo da economia cabo-verdiana”, representando mesmo o dobro dos valores da ajuda pública ao desenvolvimento.

Combinando ferramentas metodológicas diversas, os autores procuram aprofundar cientificamente questões essenciais como: a real dimensão do número de imigrantes cabo-verdianos em Portugal; a canalização das remessas dos emigrantes no país de origem, destacando a “deslocação de fracções cada vez mais significativas do consumo para a poupança e o investimento”; ou a opinião dos remetentes, crentes de que “podem contribuir com conhecimento, atitudes e técnicas para melhorar a vida política, económica e social” de Cabo Verde.

Creio que a qualidade deste trabalho vem de encontro aos propósitos que orientam a actuação da Fundação Gulbenkian sendo ainda de louvar a compilação de recomendações, de entre as quais destaco a importância de se fomentar a “concentração de medidas estimuladoras de associação das remessas a projectos e programas de desenvolvimento local e nacional.”

É mais um contributo que o Prof. Doutor André Corsino Tolentino presta à causa do desenvolvimento de Cabo Verde, agora em estreita colaboração com o Observatório da Imigração do Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

ISABEL MOTA

ADMINISTRADORA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

NOTA DO COORDENADOR

As remessas de emigrantes para o seu país de origem têm vindo a registar crescimentos muito significativos no decurso dos últimos anos.

Segundo estimativas oficiais do Banco Mundial o volume total de remessas ultrapassa já o limiar dos 200 mil milhões de dólares anuais. Todavia, é também reconhecido que este cálculo é largamente ultrapassado pela realidade, estimando-se que as remessas não documentadas acrescentem pelo menos 50 % ao valor acima referido.

As remessas são, assim, de longe, a maior fonte de financiamento externo do mundo em desenvolvimento, ultrapassando largamente os montantes anuais quer da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, quer do Investimento Directo Estrangeiro. O seu impacto sobre a atenuação da pobreza e promoção do crescimento é amplamente reconhecido. Estudos actuais demonstram que um aumento de 10% no total das remessas *per capita* tem como consequência uma redução média de 3,5% na proporção de população pobre.

A terça parte do total das remessas para países em desenvolvimento tem origem noutros países em desenvolvimento. Este facto realça a importância do estudo dos “corredores” Sul-Sul e da necessidade de reduzir os custos associados ao processamento de remessas.

Por este conjunto alargado de razões, o Observatório da Imigração e o ACIDI não podiam eximir-se a investir na melhor compreensão do fenómeno, tendo por pano de fundo as comunidades mais representativas e o estudo dos impactos que as remessas respectivas têm sobre as sociedades e economias dos países de origem.

Em vista da grande complexidade da temática resolveu-se promover um primeiro estudo tendo por objecto a vasta comunidade cabo-verdiana em Portugal.

Cálculos feitos a partir do inquérito incluído nesta investigação apontam para 90 000 imigrantes cabo-verdianos em Portugal. Por outro lado, todas as estimativas mais recentes

situam a emigração cabo-verdiana entre 50% e 75% da população total, ou seja entre 500 000 e 800 000 pessoas. O certo é que Cabo Verde tem a quarta ou quinta taxa de emigração mais alta do mundo.

A segunda comunidade cabo-verdiana mais numerosa no estrangeiro, depois dos Estados Unidos da América, vive em Portugal. É a segunda em dimensão, mas a primeira em proximidade, taxa de renovação e envio de remessas.

Foi, assim, perfeitamente natural a escolha da comunidade cabo-verdiana para a realização de um primeiro ensaio metodológico de análise das remessas de imigrantes a partir de Portugal.

Os principais objectivos deste estudo foram: (i) a avaliação da dimensão e natureza das remessas dos imigrantes de Cabo Verde em Portugal; (ii) a análise das motivações e dos mecanismos das remessas financeiras e em produtos; (iii) o cálculo do impacto das remessas no desenvolvimento.

Especial atenção é dada às opções, aos incentivos e às ferramentas que os governos de ambos os países põem à disposição dos migrantes para reduzir os custos das transferências e aumentar a sua eficácia no financiamento do desenvolvimento.

O estudo, além de original, permitiu decantar um conjunto interessante de recomendações de política pública e de conclusões que são credoras da melhor atenção por parte dos diversos públicos interessados.

A título de amostragem permitimo-nos chamar a atenção para algumas dessas conclusões, a saber:

- Embora lentamente, a utilização das remessas está a evoluir no sentido da deslocação de fracções cada vez mais significativas do consumo para a poupança e o investimento;

- Os sectores privilegiados pelos ainda poucos investidores emigrantes são: construção de casa própria, aquisição de casa e propriedade agrícola, restauração e hotelaria e transportes. A formação de capital humano através do investimento na educação e saúde dos familiares é notável;
- Os imigrantes cabo-verdianos têm consciência de que os custos das transacções são muito altos (81,3% dos inquiridos) e que obstáculos burocráticos ou tarifários, principalmente nas alfândegas e transportes aéreos, constituem barreiras ao aumento das remessas e da sua eficácia como factor de desenvolvimento;
- Existem dados mais ou menos fiáveis e em quantidade suficiente para sustentar a tese de que os emigrantes e as remessas têm desempenhado papel vital nas estratégias de sobrevivência pessoal, afirmação do Estado e financiamento da economia familiar e nacional;
- As remessas apresentam a vantajosa peculiaridade de serem os mais previsíveis e estáveis de todos os fluxos de financiamento externo da economia cabo-verdiana. Além disso, são factores eficazes de transformação social.
- A este propósito, a emigração feminina e o papel preponderante da mulher nas redes de comércio informal internacional parecem desempenhar uma função verdadeiramente aceleradora da mudança social horizontal e ascendente.

Cumpra, pois, a concluir, louvar o pioneiro trabalho de investigação laboriosamente levado a cabo por André Corsino Tolentino, Carlos Manuel Rocha e Nancy Curado Tolentino, equipa que pacientemente formulou a metodologia e metodicamente levou a bom termo o estudo que lhe foi cometido.

O ACIDI e o Observatório da Imigração viram sensivelmente valorizado o seu acervo de conhecimentos científicos numa área onde são ainda escassos os estudos em Portugal e onde importa estender o labor analítico a outras comunidades presentes no nosso país.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO DO ACIDI

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2008

INTRODUÇÃO GERAL

1. CONTEXTO, ANTECEDENTES E OBJECTIVOS DO ESTUDO

1.1 Contexto

No princípio do século XXI, estima-se que 200 milhões de pessoas, o equivalente a 3% da população mundial, vivem mais de um ano fora dos seus países de origem. E contrariamente à percepção generalizada nos países industrializados, só cerca de 40% dos migrantes se movimentam no sentido sul-norte, ou seja, dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Os restantes migram no sentido sul-sul. O quadro 1 mostra onde estão, de onde vêm e qual é a percentagem das populações nativas que representam esses 200 milhões de migrantes.

QUADRO 1: Duzentos milhões (M) de migrantes por região, % da população, origem e destino

ONDE	M	%	Origem	M	Destino	M	% Total
Europa	56,1	7,7	China	35	EUA	35,0	20,0
América Norte	40,8	12,9	Filipinas	7	Alemanha	7,3	4,2
Austrália	5,8	18,7	Afeganistão	4	França	6,3	3,2
Ásia	49,9	1,4	Índia	20	Rússia	13,3	7,6
África	16,3	2,0	México	6	Ucrânia	6,9	3,6
América Latina	5,9	1,1	Bangladesh	4	Índia	6,3	3,2

Fonte: Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais 2005: F C Gulbenkian, Lisboa

Por outro lado, países simultaneamente de origem e acolhimento são um quarto dos países do mundo. Portugal pertence a esta categoria. Sendo tradicionalmente de emigrantes, acolhe entre 450 e 500 mil imigrantes que representam cerca de 10% da população activa e 5% da população total. É também o 16.º destinatário mundial de transferências financeiras de emigrantes.¹ Ao mesmo tempo, saem de Portugal remessas para os países dos imigrantes equivalentes a um quinto das que recebe dos seus emigrantes. Portugal apresenta uma taxa líquida de 3,31 imigrantes por 1000 habitantes. Sendo a taxa líquida de migração a diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes durante um período determinado, geralmente um ano, dividida por 1000, os valores positivos indicam mais entradas do que saídas e, os negativos, o fenómeno inverso. Cabo Verde é um país de emigrantes.

É geralmente aceite a afirmação segundo a qual o número de cabo-verdianos no estrangeiro é maior do que o número de residentes no território nacional. A investigadora Marzia Grassi, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, diz que são 476 000 os residentes nas ilhas e cerca de 500 000 os que vivem no estrangeiro, nomeadamente nos Estados Unidos da América (250 000), Portugal (106 000), Holanda (37 500), Angola (35 000), Senegal (22 500), Espanha, Brasil, Canadá, Itália e Alemanha (50 000).² Para a OCDE, a diáspora representa dois terços da nação cabo-verdiana, mais de 800 mil pessoas em 25 países. Yves Boudet e Hans Falck (2003) falam de 450 000. Em 2006, o Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde estimou o número de residentes no território nacional em 484 904.

Não fugindo à regra da dupla condição de país de emigrantes e imigrantes, embora ainda em pequena escala, Cabo Verde já recebe migrantes principalmente da costa ocidental do continente africano. Numa lista de 219 Estados soberanos e territórios autónomos estu-

dados, apresenta a quarta maior taxa líquida de migração (-11,83/1000 habitantes). É antecedido de Trindade e Tobago (-11,13) e seguido de Granada (-11,90), Micronésia (-21,02) e Samoa Americana (-21,21).

1 Javier Santiso (2006), *The Trees and the Forest: mapping development finance towards developing countries*. OCDE.

2 Marzia Grassi e Iolanda Évora (organizadoras) (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, ICS, Lisboa.

O contexto em que este estudo se realiza é de crescente interesse para o conhecimento científico e para o aperfeiçoamento das polí-

ticas das migrações nos países de origem e destino. As remessas dos emigrantes constituem uma das principais fontes dos fluxos financeiros internacionais e um motor de desenvolvimento. Organizações internacionais tais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Internacional das Migrações (OIM) dão cada vez mais atenção ao assunto. No plano técnico, procuram adequar a terminologia e aperfeiçoar os métodos de recolha de informação e, no plano político, a preocupação maior é facilitar as transferências e aumentar o seu impacto nos países em desenvolvimento. Entre estes, os países menos desenvolvidos têm sido objecto de atenção especial, através do Grupo de Luxemburgo, criado em 2005 pelo Eurostat, BM, FMI e G-8³ para melhorar as definições e as metodologias de recolha, tratamento e transmissão de informação relativa às remessas.

1.2 Antecedentes

No primeiro estudo realizado pelo Observatório da Imigração e divulgado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), *1 – Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*, Maio de 2003, o Alto Comissário, P.^º António Vaz Pinto, dizia na «Nota de Abertura» que «desde a primeira hora, nos pareceu mais do que conveniente, indispensável um estudo científico sobre a problemática da imigração.» Na «Nota do Coordenador» do Observatório da Imigração na mesma altura, o Eng.^º Roberto Carneiro prosseguiu afirmando que «com este dossiê se inicia, pois, uma série de muitos outros que se lhe sucederão, com o objectivo de divulgar um conhecimento mais rigoroso da realidade migratória entre nós e de fundamentar a política pública neste importante domínio da acção do Estado.»⁴

Entretanto, o Observatório da Imigração realizou e o ACIME (hoje ACIDI) publicou mais de duas dúzias de estudos, entre os quais: *Atitudes e Valores Perante a Imigração; Representações (Imagens) dos Imigrantes e das Minorias Étnicas nos Media; Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa – O papel das popu-*

³ Grupo dos Oito (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia).

⁴ André Corrêa d'Almeida (2003), *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*, ACIME.

lações da nacionalidade estrangeira; Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania; Media, Imigração e Minorias Étnicas e a Interculturalidade na Expansão Portuguesa: séculos XV-XVIII, Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal e a Mediação Socio-cultural.

A par dos estudos e dos seus eventuais impactos positivos na sociedade, nas estruturas incumbidas de lidar com as migrações registaram-se mudanças significativas tanto na forma de encarar o fenómeno como nos métodos de formar e tomar decisões em matérias que dizem respeito aos imigrantes. O ordenamento jurídico evoluiu. Alguns acontecimentos relativos aos anos de 2006 e 2007 mostram uma nova dinâmica impulsionada pela combinação de factores internos e externos, para a qual terão contribuído o elevado número de estudos e actividades conexas, tais como os seminários e as conferências de validação e difusão.

Na verdade, reflectindo notável capacidade de articular reivindicações de natureza económica e social com direitos de natureza política, o Governo português substituiu o ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) pelo ACIDI, I.P. (Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, Instituto Público), aprovou uma nova lei de imigração e adoptou um plano para a integração dos imigrantes. Com propósitos complementares, o Fórum Gulbenkian Imigração, realizado em 2007, contou com o empenhamento do Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural.

Este trabalho sobre as remessas dos cabo-verdianos em Portugal é parte integrante do plano do Observatório da Imigração, que visa analisar factos, contribuir para a mudança de percepções, desenvolver sinergias e aproveitar de forma cada vez mais eficaz e justa as oportunidades, minimizando as ameaças que as migrações criam. Situa-se, por conseguinte, numa longa série de estudos realizados e por realizar num contexto de transformações negociadas. Falando dos antecedentes, parece oportuno e útil sublinhar a visão, o empenhamento e a valorização do factor tempo com que o Alto Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, tenta promover a participação democrática dos migrantes, do país de acolhimento e do país de origem na interpretação dos factos e tomada de decisão em matérias que dizem respeito a uns e a outros.

1.3 Objectivos do estudo

Como foi dito na secção anterior, o presente trabalho sobre as remessas dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal situa-se na linha de continuidade dos estudos anteriores e no contexto internacional de reflexão e mudança de percepção e de políticas públicas relativas às migrações. A gestão dos fluxos migratórios, a integração dos migrantes e o papel das diásporas no desenvolvimento dos países de origem são alguns dos eixos fundamentais da pesquisa e reflexão tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento. Este estudo de caso focaliza-se nas remessas dos imigrantes em Portugal, país de destino, para Cabo Verde, país de origem.

Nos estudos das migrações, existem três grandes pares de factores interdependentes: a gestão e a regulação dos fluxos, o acolhimento e a integração dos migrantes, a diáspora e o desenvolvimento. Aqui, as relações entre estes factores são consideradas na tripla perspectiva dos interesses dos migrantes, dos países de acolhimento e dos países de origem. Sobre este pano de fundo, distinguem-se, por um lado, as transferências financeiras e em produtos e, por outro, as remessas sociais, correspondendo as transferências financeiras e em produtos ao envio de dinheiro e outros bens dos migrantes para os países de origem, e as remessas sociais ao impacto das ideias, valores, atitudes, capital social e competências.

Os principais objectivos deste estudo são: (i) a avaliação da dimensão e natureza das remessas dos imigrantes de Cabo Verde em Portugal; (ii) a análise das motivações e dos mecanismos das remessas financeiras e em produtos; (iii) o cálculo do impacto das remessas no desenvolvimento. Adicionalmente, são considerados os maiores problemas e as melhores práticas com a intenção explícita de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relativas às migrações e às remessas. Especial atenção é dada às opções, aos incentivos e às ferramentas que os governos de ambos os países põem à disposição dos migrantes para reduzir os custos das transferências e aumentar a sua eficácia no financiamento do desenvolvimento. O estudo focaliza também a acção do Governo de Cabo Verde no sentido de facilitar a aplicação das remessas enquanto complemento dos seus próprios esforços, da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e do Investimento Directo do Estrangeiro.

2. DEFINIÇÃO, DIMENSÃO E IMPORTÂNCIA DAS REMESSAS

2.1 Definição de remessas

O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia (CE) costumam aplicar o conceito de remessas a três diferentes tipos de fluxos monetários: (i) as remessas dos trabalhadores migrantes, hoje chamadas remessas pessoais; (ii) as remunerações dos empregados; e (iii) as transferências financeiras e em produtos dos emigrantes. Porém, aos olhos de alguns governos, instituições, peritos e trabalhadores migrantes, o termo *remessa* é incompleto e impreciso por não abranger de forma clara toda a realidade. Para a Organização Internacional das Migrações (OIM), por exemplo, remessa significa toda a transferência monetária que um emigrante faz para o seu país de origem. Por conseguinte, a remessa tem três características fundamentais: é uma transferência monetária, uma operação privada e diz necessariamente respeito ao trabalhador migrante.

Alguns investigadores dão uma definição mais ampla de remessa para incluir todo o tipo de donativos pessoais em dinheiro e em produtos. Quanto ao destino, o valor da remessa pode ser doado, depositado ou investido. A transferência é formal e informal. Certos investigadores sugerem que, na falta de informação verificável, se deve acrescentar pelo menos 50% ao valor das remessas formais. Contudo, mesmo a definição mais ampla de remessa que foi utilizada até aqui, aquela que abrange as transferências monetárias e em produtos, não é suficiente.

5 Peggy Levitt (2001), *The Transnational Villagers*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press citada por Abdoulah Awil Mohamoud e Monica Fréchaut em *Social Remittances of the African Diasporas in Europe. Case Studies: Netherlands and Portugal*, (2006) Centro Norte-Sul, Lisboa.

É igualmente necessário considerar as *remessas sociais* definidas por Peggy Levitt⁵ como o conjunto de ideias, práticas, atitudes, visão e capital social que voluntária e involuntariamente o migrante transfere do país de acolhimento para o país de origem. Esta autora entende que as remessas sociais são muito importantes, principalmente porque desempenham um papel crucial na formação da comunidade transnacional, projectam o impacto das migrações nas relações internacionais e estimulam a sinergia das

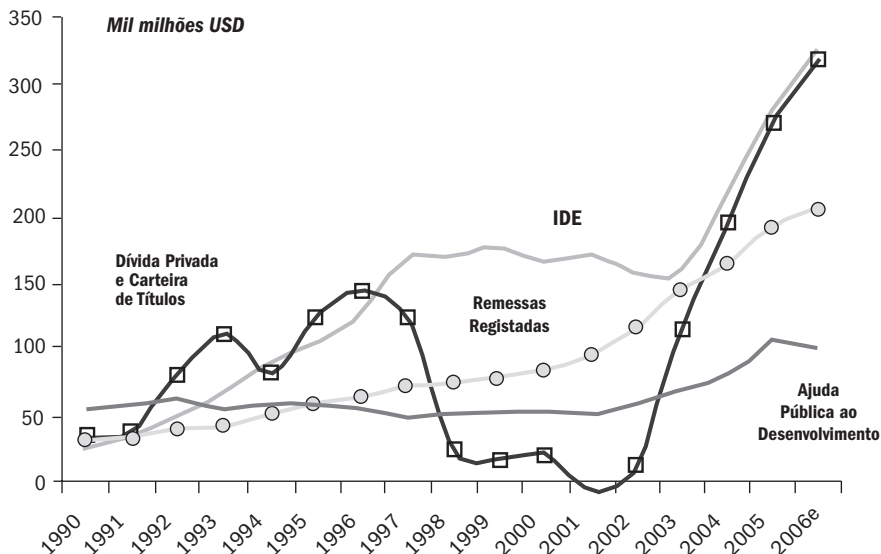
comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais. A recolha de informação objectiva e fiável sobre as remessas sociais é mais difícil e o objecto deste estudo centra-se nas remessas monetárias. Porém, sendo as remessas sociais percebidas como fortes condicionantes da evolução da sociedade cabo-verdiana, a elas se faz referência sempre que se considere oportuno e relevante.

As definições estão estreitamente relacionadas com a qualidade e a comparabilidade da informação, a percepção da dimensão e da estabilidade, as políticas tendentes a melhorar as infra-estruturas financeiras e a capacidade de avaliação do impacto das remessas no desenvolvimento humano. Por estas razões, a questão das definições é retomada na secção dedicada a «Metodologia e Conceitos».

2.2 Dimensão e importância das remessas

Apesar da escassez de informação, devida, em particular, à amplitude das transferências informais e à incomparabilidade dos dados registados nos diferentes países sobre as remessas formais, ao longo da última década o assunto atraiu uma crescente atenção de investigadores e políticos. As remessas são uma das principais fontes externas de financiamento do desenvolvimento. Distinguem-se das acções filantrópicas de pessoas singulares ou colectivas, assim como do investimento directo estrangeiro, por beneficiarem as famílias e pela sua previsibilidade e estabilidade. Segundo estimativas do Banco Mundial, as remessas registadas em 2006 para os países em desenvolvimento atingiram 206 mil milhões de dólares, valor correspondente a dois terços do investimento directo estrangeiro (325 mil milhões) e quase ao dobro da ajuda pública ao desenvolvimento (104 mil milhões) no mesmo período. A figura seguinte mostra a dimensão e a importância das remessas comparadas com outros fluxos financeiros externos.

FIGURA 1: Remessas e fluxos de capital para os países em desenvolvimento



Fonte: Banco Mundial, 2007

Em 2006, cerca de 125 milhões de trabalhadores migrantes enviaram dinheiro para 500 milhões de familiares e amigos. Como remetente ou como destinatário, um décimo da população mundial esteve envolvido no processo. Com 11% da população mundial, o grupo dos países menos avançados contribuiu com apenas 0,6% do respectivo PIB. As remessas representam mais de 10% do PIB de um número significativo de países em desenvolvimento.⁶ No plano internacional, é crescente a atenção dada às migrações e às remessas no quadro das políticas de estabilidade financeira e crescimento.

2.3 As remessas para os países menos avançados

Em 2008, Cabo Verde transitará formalmente do grupo dos Países Menos Avançados (PMA) para o grupo dos Países de Desenvolvi-

⁶ Fórum Mundial das Migrações e Desenvolvimento. *Basic- Fact Sheet on Remittances*, 2007. Bélgica.

mento Médio (PDM). Estruturalmente ainda pertence à primeira categoria e certamente assim continuará por alguns anos. Esta circunstância e o facto de os PMA terem grande relevância na economia das migrações justifica o destaque que aqui é dado a esta categoria.

Em estudos sobre as migrações internacionais por nível de educação no período de 1990-2000, Frédéric Docquier e Abdeslam Marfouk (2004) e Frédéric Docquier e Alok Bhargava (2006) concluíram que os dez maiores “exportadores” de trabalhadores com um diploma do ensino superior proporcionalmente à população eram membros do grupo dos PMA: Haiti (81,6%), Cabo Verde (69,1%), Samoa (66,6%), Gâmbia (64,7%), Somália (58,6%), Eritreia (45,8%), Moçambique (42,0%), Serra Leoa (41,0%), Libéria (37,4%) e Madagáscar (36,0%).⁷

QUADRO 2: **As dez maiores taxas de emigração qualificada em 2000**

Haiti	Cabo Verde	Samoa	Gâmbia	Somália	Eritreia	Moçambique	Serra Leoa	Libéria	Madagáscar
81,6%	69,1%	66,6%	64,7%	58,6%	45,8%	42,0%	41,0%	37,4%	36,0%

Fonte: Banco Mundial e Palgrave Macmillan (2006): Çağlar Özden / Maurice Schiff Editors.

Segundo Dilip Ratha e William Shaw (2007),⁸ as dez maiores taxas de emigração em 2006 verificaram-se também nos PMA, designadamente Bangladesh, Afeganistão, Mali, Burquina Faso, Eritreia, Haiti, Moçambique, Nepal, Iémen e Sudão.

Para complementar a apresentação dos PMA em relação às remessas, o Grupo de Estudos Prospectivos do Banco Mundial afirma que, em 2005, os dez maiores destinatários de remessas em milhares de milhões de dólares foram; Bangladesh (5,5),

⁷ Banco Mundial e Palgrave Macmillan (2006): Çağlar Özden / Maurice Schiff Editors.

⁸ Dilip Ratha e William Shaw (2007). *South-South Migration and Remittances*. Publicações do BM.

lêmen (1,3), Nepal (1,2), Sudão (1,0), Haiti, (1,0), Senegal (0,6), Uganda (0,5), Lesoto (0,3), Camboja (0,2) e Etiópia (0,2).

Em 2005, a relação entre as remessas e o PIB volta a colocar Cabo Verde em posição de destaque entre as dez maiores percentagens: Haiti (23,2%), Lesoto (22,5%), Nepal (16,5%), Cabo Verde (13,4%), Gâmbia (12,6%), Guiné-Bissau (9,3%), Kiribati (9,2%), lêmen (8,9%), Senegal (7,6%) e Bangladesh (7,1%).

QUADRO 3: Os dez maiores destinos de remessas como percentagem do PIB em 2004

País	População (milhões)	PIB (mil milhões \$)	Taxa líquida de migração	Remessas (milhões \$)	Remessas (% do PIB)
Haiti	8,5	4,3	-1,31/1000	811,0	23,2
Lesoto	1,8	1,5	-0,78/1000	184,0	22,5
Nepal	27,1	7,4	0,8/1000	1,2	16,5
Cabo Verde	0,506	0,983	-11,83/1000	137,0	13,4
Gâmbia	1,5	0,461	0,94/1000	58,0	12,6
Guiné-Bissau	1,6	301,1	0	28,0	9,3
Kiribati	0,099	76,4	-2,1/1000	7,4	9,2
lêmen	21,0	0,015	0	1,3	8,9
Senegal	11,7	8,2	0	633,0	7,6
Bangladesh	141,8	60,0	-0,66/1000	3 372,0	5,5

Fonte: Banco Mundial e *The World Factbook, Country Profile – Key Development Data and Statistics*. 2005

QUADRO 4: As remessas e o perfil dos 50 PMA em 2004

País	População total (milhões)	Taxa de crescimento da população	Taxa líquida de migração por mil hab.	Remessas 2004 (milhões \$)	% do PIB	APD 2003 (milhões \$)	IDE 2003 (milhões \$)
Afganistão	29,9	4,6	16,0	---	---	2189,6	1,0
Angola	15,9	2,8	2,14	---	---	1144,1	2047,5
Bangladesh	141,8	1,9	- 0,66	3 372	5,5	1404,1	460,4
Benin	8,4	3,2	0,58	84,0	14,6	377,9	60,0
Butão	0,9	2,8	0	---	---	78,0	1,0
Burquina Faso	13,2	3,2	0	50,0	9,6	610,0	35,0
Burundi	7,5	3,0	7,13	---	---	350,0	3,0
Camboja	14,1	2,0	- 0,1	138	3,2	478,3	131,4
Cabo Verde	0,5	2,4	- 11,83	137,0	13,4	139,8	20,5
RC Africana	4,0	1,3	0	---	---	104,5	-12,7
Chade	9,7	3,4	- 2,46	---	---	318,9	478,2
Comores	0,8	2,7	0	12,0	0,3	24,5	2,0
RD Congo	57,5	2,8	-3,62	---	---	1815,0	900,0
Djibuti	0,8	2,1	0	---	---	64,1	33,0
Guiné Equatorial	0,5	2,3	0	---	---	29,7	1664,1
Eritreia	4,4	4,3	0	---	---	259,5	30,0
Etiópia	74,4	2,4	0	174,0	1,4	1823,1	545,1
Gâmbia	1,5	2,9	0,94	58,0	12,6	62,8	60,0
Guiné	9,4	2,2	0	42,0	1,2	279,2	100,0
Guiné-Bissau	1,6	3,0	0	28,0	9,3	76,2	5,0
Haiti	8,5	1,4	- 1,31	811,0	23,2	242,7	6,5
Kiribati	0,090	1,4	- 2,1	7,4	9,2	16,7	...
Laos	5,9	2,3	- 0,2	1,0	0,68	269,6	17,0
Lesoto	1,8	0,1	- 0,78	184,0	22,5	102,0	51,8
Libéria	3,3	1,4	26,86	---	---	210,5	20,0
Madagáscar	18,6	2,8	0	3,0	0,6	1235,8	45,0
Malawi	12,9	2,3	0	1,0	0,5	476,1	16,0
Maldivas	0,329	2,5	0	3,0	3,9	27,9	13,0
Mali	13,5	3,0	- 6,6	155,0	2,9	567,4	180,0
Mauritânia	3,1	3,0	0	2,0	5,2	179,8	300,0
Moçambique	19,8	2,0	0	57,0	0,86	1228,4	131,9
Myanmar	50,5	1,1	0,3	78,0	0,7	121,1	556,4
Nepal	27,1	2,1	- 0,8	785,0	12,1	427,3	10,0

Fonte: UNCTAD - *Lista dos Países Menos Avançados após a revisão trienal de 2006* e *World Factbook 2007*.

Nota: A informação sobre a população total e o crescimento refere-se ao ano de 2005, a taxa de crescimento ao valor médio entre 2000-2005, os valores da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e do investimento directo estrangeiro (IDE) dizem respeito ao ano de 2003 e as remessas ao ano de 2004. Esta disparidade dos anos de referência não torna a informação inútil mas reduz a sua comparabilidade. Verifica-se também que as maiores taxas de imigração são dos PMA em situação de pós-guerra (regresso em massa) e as maiores taxas de emigração referem-se aos PMA insulares e de pequena dimensão.

Neste grupo dos dez mais, Cabo Verde apresenta a maior taxa líquida de migração (-11,83 / 1000 habitantes) e um lugar acima da média na contribuição das remessas para o PIB (13,4%). Efectivamente, ocupa o quarto lugar mundial nas remessas comparadas com o PIB e o quinto lugar na relação entre a imigração e a emigração, ou seja, a quinta taxa líquida de emigração mais alta.

O Quadro 3 revela os seguintes factos relevantes para o presente estudo: (i) a fragilidade da informação disponível sobre as remessas dos emigrantes, que figuram nas balanças de pagamentos de forma diversa, incompleta e imprecisa, havendo países que nunca registam nem fornecem dados sobre a matéria (neste caso, como se pode ver, um em cada dez PMA); (ii) em 2005, entre os 50 PMA, Cabo Verde apresentava a mais alta taxa líquida de migração (-11,83 / 1000 habitantes), seguido somente de Samoa (-11,76), e Tuvalu (-9,7); e o quinto valor mais elevado de remessas de emigrantes em relação ao PIB (13,4%), precedido por Haiti (23,2%), Lesoto (22,5%) e Nepal (16,5%).

2.4 Desafios e oportunidades dos PMA, Países Encravados e Pequenos Estados Insulares

No seu relatório de 2005 ao Comité de Economia e Finanças da Assembleia Geral da ONU, Anwarul Chowdhury, Alto Representante para os Países Menos Avançados, Países Encravados e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realçou a importância das remessas dos emigrantes para os países de origem. A sua reflexão sintetiza bem o valor deste tipo de estudo bilateral no contexto mais amplo das relações entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, em particular os menos avançados. Quatro argumentos de Anwarul Chowdhury mostram bem os principais desafios e também as grandes oportunidades dos PMA no princípio do século XXI:

- i. A aceleração da globalização abre oportunidades sem precedentes à livre circulação do capital, mercadorias, serviços, informação, competências e tecnologias, criando novas perspectivas de integração dos países em desenvolvimento na economia mundial, em particular os países menos avançados;
- ii. África, região à qual pertencem 34 dos 50 PMA, perde por ano cerca de 20 000 trabalhadores qualificados em benefício directo dos países industrializados. Para compensar o êxodo de cérebros (*brain drain*) nos PMA, os emigrantes que

- regressam são portadores de conhecimento e tecnologia (remessas sociais e *brain gain*) para impulsionar a produtividade nos seus países de origem;
- iii. Os trabalhadores migrantes são igualmente responsáveis por importantes remessas externas, que globalmente constituem a maior, a mais previsível e a mais estável fonte de financiamento para um grande número de países em desenvolvimento, situando-se em ordem decrescente entre o investimento directo estrangeiro e a ajuda pública ao desenvolvimento.
 - iv. O ainda muito actual Programa de Acção de Bruxelas (2001) preconiza os seguintes objectivos para os PMA: redução dos custos das remessas, incentivo à crescente aplicação das remessas em projectos de desenvolvimento e maior participação dos países menos avançados nos processos internacionais de decisão económica e regulação multilateral.

Estas conclusões são simultaneamente hipóteses de pesquisa, devendo por isso ser submetidas a verificação, e sugestões de políticas, por consubstanciarem a relevância, o contexto e a finalidade deste trabalho.

3. METODOLOGIA E TERMOS TÉCNICOS FREQUENTEMENTE UTILIZADOS

3.1 Metodologia

Através das remessas, o presente estudo analisa do ponto de vista teórico e prático uma parte importante do impacto da imigração cabo-verdiana em Portugal. A análise situa-se no contexto mais vasto da influência que as migrações internacionais têm no desenvolvimento dos países de origem, em particular nos países menos avançados, e visa sugerir medidas de interesse nacional e internacional. Para atingir estes objectivos, recorre-se à literatura pertinente de autores singulares e colectivos com responsabilidade e competência na área das migrações. O BM, o FMI, a OCDE, a OIM, a ONU e a UE são algumas das fontes privilegiadas.

Em Portugal, neste caso país de acolhimento, e em Cabo Verde, país de origem dos imigrantes e receptor das remessas, as fontes de informação mais importantes são os institutos

nacionais de estatística e os bancos centrais. Além das fontes nacionais e internacionais, são realizados inquéritos, um no país de origem, outro no país de acolhimento, sobre o perfil do remetente, os canais utilizados, o custo das transferências e as principais aplicações das remessas. Em resumo, a metodologia consiste em consulta de literatura pertinente, em ambos os países, análise documental e realização de inquéritos por amostragem.

A informação relativa às remessas dos migrantes, quando existe nos países em desenvolvimento, está registada na balança de pagamentos. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional inscrevem os dados no agregado *Remessas dos Trabalhadores, Compensação de Empregados e Transferências de Migrantes* do Anuário Estatístico da Balança de Pagamentos.

Porém, estas instituições intergovernamentais, assim como a Organização Internacional das Migrações chegaram à conclusão de que esta classificação não é eficaz e estão, por isso, a rever o Manual da Balança de Pagamentos e outras normas internacionais no sentido de aperfeiçoar as técnicas de recolha, tratamento, registo e transmissão de dados sobre as remessas. Como consequência, a categoria *Remessas dos Trabalhadores, Compensação de Empregados e Transferências de Migrantes* será desagregada em 2008 de acordo com as recomendações do Grupo de Luxemburgo já apresentadas em versão provisória.

A terminologia seleccionada que se apresenta tem o duplo objectivo de informar sobre as mudanças previstas para o referido *Manual da Balança de Pagamentos* (MBP) e facilitar a compreensão deste texto por um público não especializado, nem familiarizado com a maior parte das expressões relacionadas com as migrações e as remessas. Apesar de alguns dos termos ainda não terem tradução oficial em português, propõe-se ao leitor uma espécie de pequeno dicionário das remessas e assuntos conexos.

Duas conclusões sobre esta matéria: a terminologia relativa às migrações internacionais é vasta e imprecisa e existe um grande número de termos em processo de revisão para serem provavelmente adoptados em 2008 pelo FMI e o BM, através do *Manual da Balança de Pagamentos* (MBP6). O resultado terá efeitos imediatos em todos os países-membros da ONU. Estas são as razões porque vale a pena incluir neste trabalho um glossário alargado.

3.2 Termos técnicos frequentemente utilizados

QUADRO 5: Termos técnicos frequentemente utilizados

Em português	Em inglês	Definição
Canais formais e informais de remessas	<i>Formal and informal remittance channels</i>	Existem, por um lado, os canais formais ou regulamentados, que são as instituições bancárias e as empresas de prestação de serviço de transferência profissional de fundos e, por outro, canais informais, fora da supervisão do governo, como nos casos de entrega pessoal de dinheiro líquido ou produtos e do envio por intermédio de um amigo ou parente.
Conta capital	<i>Capital account</i>	A conta capital da balança de pagamentos inclui as transacções realizadas por uma economia com o resto do mundo no que diz respeito à aquisição / venda de activos não financeiros (patentes, licenças, direitos de autor) e às transferências de capital.
Conta corrente	<i>Current account</i>	Na balança de pagamentos a conta corrente desagrega-se em três grandes categorias de transacções entre um país e o resto do mundo: o comércio de bens e serviços, a dívida e as transferências correntes.
Conta financeira	<i>Financial account</i>	Na balança de pagamentos a conta financeira informa sobre o investimento directo, o investimento em carteira e outros activos em reserva.
Conversão de remessas em valores ou activos estruturados	<i>Securitization of remittances</i>	Venda dos direitos a futuros fluxos de fundos provenientes de remessas em forma de activo estruturado (valor). O vendedor recebe do comprador um adiantamento em troca de futuras remessas.
Corredores de remessas	<i>Corridors of remittances</i>	São os países ou as cidades pelas quais as remessas internacionais passam, por exemplo, Estados Unidos – Cabo Verde e Lisboa – Praia.

QUADRO 5: Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)

Em português	Em inglês	Definição
Custo de remessa	<i>Price of the remittance</i>	O custo total da transferência, que inclui os encargos cobrados pela empresa que recebe a remessa e a empresa de distribuição dos fundos mais a diferença entre o câmbio aplicado à transacção e o câmbio interbancário actual.
Custo de operação	<i>Transaction cost</i>	É o preço pago por uma transferência de fundos de uma parte para outra por via electrónica ou postal.
Dados de contrapartida	<i>Counterpart data</i>	Informação que países ligados por correntes migratórias podem trocar sobre o envio e a recepção de remessas.
Empregado de curto prazo	<i>Short term employee</i>	Trabalhador temporário que mantém laços com dois ou mais países.
Empresa de serviço de pagamento	<i>Payment service provider</i>	O conceito inclui instituições de depósito e instituições financeiras não bancárias que prestam serviço de transferência de fundos.
Empresa MSB	<i>Money Service Business</i>	É uma entidade típica dos Estados Unidos que negocia com vale postal, cheque para viajante, troca de divisas, cobrança de cheque, etc.
Empresa MTO	<i>Money Transfer Operator</i>	É uma entidade não depositária que se dedica à transferência de fundos.
Entidade pagadora	<i>Payer</i>	A entidade que recebe e entrega as remessas ao beneficiário.
Estoque de imigrantes	<i>Migrant stock</i>	É o número estimado de imigrantes internacionais num país ou região no fim do primeiro semestre do ano a que se refere. Em geral, o número de imigrantes internacionais, ou seja o estoque de imigrantes, aproxima-se do número de cidadãos nascidos noutra país.

QUADRO 5: **Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)**

Em português	Em inglês	Definição
FATF	<i>Financial Action Task Force</i>	Grupo estabelecido em 1989 por vários países para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.
Instituição de compensação e liquidação	<i>Clearing and settling institution</i>	Entidade que transmite informação e transfere fundos através de redes de sistemas de pagamento.
Instituição de depósito ou banco	<i>Depository institution</i>	Toda a entidade autorizada por lei a aceitar depósito de dinheiro, incluindo bancos comerciais, sociedade de empréstimo e poupança, bancos mutualistas e cooperativas de crédito. Aceitam depósitos a ordem e a prazo de pessoas naturais e de organizações sem fins lucrativos.
Instituição de distribuição	<i>Distributing institution</i>	Entidade que entrega na qualidade de agente ou vende na qualidade de emissor ou subscritor o dinheiro electrónico ao cliente.
Instituição financeira não bancária	<i>Non-bank financial institution</i>	Toda a instituição financeira não incluída na definição de instituição de depósito ou banco como, por exemplo, cooperativas de crédito, instituições de microfinanças e casas de câmbio.
Instituições sem fins lucrativos que prestam serviço às famílias	<i>Non-profit institutions serving households</i>	Incluem associações de migrantes (AM / HTA), organizações de beneficência, igrejas, organizações de socorro mútuo e entidades de microfinanças sem fins lucrativos. No Manual da Balança de Pagamentos revisto (MBP6), previsto para 2008, as transferências internacionais por intermédio de instituições sem fins lucrativos que prestam serviço às famílias serão registadas como remessas institucionais.

QUADRO 5: Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)

Em português	Em inglês	Definição
Investimento directo do estrangeiro (IDE)	<i>Foreign direct investment</i>	Aquisição por parte de uma entidade residente num determinado país (o investidor) de uma participação duradoura na economia de outro país (empresa do investimento directo).
Lavagem ou branqueamento de capital	<i>Money laundering</i>	A tentativa de dissimular ou encobrir a origem da riqueza proveniente de actividades ilícitas através da sua integração nos sistemas financeiros legais de tal forma que não se possam distinguir dos activos adquiridos por vias legais. Em geral, tal resultado implica a conversão de liquidez em instrumentos de pagamento baseados em depósitos.
Medidas contra a lavagem de dinheiro	<i>Anti-money laundering (AML)</i>	Medidas para descobrir e prevenir a integração de fundos provenientes de actividades ilícitas nos sistemas financeiros legítimos.
Meta-informação	<i>Metadata</i>	Com referência à elaboração da balança de pagamentos, a meta-informação compreende as descrições de metodologias, práticas de compilação de dados e fontes utilizadas por vários países.
Prestações sociais	<i>Social benefits</i>	Em termos da balança de pagamentos, são as transferências correntes do governo e instituições sem fins lucrativos para as famílias, tais como os benefícios económicos relacionados com a reforma, a saúde e a invalidez.
Rede Internacional de Inquérito a Famílias	<i>The International Household Survey Network (IHSN)</i>	Organização criada pelo Banco Mundial com o propósito de ajudar os países na produção de informação estatística fiável e harmonização dos inquéritos às famílias (www.surveynetwork.org).

QUADRO 5: **Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)**

Em português	Em inglês	Definição
Remessa internacional	<i>International remittance transfer</i>	Pagamento de importância relativamente baixa entre indivíduos de um e outro lado de uma fronteira.
Remessas obrigatórias ou forçadas	<i>Forced remittances</i>	O termo aplica-se aos casos em que o governo do país de destino ou de origem, as instituições bancárias ou o patrão do imigrante deduzem uma fracção do seu salário para assegurar o regresso ou fomentar o investimento no país de origem.
Remessas sociais	<i>Social Remittances</i>	Visão, práticas, valores, atitudes, normas e capital social (conhecimento, experiência e competências) que consciente ou inconscientemente os migrantes transferem de um país para outro.
Remessas de trabalhadores	<i>Worker's remittances</i>	No MBP5 (Manual da Balança de Pagamentos do BM e FMI), em vigor, «remessa de trabalhador» quer dizer transferência corrente para o país de origem por parte de um imigrante empregado no país de destino com o estatuto de residente, isto é, permanecendo ou tentando permanecer um ano ou mais. No MBP6, que entrará em vigor em 2008, o item «remessas de trabalhadores» deixará de existir e o «remessas dos empregados com estatuto de residente» constará como informação facultativa.
Remessas familiares	<i>Family remittances</i>	Dinheiro que os emigrantes enviam para as suas famílias no país de origem. Incluem as pensões de reforma dos remetentes.
Remessas institucionais	<i>Institutional remittances</i>	São transferências internacionais correntes e de capital, em espécie ou em género procedente de qualquer dos agentes económicos (famílias, governo, empresas e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias) para famílias e ONG em outros países. Excluem-se desta categoria as remessas de famílias para famílias.

QUADRO 5: Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)

Em português	Em inglês	Definição
Remessas pessoais	<i>Personal remittances</i>	No MBP6 acima referido, as remessas pessoais consistirão nas transferências individuais, de remuneração líquida dos empregados e de capital entre famílias. Constituirão uma rubrica facultativa da balança de pagamentos.
Remessas totais	<i>Total remittances</i>	No MBP6, as remessas totais serão a soma das remessas pessoais com as prestações sociais. Constituirão uma rubrica facultativa da balança de pagamentos.
Remessas totais e transferências para as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL)	<i>Total remittances and transfers to NPISH</i>	No MBP6, serão as remessas totais mais as transferências correntes e de capital para as OSFL.
Remuneração de empregados	<i>Compensation of employees</i>	No MBP5, são honorários, salários e outras compensações em espécie ou em género que os imigrantes não residentes ganham por serviços prestados aos residentes. No MBP6, serão os honorários, salários e outras compensações livres dos encargos sociais, impostos sobre rendimentos e despesas de viagens relacionadas com emprego de curta duração.
Rendimento de investimento	<i>Investment income</i>	Rendimentos dos investimentos, por exemplo em forma de dividendos e lucros. Distinguem-se da remuneração do trabalho em forma de honorários e salários.
Rendimento em divisa	<i>Foreign exchange earnings</i>	Rendimentos em moeda estrangeira provenientes de transacções com outros países.
Residente	<i>Resident</i>	Do ponto de vista da balança de pagamentos, é o imigrante que reside num dado país há pelo menos um ano.

QUADRO 5: **Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)**

Em português	Em inglês	Definição
Sector informal	<i>Informal sector</i>	A parte da economia que funciona fora do sistema regulamentar do governo, o sistema tributário incluído.
Serviço aberto	<i>Open service</i>	Rede no país emissor e no país receptor a que qualquer empresa de envio de dinheiro tem acesso. Actualmente, o único sistema aberto é a rede bancária internacional.
Sistema de Contas Nacionais (SCN)	<i>System of National Accounts (SNA)</i>	Elaborado conjuntamente pelo FMI, a UE, a OCDE, as NU e o BM, o SCN é uma extensa colecção de contas macroeconómicas de referência.
Sistema de informação sobre transacções internacionais (SITI)	<i>International Transactions Reporting Systems (ITRS)</i>	São modelos utilizados na compilação de dados para a balança de pagamentos.
SWIFT	<i>Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications</i>	A Sociedade para a Telecomunicação Financeira Interbancária Mundial é uma entidade criada pelos bancos e opera em rede para facilitar as operações em todo o mundo.
Taxa de imigração / emigração	<i>Migration rate</i>	Número de emigrantes / imigrantes por 1000 habitantes.
Taxa líquida de migração	<i>Net migration rate</i>	Indica a diferença entre o número de pessoas entradas no país e o número de pessoas saídas para o estrangeiro durante um ano por 1000 habitantes. A diferença positiva mostra imigração (Portugal, 3,31) e a diferença negativa aponta para emigração (Cabo Verde, - 11,83). Por outro lado, a taxa líquida de migração é um indicador da importância das migrações nas mudanças da economia e da população do país a que diz respeito.

QUADRO 5: Termos técnicos frequentemente utilizados (cont.)

Em português	Em inglês	Definição
Trabalhadores fronteiriços	<i>Border workers</i>	Pessoas que trabalham no lado da fronteira oposto àquele onde têm domicílio. São não residentes.
Trabalhadores não residentes	<i>Nonresident workers</i>	Aqueles imigrantes que trabalham no país de acolhimento por menos de um ano. Por vezes são considerados trabalhadores visitantes.
Trabalhadores sob contrato	<i>Contract workers</i>	Indivíduos que trabalham no estrangeiro sob contratos que impõem limites relativamente à duração do emprego e restrições sobre o tipo de trabalho autorizado.
Transferência	<i>Transfer</i>	É uma ordem de pagamento.
Transferências de capital	<i>Capital transfers</i>	É uma parte da conta da balança de pagamentos em espécie ou género que, ao contrário das transferências correntes, implica um <i>quid pro quo</i> ou contrapartida nas contas.
Transferência de migrantes	<i>Migrant transfer</i>	No MBP5, são contrapartidas aos fluxos de bens (conta corrente) e de valores (conta financeira) que resultam da emigração de uma economia para outra por um período de pelo menos um ano. Deixará de existir no MBP6.
Transferências pessoais	<i>Personal transfers</i>	No MBP6, transferências pessoais são todas as transferências correntes realizadas por famílias de residentes para famílias não residentes, parentes ou não, seja qual for o propósito da remessa. O conceito de «transferências pessoais» será fundamental na balança de pagamentos.
«Último quilómetro»	<i>«The last mile»</i>	Expressão que se refere à tarefa de distribuir a remessa ao beneficiário que vive numa zona remota.
Vigilância, supervisão	<i>Oversight</i>	Actividade de política pública com o fim de promover a segurança e a eficiência dos sistemas de pagamento e liquidação de valores e, em particular, reduzir os riscos.

Fontes: BM, FMI, OCDE, OIM, ONU e UE (Grupo de Luxemburgo)

CAP. 1. POLÍTICAS, PRÁTICAS E IMPACTO DAS REMESSAS NO DESENVOLVIMENTO DOS PMA

1. INTRODUÇÃO

1.1 Definição de remessas e objecto da investigação

As migrações internacionais e as remessas a elas associadas são questões de natureza global que a comunidade internacional não pode subestimar. Por isso, desde o Diálogo de Alto Nível sobre as Migrações Internacionais que reuniu em Nova Iorque representantes de 130 países, em Setembro de 2006, várias acções foram empreendidas, designadamente pelo Fórum Global sobre as Migrações e o Desenvolvimento e pelo Grupo de Luxemburgo, criado pela ONU e a União Europeia, sob os auspícios do G-8. As mais recentes preocupações e acções centram-se na criação de um contexto de melhor informação, formação e sensibilização de todos os actores interessados para que as transferências de fundos sejam cada vez mais eficientemente consagradas ao sector produtivo e ao desenvolvimento.

Para os propósitos deste trabalho, o termo «remessa» tem um sentido amplo. Significa todo o fluxo de recursos em dinheiro ou em produtos, através de canais formais ou informais, do país de acolhimento para ser consumido, doado, depositado ou investido no país de origem do migrante. Além das diferenças entre transferência em dinheiro e transferência em produtos, transferência formal e transferência informal, tem-se em conta o facto de um número crescente de investigadores incluir na categoria *remessas sociais* as atitudes, competências e tecnologias consciente ou inconscientemente transferidas pelos migrantes. Este trabalho está focalizado nas transferências monetárias através dos circuitos formais, sobre as quais é possível recolher informação objectiva. Todavia, tem-se em consideração o que se julga ser a grande dimensão das transferências informais. Para isso contam os inquéritos e os modelos de cálculo utilizados por vários autores e instituições. As remessas sociais também são referidas.

1.2 Dimensão e importância das remessas para os PMA

Incluídos 50% dos valores registados por conta das transferências informais, estima-se que em 2005 as remessas entradas nos países em desenvolvimento terão atingido os 250 mil milhões de dólares contra saídas calculadas em 38,2 mil milhões. As remessas mundiais terão ultrapassado 348 mil milhões. Por absoluta falta de informação de alguns países ou de informação credível de outros, não é possível apurar a parte das remessas mundiais que foi para os PMA. Porém, para limitar os prejuízos de uma total ausência de dados, apresenta-se um quadro que, apesar de incompleto e impreciso, dá uma ideia da grandeza dos fluxos de remessas para os PMA.

Estes números apoiam o claro consenso hoje existente a respeito da importância das migrações e remessas. São fontes de divisas há muito tempo conhecidas por terem permitido a um grande número de países adquirir os bens vitais no estrangeiro e pagar as dívidas. Hoje em dia a atenção está mais concentrada no potencial das remessas enquanto meio de luta contra a pobreza e factor de desenvolvimento socioeconómico.

Todavia, o consenso sobre as vantagens das migrações e das remessas para os países de origem dos migrantes não é total nem existiu sempre. Pelo contrário, períodos de optimismo e pessimismo têm-se alternado. Nos anos 90 do século passado, por exemplo, uma corrente muito forte de pensamento defendeu a tese segundo a qual as remessas exacerbam a dependência através da elevação das expectativas materiais das comunidades locais sem outra estratégia para as satisfazer que não fosse mais e mais emigração. Através deste mecanismo, diziam esses estudiosos, as condições de vida material de alguns indivíduos melhoravam mas as comunidades ganhavam pouca ou nenhuma autonomia. Na óptica destes teóricos, para os países de origem das migrações, os custos para as comunidades eram maiores do que os benefícios.

QUADRO 6: Estimativa de remessas para os PMA em milhões de dólares (2005)

País	População total (milhões)	Taxa de crescimento da população	Taxa líquida de migração por mil hab.	Total de Remessas 2005 (milhões)	% do PIB	Serviço de dívida (%)*
Afeganistão	29,9	4,6	16,0	---	---	--
Angola	15,9	2,8	2,14	---	---	9,2
Bangladesh	141,8	1,9	-0,66	4300	5,5	5,3
Benin	8,4	3,2	0,58	63	14,6	--
Butão	0,9	2,8	0	---	---	--
Burquina Faso	13,2	3,2	0	50	9,6	--
Burundi	7,5	3,0	7,13	365	---	41,4
Camboja	14,1	2,0	-0,1	200	3,2	0,7
Cabo Verde	0,5	2,4	-11,83	137,0	13,4	6,4
RC Africana	4,0	1,3	0	---	---	--
Chade	9,7	3,4	-2,46	--	--	--
Comores	0,8	2,7	0	12,0	0,3	--
RD Congo	57,5	2,8	-3,62	---	---	--
Djibouti	0,8	2,1	0	---	---	--
Guiné-Equatorial	0,5	2,3	0	---	---	--
Eritreia	4,4	4,3	0	---	---	57,1
Etiópia	74,4	2,4	0	174,0	1,4	4,1
Gâmbia	1,5	2,9	0,94	58,0	12,6	12,0
Guiné-Conacri	9,4	2,2	0	42,0	1,2	--
Guiné-Bissau	1,6	3,0	0	28,0	9,3	--
Haiti	8,5	1,4	-1,31	985,0	23,2	3,7
Kiribati	0,090	1,4	-2,1	7,4	9,2	
Laos	5,9	2,3	-0,2	1,0	0,68	--
Lesoto	1,8	0,1	-0,78	327,0	22,5	5,0
Libéria	3,3	1,4	26,86	---	---	--

* Serviço de dívida como percentagem de exportação de bens, serviços e rendimento.

QUADRO 6: Estimativa de remessas para os PMA em milhões de dólares (2005) (cont.)

País	População total (milhões)	Taxa de crescimento da população	Taxa líquida de migração por mil hab.	Total de Remessas 2005 (milhões)	% do PIB	Serviço de dívida (%)*
Malauí	12,9	2,3	0	1,0	0,5	--
Maldivas	0,329	2,5	0	3,0	3,9	6,9
Mali	13,5	3,0	-6,6	155,0	2,9	--
Mauritânia	3,1	3,0	0	2,0	5,2	--
Moçambique	19,8	2,0	0	57,0	0,86	4,2
Myanmar	50,5	1,1	0,3	117,0	0,7	--
Nepal	27,1	2,1	-0,8	120,0	16,5	4,6
Níger	14,0	3,4	-0,59	60,0	1,8	--
Ruanda	9,0	2,4	0	21,0	1,0	8,1
Samoa	0,185	0,8	-11,76	1,0	12,4	17,3
S Tomé Príncipe	0,157	2,3	-2,14	1,0	1,5	--
Senegal	11,7	2,4	0	633,0	7,6	--
Serra Leoa	5,5	4,1	0	2,0	1,6	9,2
Ilhas Salomão	0,478	2,6	0	2,0	0,7	--
Somália	8,2	3,2	0	---	---	--
Sudão	36,2	1,9	0,35	1 60,1		6,5
Timor-Leste	0,947	0,6	19,2	---	---	--
Togo	6,1	2,7	0	148,0	6,7	--
Tuvalu	11,0	1,2	-9,7	---	---	--
Uganda	28,8	3,4	0,35	476,0	5,4	9,2
Tanzânia	38,3	2,0	-1,68	16,0	1,32	4,3
Vanuatu	0,211	2,0	-6,0	11,0	3,18	1,3
Iémen	21,0	3,1	0	1,3	8,9	2,6
Zâmbia	11,7	1,7	-2,68	---	---	--

* Serviço de dívida como percentagem de exportação de bens, serviços e rendimento.

Fonte: Banco Mundial, *Country Profile* 2005.

Outro grupo contrapõe a esta tese a afirmação de que a emigração e as remessas são resultado de decisões tomadas pelas famílias que, dadas as condições em que vivem, se comportam de maneira a otimizar a relação entre as oportunidades e as ameaças. Assim sendo, afirma Bryan Roberts, da USAID, não faz sentido pensar que as remessas provocam necessariamente o excesso de consumo, a dependência da importação ou o investimento improdutivo.⁹

Presentemente, predomina a corrente de pensamento entusiasta do vasto potencial das remessas enquanto factor de desenvolvimento, não estando ainda claro se o optimismo se deve mais à imposição do crescimento exponencial do fenómeno migração / remessa ou à mudança da teoria como resultado de análise mais extensiva e profunda.

QUADRO 7: Entradas e saídas de remessas entre 1995-2006

Mil milhões de dólares (\$)	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nos PMA	4,1	6,1	6,7	8,4	9,5	10,7	11,6	12,8
Nos países em desenvolvimento	57,8	84,9	96,0	116,9	144,8	165,0	192,9	206,3
Dos PMA	0,7	1,4	1,3	1,3	1,3	1,5	1,5	--
Dos países em desenvolvimento	12,5	12,1	14,3	21,4	24,7	32,1	38,2	--

Fonte: *Migration and Remittances Fact Book* organizado por Dilip Ratha and Zhimei Xu, Development Prospect Group, Banco Mundial (www.worldbank.org/prospects/migrationandremittances)

Seja qual for a resposta a esta interrogação, e apesar das dúvidas, há também a certeza de que as migrações mexem a cada dia com a vida de mais nações e deixam menos pessoas e instituições indiferentes nos países mais ricos assim como nos mais pobres. São 14 os PMA que não apresentam informação sobre as remessas recebidas em 2006. Apesar da falta de informação segura, dados coligidos pelo sistema das Nações Unidas permitem estimar as remessas entradas nos PMA, em 2005, em 11,6 mil milhões de dólares contra a saída de 1,5 mil milhões. Estima-se a entrada de

⁹ Bryan Roberts (2004) *Remittances in Armenia: Size, impacts, and measures to enhance their contribution to development*. USAID, Yerevan.

remessas nos PMA, em 2006, na ordem dos 12,8 mil milhões contra a entrada de 206,3 mil milhões em todos os países em desenvolvimento. Os números utilizados são os registados nas balanças de pagamentos ou estimados a partir de outras fontes. Em qualquer dos casos, não incluem a actualização através do acréscimo de 50% do valor dos registos, como é recomendado por alguns especialistas.

Antes de fechar a secção relativa à dimensão e importância das migrações / remessas, convém lembrar que os governos dos países com grande vocação migratória têm a obrigação de avaliar os potenciais benefícios e custos das remessas recebidas. O quadro 8 sintetiza as componentes do desafio.

QUADRO 8: **Potenciais custos e benefícios das remessas**

BENEFÍCIOS POTENCIAIS	CUSTOS POTENCIAIS
São uma fonte de divisa ou moeda estrangeira que facilita o comércio internacional e ajuda a financiar a dívida externa.	Pressionam os governos no sentido de realizar reformas para reduzir os desequilíbrios externos.
São uma fonte potencial de poupança para a formação de capital e o desenvolvimento.	Reduzem as poupanças das famílias beneficiárias afectando negativamente o crescimento e o desenvolvimento.
Melhoram o nível de vida dos beneficiários.	Reduzem o esforço produtivo das famílias beneficiárias e, por esta via, afectam negativamente o crescimento e o desenvolvimento.
Reduzem a desigualdade de rendimento.	Aumentam a desigualdade de rendimento.
Reduzem a pobreza.	As migrações provocam a fuga de cérebros e prejuízos não compensados pelas remessas.

Fonte: OIM. Relatório final – Conferência ministerial dos países menos avançados sobre o impacto das remessas no desenvolvimento. Benin, 2006

1.3 Falar dos migrantes antes de falar das remessas

Efectivamente, remessa é resultado de migração e é o elo mais directo e mais forte entre esta e o desenvolvimento. Actualmente, cerca de 200 milhões de pessoas, ou seja, 1 em cada 35,3% da população mundial, vivem num país diferente daquele onde nasceram. E contrariamente aquilo que muita gente pensa, cerca de metade dos migrantes desloca-se entre países em desenvolvimento.

Seja um fenómeno Sul-Norte, Sul-Sul, Norte-Sul ou Norte-Norte, as migrações têm três principais factores determinantes: (i) a atracção das mudanças demográficas e das necessidades do mercado de trabalho nos países de alto rendimento; (ii) o impulso dos desequilíbrios salariais entre as regiões ricas e as regiões pobres e das crises sociais e políticas nos países em desenvolvimento; (iii) as redes intercontinentais ancoradas em laços familiares, culturais e históricos.

O maior desafio para os Estados é conseguir a regulação dos fluxos migratórios de forma a beneficiar os trabalhadores migrantes enquanto cidadãos, nos países de destino e nos países de origem. Para as famílias consideradas individualmente, a migração e as remessas são essencialmente uma questão de reagir face às oportunidades e às ameaças que enfrentam.

Mais de 60% dos PMA estão situados na África subsariana. Segundo a OIM, as migrações africanas apresentam as seguintes características distintivas: (i) crescente feminização, representando as mulheres cerca de 47% dos migrantes africanos; (ii) urbanização, com África a apresentar uma das taxas mais altas do Mundo (3,5% / ano), fenómeno que provoca fortes movimentos de população na região; (iii) grande número de refugiados e pessoas deslocadas principalmente na África Central e do Oeste; (iv) movimentos migratórios entre Estados africanos e entre estes e as antigas metrópoles, que são histórica, linguística e culturalmente marcados. Os trabalhadores dos PMA da Ásia e do Pacífico migram muito para os países do Golfo Árabe e para a Malásia. Nas Caraíbas, o Haiti é a principal origem de emigrantes. Para os 50 PMA, a questão mais importante da actualidade é de saber como reforçar o impacto das remessas no desenvolvimento. Por

este motivo, a secção seguinte caracteriza as remessas, trata da recolha de informação e analisa os canais mais utilizados para a transferência de fundos.

2. PROBLEMAS COMUNS, TENDÊNCIAS E CANAIS MAIS UTILIZADOS

2.1 Os números oficiais pecam geralmente por defeito

Uma das condições necessárias ao aumento do impacto das remessas no desenvolvimento é um melhor conhecimento dos fluxos de remessas, dos mecanismos de transferência e das preferências no que diz respeito à poupança e às possibilidades de investimento. Em geral, os registos oficiais subestimam as remessas, mas existe também a possibilidade de as sobrestimarem inscrevendo como remessas fluxos de outra natureza.

Vários estudos sobre os PMA concluíram que os números oficiais pecam mais por defeito do que por excesso. Um estudo recente sobre o Sudão, por exemplo, calculou as remessas através de canais informais em 85 % dos fluxos reais.¹⁰ Na maior parte dos casos, os dados são recolhidos pelo Banco Central ou outra agência governamental e inquéritos recentes demonstraram que a recolha e tratamento de dados sobre as remessas nos PMA são de fraca qualidade. Dois terços dos 36 PMA de África ao Sul do Sara não têm a informação básica organizada, o que é verdade também para o Haiti e o Afeganistão.¹¹

Os problemas maiores são comuns aos PMA. Primeiro, sistemas financeiros fracos e alta taxa de migração regional sugerem uma elevada proporção de remessas informais.

Segundo, a existência de poucos mecanismos de avaliação das remessas informais tecnicamente aceitáveis. Terceiro, a baixa qualidade dos dados, a falta de registos ou a representação imperfeita das remessas, por exemplo, quando se registam como remessas pagamentos que não cabem nesta categoria, como muitas vezes acontece.

¹⁰ Cerstin Sander (2003), *Capturing a Market Share? Migrant Remittances Transfers and Commercialisation of Micro Finance in Africa*, Bannock Consulting, Londres.

¹¹ Sander (2003).

2.2 Tendências no registo e tratamento da informação

A boa notícia é a tendência consistente ao longo do último quinquénio para a redução do fosso que caracteriza a relação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, em particular os PMA, em matéria de informação relativa às remessas.

Bangladesh e Uganda instalaram sistemas de recolha sistemática de informação, que incluem relatórios semanais dos bancos comerciais aos bancos centrais sobre as remessas recebidas e enviadas. O Haiti, que ainda não tem um sistema oficial de recolha, recebe informação da ONG Fonkose e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). Adicionalmente, inquéritos às famílias são cada vez mais utilizados como meio de obtenção de informação sobre as remessas.

Como se verá no capítulo seguinte, apesar de Cabo Verde ter melhorado de forma notável o seu sistema de recolha e registo de informação, o défice ainda é enorme. Mas a secção 1.6 é dedicada aos serviços ou canais de remessa que são de grande importância. Na verdade, a redução dos custos das remessas e o aumento do acesso a serviços rápidos, seguros e eficazes beneficiam os migrantes, aumentam os envios de fundos e incentivam o investimento.

2.3 Os canais mais utilizados para as remessas

As remessas são transferidas de várias maneiras. Em função das circunstâncias, os agentes podem ser bancos, empresas de transferência, amigos ou entidades não oficiais. Entre os canais ou serviços oficiais contam-se os operadores de transferência de dinheiro (MTO) globais, por exemplo Western Union e Money Gram, e MTO regionais a par dos bancos nacionais e internacionais.

Na coluna dos numerosos e diversificados canais informais figuram MTO não declarados, amigos, parentes, negociantes, transportadores, etc. Contrariamente ao que se poderia esperar, no que diz respeito às remessas, as *rabidantes* (comerciantes informais locais e

internacionais, em geral mulheres, cuja designação em cabo-verdiano vem da expressão *revirar a vida*) têm um papel de intermediação pouco expressivo. A simplicidade das operações de transferência de dinheiro facilita a multiplicação de actores não registados que oferecem serviços mais baratos do que os MTO.

Existe uma muito generalizada percepção segundo a qual as taxas cobradas pelos MTO globais são altas, pouco transparentes e regressivas. Regressivas porque as taxas são proporcionalmente mais elevadas para as pequenas quantias. Estudos do Banco Mundial provam que em função do montante da remessa, canal utilizado, destino, país de origem e serviço, as taxas podem atingir 20% da quantia transferida. Por outro lado, segundo a mesma fonte, a taxa de câmbio pode variar entre 0 e 6% ou mais. O quadro seguinte ilustra os canais formais e informais de transferência de remessas para dez PMA de todas as regiões.

Em resumo, os três principais canais de transferência de remessas são os bancos, os MTO e os MFI (sigla em inglês para as instituições de microfinanças). Alguns países beneficiam de cooperativas de crédito como alternativa mais barata aos MTO. Além destes quatro canais oficiais, alguns cartões de crédito têm oferecido alternativas inovadoras e vantajosas aos migrantes. Todavia, não há notícia de as recentes propostas do Visa neste domínio terem sido aproveitadas nos PMA. Os correios e ONG são outros serviços formais utilizados. Os sistemas informais de transferência de fundos (ITF), como Hawala e Hundi, enfrentam tempos difíceis por causa das migrações forçadas e do medo do terrorismo internacional.

3. UTILIZAÇÃO DAS REMESSAS

3.1 As relações entre as remessas e o desenvolvimento são controversas

Com as migrações a ocupar lugar de destaque nas relações internacionais, a utilização das remessas e as suas implicações no desenvolvimento dos países de origem dos migrantes transformam-se numa questão central. Em parte, isto acontece porque existem fortes evidências de que o grosso das remessas é gasto no financiamento do consumo, pagamento de dívidas e construção ou aquisição de casa própria, sendo marginal a

QUADRO 9: Canais de remessas predominantes em alguns países

País	Canais formais	Canais informais
Uganda	MTO (Money Gram e Western Union), bancos, casas de câmbio	Sociedades comerciais e conhecidos
Haiti	MTO (WU)	Contactos pessoais e entidades não inscritas
Camboja	Bancos	Turistas e organizações informais
Afeganistão	MTO (WU), SWIFT	<i>Hawala</i> ¹²
Bangladesh	Bancos, correios	<i>Hundi</i> ¹³
Benin	Correios, sociedades, bancos	Amigos e organizações não registadas
Mali	Bancos nacionais, MTO (WU), bancos franceses	Fax ligando agentes no país de origem e de destino
Etiópia	Bancos, MTO (MG, WU)	<i>Hawala</i> , conhecidos
Lesoto	Bancos, agências	Agentes
Tanzânia	Bancos, MTO (MG e WU)	Amigos e parentes viajantes
Cabo Verde	MTO, bancos e correios	Amigos e parentes viajantes

Fonte: OIM. Relatório final - Conferência ministerial dos países menos avançados sobre o impacto das remessas no desenvolvimento. Benin, 2006. Os dados sobre Cabo Verde são dos Autores.

fracção destinada ao investimento produtivo, se excluirmos a educação e a saúde. Esta regra aplica-se a Cabo Verde com as peculiaridades que adiante se verão.

Parece haver consenso sobre esta tese, independentemente de uma definição mais rigorosa do que são o *grosso das remessas* para o consumo, a *fracção marginal* das mesmas para o investimento produtivo e mesmo do que deve ser ou não ser considerado

12 O sistema *Hawala*, baseado na confiança, teve origem na Ásia, onde tomou várias designações ao longo do tempo. Por causa da prevenção contra o financiamento do terrorismo, tem encontrado novas dificuldades de regulação nos últimos anos.

13 *Hundi* é a designação que se dá a *Hawala* no Bangladesh e outros países da sub-região.

investimento produtivo. O que mais mobiliza a atenção dos estudiosos não é a linha que separa uma coisa das outras mas a questão de saber se essas despesas com o consumo devem ser consideradas mais próximas do investimento ou mais perto do desperdício.

No entendimento dos pessimistas, enquanto o investimento for marginal, o valor das remessas como factor de desenvolvimento é discutível. Para a corrente optimista, pelo contrário, as remessas contribuem, sem dúvida, para o desenvolvimento pessoal, local e nacional.

Entre estas duas posições extremas, verifica-se que a relação entre as remessas e o desenvolvimento é complexa, pouco conhecida e, felizmente, cada vez mais debatida. Malgrado esta situação ambígua, com base num estudo de 2005 sobre a utilização das remessas de imigrantes indianos no Líbano, Seema Gaur e Pem Saxena resumiram uma espécie de consenso mínimo¹⁴ sobre o assunto, como se pode ver no número seguinte.

3.2 Existem diversos padrões de utilização das remessas

Certas aplicações das remessas podem ser consideradas *consumo* pelos académicos e *investimento* pelas famílias, tudo dependendo do estatuto económico e social, assim como das prioridades destas. Deve existir um limiar de qualidade de vida abaixo do qual não é possível separar a utilização das remessas para consumo e para investimento. Este limiar corresponde ao nível da satisfação das necessidades básicas, incluindo alimentação, saúde, educação e habitação, com um padrão de conforto acima da média no país de origem do migrante.

Inquéritos levados a cabo sob os auspícios do Banco Mundial e da OIM revelaram padrões de aplicação diferenciados em função do estatuto socioeconómico das famílias mas também das tradições, dos incentivos e da segurança dos investimentos produtivos. Assim sendo, e tendo em consideração a lei universal da baixa propensão marginal dos agregados familiares pobres para poupar, não será de estranhar que só uma pequena parte das famílias de emigrantes consiga

¹⁴ Seema Gaur e Prem Saxema (2005), *Remittance Debate Revisited: New Evidence from Indian Migrant Labor in Lebanon*, XXV Conferência Internacional sobre População. Tour, França.

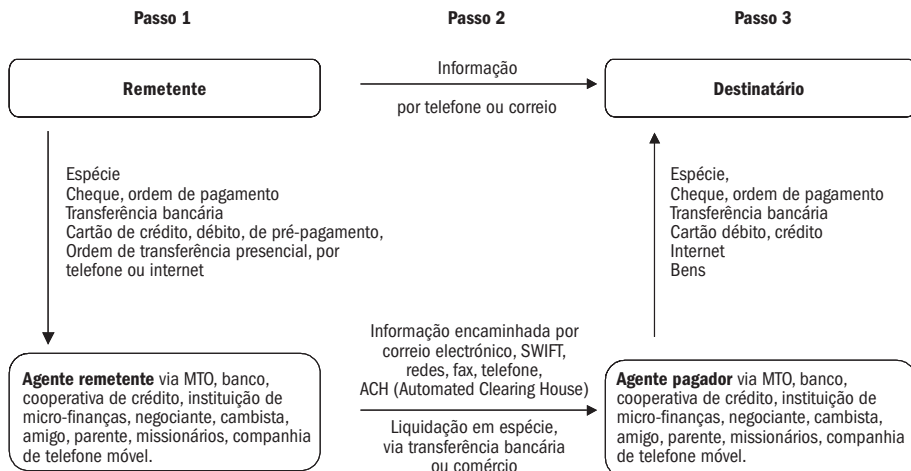
aforrar e investir. Em conclusão, a regra geral é a de que as remessas dos emigrantes contribuem para elevar o nível de bem-estar local e nacional.

Em conclusão, autores de *Remittance Debate Revisited: New Evidence from Indian Migrant Labor in Lebanon*, Seema Gaur e Pem Saxena sugerem que os casos em que as migrações e as remessas parecem não ter consequências positivas, justificando a corrente pessimista sobre a matéria, devem ser considerados excepcionais.

3.3 O processo de transferência de remessas

Tipicamente, três passos ligam o remetente e o destinatário dos fundos, por intermédio do agente que executa a transferência no país de destino do migrante e o agente pagador, que recebe e entrega a remessa no país de origem. O papel dos meios de comunicação é fundamental em todas as fases do processo.

FIGURA 2: Os três passos típicos de uma transferência de remessas



Fonte: Banco Mundial, 2006

4. IMPACTO DAS REMESSAS NO DESENVOLVIMENTO

Tendo presente a polémica entre optimistas e pessimistas sobre o impacto das migrações e das remessas no desenvolvimento dos PMA, resume-se, com Dilip Ratha, do *Global Economic Prospects 2006*, do Banco Mundial, as grandes tendências do fenómeno migratório e as principais implicações das remessas no desenvolvimento.

4.1 As migrações e as remessas continuam a crescer

Em geral, a migração gera substanciais benefícios de bem-estar nos países de destino e nos países de origem. A vantagem dos países de origem será maior com a possível redução dos elevados custos da transferência que os migrantes continuam a enfrentar. O Banco Mundial calcula que as poupanças transferidas pelos migrantes aumentaram o dobro na década de 90, passando de 102 mil milhões de dólares em 1995 para 232 mil milhões em 2005. Em 2006, mais de 206 mil milhões de dólares terão sido transferidos para os países em desenvolvimento. Por outro lado, estudos cruzados demonstram que as remessas são mais estáveis do que as outras fontes externas de financiamento do desenvolvimento e crescem mais do que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o Investimento Directo do Estrangeiro.¹⁵

4.2 As remessas reduzem a pobreza

Antes de as migrações, o impacto das remessas e o combate à pobreza serem trazidos para o primeiro plano dos debates à escala nacional e internacional e de serem temas correntes, países tradicionalmente de emigração, como Cabo Verde e Portugal, sabiam que emigrar reduz a pobreza de quem vai e de quem fica. Sabem também que o dinheiro recebido na terra dos que partiram contribuiu para aumentar a riqueza. Se foi de forma eficaz e se criou dependências são outras questões, a reveritar mais à frente.

¹⁵ Banco Mundial, *Platform Data Set*. Washington, DC, 2005.

Para dar uma ideia do impacto das remessas na redução do número de pobres, alguns investigadores sugerem com base em estudos realizados nos últimos cinco anos que, em média, um aumento de 10% das remessas por cabeça corresponderia a uma redução de 3,5% na população pobre. Tem-se igualmente como provado que na maioria dos casos as remessas financiam eficazmente a educação, a saúde e os pequenos negócios. Outra constatação interessante é a relação que existe entre a ocorrência de conflitos, crises e desastres naturais, por um lado, e a variação no volume das remessas, por outro. Em regra, nas situações críticas no país de origem as remessas aumentam. Inquéritos realizados na Indonésia, no México e na Tailândia confirmam esta tese sobre a relação entre o altruísmo e as remessas.

4.3 Implicações negativas das remessas

Quatro grandes riscos são geralmente associados às migrações e remessas: (i) um volume relativamente grande de remessas pode provocar a apreciação da moeda, com efeitos perversos nas exportações; (ii) como se viu nas páginas anteriores, em certas circunstâncias, as remessas provocam dependência; (iii) as redes de migrantes estimulam mais migração, designadamente de pessoal qualificado que as remessas sociais não compensam completamente; (iv) mais do que ocultar a verdadeira dimensão das relações financeiras internacionais, canais de remessas podem ser utilizados para lavagem de capital e financiamento de outras actividades ilícitas, designadamente actos terroristas.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS

Sendo as remessas transferências de fundos privados, as políticas que os governos dos países de origem dos migrantes podem geralmente adoptar têm a natureza de incentivos. Todavia alguns experimentaram medidas obrigatórias. Nas linhas seguintes dão-se alguns exemplos de normas obrigatórias e de incentivos, cujo sentido e eficácia dependem, entre outras variáveis, do perfil da emigração.

5.1 Remessas obrigatórias

Nos anos 80 do século passado, o governo coreano fez depender a emissão de visto de saída da aceitação da regra de transferência de pelo menos 80% dos rendimentos pelos canais oficiais. Relatórios confirmaram que a meta foi atingida. Outros países asiáticos tentaram aplicar as mesmas normas mas não tiveram o mesmo grau de sucesso. Entre 1974 e 1990, Lesoto e Moçambique entenderam-se sobre um sistema de pagamento diferido que facilitou a transferência de cerca de 75% dos salários ganhos nas minas. Este mecanismo, que parece ter sido benéfico para os trabalhadores mineiros e ambos os países, colocou o Lesoto em segundo lugar entre os países em desenvolvimento com maior saída de remessas como percentagem do PIB (28,6% em 2002).

5.2 Produtos financeiros para atrair remessas

O caso da Índia é o mais eloquente. Sendo o maior recebedor mundial de remessas, a Índia desenvolveu desde 1970 um sofisticado sistema de atracção de remessas. Os indianos não residentes (NRI) beneficiam de uma série de incentivos que inclui: taxas de juro especiais, taxas de câmbio garantidas, facilidades de repatriamento de depósitos e isenção de impostos sobre o capital e os juros. Estes incentivos visavam, sobretudo, o aumento de divisas e, quando o objectivo foi alcançado, alguns dos incentivos foram retirados.

Nesta primeira década do século XXI, uma estratégia de grande sucesso diz respeito às Obrigações especiais (títulos de crédito a longo prazo), às quais os migrantes qualificados são muito sensíveis. Desde 2001, o Bangladesh desenvolveu políticas e mecanismos de atracção de poupanças dos seus emigrantes. Os seguintes incentivos foram aplicados também por Índia e Paquistão: isenção de taxas sobre as remessas feitas por canais oficiais, facilidades para a aquisição de imóveis e investimento no comércio e na indústria sem necessidade de inquérito prévio sobre a origem dos fundos.

5.3 Conselho e orientação antes e depois da emigração

Bangladesh orienta os candidatos à emigração sobre como fazer as remessas de forma mais vantajosa e países como Burquina Faso, Etiópia, Filipinas, Mali, Sri Lanka, Tanzânia e Uganda procuram aconselhá-los através da Internet, embaixadas, consulados e bancos nacionais.

5.4 Simplificação de procedimentos e expansão da rede financeira

O difícil acesso aos operadores de transferência e o tempo relativamente longo das operações são obstáculos à utilização dos canais oficiais de remessa. Vários países empreenderam reformas para a simplificação dos procedimentos e a aceleração dos processos. Até há países que instituíram prémio e castigo para funcionários lidando directamente com as remessas e os remetentes.

5.5 Acesso aos serviços de remessas pelos migrantes em situação irregular

Pela sua dimensão, o caso mais referido é o dos mexicanos nos Estados Unidos da América. Com o acordo de ambos os governos, desde 2001 o Bilhete de Identificação Consular (*Consular Identification Card* – CIC) permite a abertura e movimentação de contas bancárias nos EUA. Uma vantagem adicional do sistema é permitir aos familiares retirar dinheiro no México através de Caixas Automáticas (ATM) pagando uma taxa muito mais baixa do que a dos sistemas de transferência habituais.

5.6 Políticas macroeconómicas sãs e instituições transparentes

É universalmente aceite o princípio segundo o qual o melhor incentivo que o governo nacional pode dar aos emigrantes é a criação e preservação de um ambiente institucional que minimize a incerteza macroeconómica e garanta alto nível de eficácia e transparência

das operações financeiras. As remessas são particularmente sensíveis à liberalização das trocas, às taxas de câmbio e aos baixos custos das transferências. Além das políticas macroeconómicas, de boa governação e de incentivos, as políticas e práticas que promovem o influxo de capitais influenciam as remessas positivamente. Ao longo dos 32 anos de existência de pequeno país insular, migrante e soberano, Cabo Verde tomou progressivamente consciência da importância da sua emigração e das remessas financeiras e sociais. O Capítulo 3 dá conta das reformas que empreendeu ao longo do seu percurso de nação no mundo.

6. SÍNTESE

Depois de uma primeira abordagem de algumas questões fundamentais das migrações e das remessas internacionais, mas com a profundidade e a extensão limitadas por uma análise como a presente, sem outro objectivo que não seja o de facilitar o tratamento do caso específico da relação entre Cabo Verde e Portugal no que toca às transferências de fundos resultantes dos fluxos migratórios e o seu impacto no desenvolvimento do país de origem dos migrantes, parece legítimo extrair algumas conclusões provisórias:

6.1 A regulação da globalização inclui as migrações

Para ter sucesso, qualquer esforço de regulação e gestão da globalização terá de incluir de forma inteligente e dinâmica as migrações internacionais, que já envolvem cerca de 3% da população mundial e tendem a crescer nas próximas décadas. Este foi o entendimento do Diálogo de Alto Nível que em 2006 reuniu 130 dos actuais 192 Estados membros da ONU em Nova Iorque. Na ocasião, os Estados representados sublinharam a importância das políticas públicas relativas às migrações nos países de origem e de destino terem em conta o contexto da realização dos objectivos de desenvolvimento económico e social internacionalmente acordados, nomeadamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

6.2 Os que partem impelidos pela instabilidade

E também pela guerra, desastres naturais e descrença. As migrações são uma prática que remonta à origem da humanidade mas verifica-se que tendem a crescer em todas as regiões do mundo e em todas as direcções, mas especialmente dos PMA para os países mais ricos e alguns países em desenvolvimento. O fenómeno é cada vez mais complexo e envolve crescente número de pessoas, famílias e nações, tomando várias formas. Uns candidatos continuam a procurar os tradicionais países de destino (Estados Unidos da América, União Europeia, Austrália e Canadá), outros atravessam as fronteiras como trabalhadores temporários e há também, em número crescente, aqueles que partem sem destino certo.

6.3 Os PMA registam altas taxas de emigração

Por causa da sua pequena economia e das limitadas perspectivas de desenvolvimento, numerosos PMA, especialmente insulares e encravados, registam taxas muito altas de emigração. Este movimento tem implicações contraditórias. Por um lado, esvazia estes países da sua força de trabalho, em particular através da perda do pessoal qualificado (êxodo de cérebros); por outro lado, é visto como meio de financiamento da economia nacional e do desenvolvimento social e cultural, através das remessas financeiras e sociais.

6.4 Mudança de perspectiva nas últimas três décadas

Vistas deste modo, as migrações são um fenómeno global capaz de afectar mais fortemente os PMA. Este capítulo mostrou também que houve nas últimas três décadas uma mudança de perspectiva que promete novos e interessantes desenvolvimentos. Antes, os investigadores e os políticos falavam só dos aspectos negativos das migrações, mais precisamente do êxodo do campo, de mão-de-obra nacional e de competências. Hoje, a visão da comunidade nacional e internacional é mais holística e tende a abranger igual-

mente efeitos positivos e negativos das migrações. As remessas financeiras e sociais atraem atenção crescente. Todavia, os paradoxos ainda prevaletentes na literatura especializada, os reflexos e implicações mais relevantes das migrações na economia do desenvolvimento e os perfis das migrações internacionais dos PMA são objecto do próximo capítulo.

CAP. 2. A UTILIZAÇÃO DAS REMESSAS E O SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO

1. INTRODUÇÃO

Antes de analisar as principais questões práticas do complexo processo que vai das transferências do país de destino à aplicação das remessas e suas consequências no desenvolvimento do país de origem do migrante, sintetizam-se nesta introdução alguns problemas de natureza conceptual e empírica.

1.1 Perguntas paradoxais e respostas ambivalentes

No plano dos conceitos, pergunta-se muitas vezes e até em termos paradoxais: (i) As migrações provocam subdesenvolvimento? (ii) A diferença salarial é a principal causa da emigração? (iii) São as redes de emigrantes potentes incentivos de novos fluxos migratórios? (iv) Exercem as migrações significativa influência na redução da pobreza e da desigualdade nos países de origem? (v) Constituem as migrações internacionais um forte antídoto das imperfeições do mercado?

As conclusões dos investigadores quase nunca são do tipo preto ou branco, é ou não é. Ora, porque em cada caso a resposta apresenta elementos positivos e negativos, o problema passa a colocar-se em termos relativos para determinar o que predomina, se os aspectos positivos ou se os aspectos negativos, e por vezes a diferença é ditada por circunstâncias locais, nacionais ou regionais.

Do ponto de vista teórico, as respostas a estas perguntas são por vezes ambivalentes. Por exemplo, considerando os efeitos negativos da perda de capital humano, a resposta à primeira pergunta, se as migrações provocam o subdesenvolvimento, é positiva. Porém, os efeitos negativos são menores nos países com mão-de-obra abundante e razoável capacidade de enquadramento e liderança. À segunda questão, se será a diferença sala-

rial a principal causa da emigração, tem-se contra-argumentado com a elevação simultânea das taxas de emigração e dos níveis de vida em certas regiões. Ou seja, pode haver redução do desequilíbrio salarial entre regiões com aumento de migração.

Quanto à terceira questão, existe consenso a respeito da atracção das redes de migrantes. Contudo, tem-se igualmente como certo que o conhecimento dos primeiros migrantes reduz os custos e os riscos da aventura dos fluxos seguintes, com saldo positivo para eles e para os países de origem. Nos últimos seis anos emergiu em força mais uma questão extremamente controversa: a relação entre as migrações e a internacionalização do crime.

Alguns teóricos entendem que ao diminuírem o fosso de informação entre os primeiros que partiram e os mais pobres que ficaram, a médio e longo prazo a emigração acaba por ter um efeito na redução da pobreza e desigualdade estruturais. Finalmente, tem a emigração algum efeito contra a imperfeição do mercado internacional? A falta de sistemas de crédito aos pobres, o alto custo das transacções, principalmente para os migrantes menos afortunados que, proporcionalmente, pagam mais por cada operação, e a pouca informação sobre as oportunidades nos meios rurais e iletrados sugerem que sim, as imperfeições do mercado agravam a pobreza e aprofundam as desigualdades. Porém, outra corrente de pensamento afirma que essas dificuldades estimulam a migração e esta finalmente redundará também em benefício dos pobres.

1.2 Evidências empíricas corroboram definições teóricas

Algumas destas definições e relações teóricas podem ser suportadas por provas empíricas nos países menos desenvolvidos, principalmente da Ásia e do Pacífico. Estes são os PMA que têm mais e melhor informação sobre o maior número de aspectos a considerar no estudo das migrações internacionais durante mais tempo. Utilizando os Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial, o Grupo Especial das Nações Unidas para os Países Menos Avançados e Encravados aplicou com sucesso o método das regressões ao estudo de duas das cinco relações acima mencionadas: (a) se as migrações internacionais, representadas estatisticamente através das remessas, facilitam o desenvolvimento econó-

mico e social, medido através do crescimento do rendimento *per capita*; e (b) se as migrações internacionais ajudam a reduzir a pobreza nos países de origem.

Num caso como no outro, os resultados empíricos globais corroboraram as hipóteses teóricas: primeiro, em geral, o dinheiro ganho no país de imigração contribui para o desenvolvimento económico e social dos países de destino e origem; segundo, os resultados da análise empírica provaram que o aumento *per capita* das remessas tem efeito positivo na redução da pobreza. O Grupo Especial das Nações Unidas chama a atenção para o facto muito importante de estas conclusões serem válidas ao nível global e recomenda o estudo de cada aspecto relevante das migrações internacionais ao nível nacional e local.

1.3 Particularidades nos PMA da região Ásia e Pacífico

As migrações internacionais nos pequenos Estados insulares do Pacífico são determinadas pela pressão da população sobre os recursos locais e pela percepção sobre as desigualdades socioeconómicas, nomeadamente as diferenças de rendimento, educação e saúde.

As disparidades gritantes entre os níveis de vida dos pequenos Estados insulares do Pacífico, por um lado, e da Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos da América, por outro, propulsionam as migrações na sub-região. A Nova Zelândia funciona como motor de algumas das economias insulares vizinhas, através de acordos de quota com Samoa e outros arquipélagos. A Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos da América são zonas de grande atracção de migrantes.

É no entanto de realçar que a Polinésia, a Micronésia e a Melanésia têm diferentes perfis migratórios. Enquanto o perfil da Polinésia é caracterizado pela emigração internacional, principalmente de Samoa e Tuvalu para a Austrália e a Nova Zelândia, o da Micronésia é um misto de migração regional e internacional. Kiribati tem o perfil migratório mais próximo do padrão dominante no mundo, com fluxos constantes para os países industrializados. Melanésia distingue-se pelo padrão da migração interna característica das ilhas Salomão e Vanuatu. Em todo o caso, a migração internacional é um elemento estrutural

dos sistemas económicos e sociais da maioria dos pequenos Estados do Pacífico, funcionando em muitos casos como válvula de segurança.

Esses sistemas são limitados por diversos constrangimentos, tais como a pequenez da economia, o isolamento e a distância, a deseconomia de escala, a escassez de recursos naturais, a fraca base de produção e a dependência do exterior. Excessiva emigração priva-os da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento, em particular da mão-de-obra qualificada.

Em 2005, no Fórum das Ilhas do Pacífico, a Agência Australiana de Ajuda ao Desenvolvimento Internacional (AusAID) propôs uma medida que interessaria à União Europeia e Cabo Verde estudar no contexto de uma futura parceria África-Europa. Trata-se de criar a Universidade Técnica Austrália / Ilhas do Pacífico, com uma rede de campos capazes de oferecer formação num certo número de áreas segundo o alto padrão australiano de qualidade. A ideia central é qualificar pessoal para os mercados nacional, regional e global.

1.4 A situação dos PMA da região africana é a mais difícil

Os constrangimentos referidos para a região da Ásia e Pacífico são agravados pelos numerosos e frequentes conflitos armados e o menor dinamismo económico de África. Em valores absolutos, Nigéria, Lesoto, Sudão e Senegal são os maiores beneficiários africanos de remessas.

No Benin, Cabo Verde, Gâmbia e Lesoto, as remessas representam mais de 10% do PIB. Em geral, as remessas dos emigrantes (RE) são superiores à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e aos investimentos privados não incluídos no investimento directo do estrangeiro (IDE).

Porém, os custos de transferência de fundos são muito elevados, chegando a oscilar entre os 13 e os 20%, quando o custo real para o operador ronda os 2 a 3%. Alguns peritos das migrações internacionais sugerem que as transferências informais para os PMA africanos correspondem a cerca do dobro das remessas oficiais.

Com base nos resultados de inquéritos às famílias em vários países e em modelos desenvolvidos por peritos de diversas regiões, o BM, o FMI e a OCDE consideram que é razoável estimar as remessas informais em pelo menos 50% dos registos estatísticos.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ALCANCE DAS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE REMESSAS

2.1 Entre 2001 e 2006, as remessas globais aumentaram em mais de 100%

Com fraco poder de influência sobre os fluxos de ajuda pública, graves dificuldades em atrair o investimento externo e difícil acesso ao financiamento nos mercados de capitais, muitos países viram nas remessas dos emigrantes a salvação. Entre 1970 e 1980, o fluxo de remessas cresceu cinco vezes em termos reais, tendo alcançado 59 mil milhões de dólares em meados da década de 90 (FMI 2003).

QUADRO 10: Remessas internacionais globais em 2006 (milhar de milhões de dólares)

Países / Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	v 2005-06	v 2001-06
Em desenvolvimento	85	96	117	145	165	193	206	7%	115%
De baixo rendimento	22	26	32	40	42	48	55	15%	112%
De rendimento médio	63	70	85	105	123	145	152	5%	117%
MIC inferior	43	48	61	75	86	98	102	4%	113%
MIC superior	20	22	24	30	37	47	50	6%	127%
Ásia E / Pacífico	17	20	29	35	39	45	47	4%	135%
Europa / Ásia Central	13	13	14	17	23	31	32	3%	146%
Am.Latina / Caraíbas	20	24	28	35	41	48	53	10%	121%
M.Oriente / África N	13	15	16	20	23	24	25	4%	67%
Ásia do Sul	17	19	24	31	31	36	41	14%	116%
África Sul do Sara	5	5	5	6	8	9	9	0%	80%
OCDE	46	50	52	59	66	68	68	0%	36%
Mundo	132	147	170	205	233	262	276	5%	88%

Legenda: MIC - País de Rendimento Médio, da sigla em inglês; v - variação.

Fonte: Banco Mundial, *Global Development Finance 2007*.

Como os valores totais são superiores, uma vez que incluem os fluxos informais, estimou-se que o fluxo total anual tenha sido de pelo menos 100 mil milhões de dólares (Gammeltoft, 2002). A magnitude desses valores é alvo de muitas reflexões, nomeadamente, sobre o seu papel no financiamento da economia dos países em desenvolvimento. Wabha (1991), citado por Rocha (2007), estimou que, em 1991, as remessas para o Egípto atingiram 41% das exportações.

Com base em informação de *Global Development Finance*, Dilip Ratha (2007) estima que entre 2001 e 2006 houve uma variação das remessas totais para os países em desenvolvimento na ordem dos 115%.

Como atrás se viu, o estudo das remessas justifica-se pelo facto de serem para muitos países a mais importante fonte de reservas externas, tendo constituído frequentemente mais de 12% do PIB. Líbano, Samoa, Eritreia, Líbano, Tonga, Albânia, Cabo Verde e Jordânia pertencem a esta categoria de países. Em alguns deles, como o Líbano, Albânia e Cabo Verde, as remessas correspondem a mais de 100% das exportações de bens e serviços.

Relativamente às motivações para as remessas, Elbadawi e Rocha (1992) e Lucas e Stark (1985), são bons representantes das duas correntes de pensamento dominantes.¹⁶ A maior parte da literatura consultada sugere dois modelos complementares.¹⁷ A primeira aborda a questão do envio de remessas do ponto de vista sociodemográfico (relações familiares) e de altruísmo. A segunda abordagem encara o envio de remessas como uma decisão de investimento por um agente económico racional que, por isso, avalia as opções nos países de origem e residência antes de decidir.

16 Swami (1981) considera que a actividade económica e a inflação influenciam as remessas.

17 Lucas e Stark mencionam três factores: o altruísmo, o interesse próprio e uma espécie de contrato entre o emigrante e a família.

A interpretação que se faz de um ou outro modelo (sociodemográfico-altruísta ou racional-económico) é significativa do ponto de vista do país emissor de mão-de-obra. Para o primeiro modelo, os incentivos de política macroeconómica teriam pouca influência na captação de mais remessas, enquanto que, para o segundo modelo, o governo poderia incentivar o envio de mais remessas

enquanto fonte de financiamento, por exemplo, através de taxas de juro e de câmbio mais vantajosas.

Os resultados da análise da informação documental disponível e dos dados revelados pelo inquérito realizado no país de origem e de destino revelam que Cabo Verde não se enquadra perfeitamente em nenhum destes modelos. Entra numa terceira via, pelas seguintes razões: as remessas do emigrante cabo-verdiano são utilizadas imediatamente para melhorar o bem-estar da família e, mesmo quando se destinam ao investimento, este tem como finalidade garantir a segurança económica da família no futuro. É a racionalidade económica ao serviço do altruísmo. No caso de Cabo Verde, parece haver complementaridade das perspectivas altruísta-sociodemográfica e racional-económica.

A secção seguinte estuda a dinâmica das remessas do ponto de vista das motivações, evolução e importância, num contexto em que as outras fontes de financiamento se revelaram mais voláteis e imprevisíveis.

2.2 Motivação dos remetentes

O modelo sociodemográfico (altruísta) define as remessas como uma variável endógena, que depende directamente do salário do emigrante e da sua propensão para poupar.¹⁸ Dentro desta classe, existe uma versão que defende as remessas como fazendo parte de um contrato entre o emigrante e a família.¹⁹ É o que se considera puro altruísmo, como a principal motivação para as remessas, de forma a aumentar o bem-estar da família (Lucas e Stark, 1985).

Sendo assim, existirá um nível mínimo de remessas que o emigrante estará disposto a efectuar e que depende apenas dos seus rendimentos e das necessidades familiares. Segundo esta abordagem, os governos têm pouca margem de manobra para, através

18 O emigrante tende a maximizar a utilidade da remessa (Djajic 1989).

19 Trata-se de um mecanismo de partilha de risco entre ambos que compensa a falta de um mercado segurador no país de origem, particularmente em regiões rurais. Deste modo, pode-se considerar esse contrato como auto-interesse do emigrante, porque inclui o bem-estar da família na sua função de utilidade (Elbadawi e Rocha 1992, Chami et al 2003).

de incentivos, por exemplo, taxas de juro e taxas de câmbio vantajosas, aumentar o fluxo de remessas. Nesta óptica, os factores que influenciam as remessas são de ordem socio-demográfica e familiar, tais como a composição da família, a duração da estadia e o estoque, ou seja, o número absoluto de emigrantes.

No modelo de investimento o emigrante é visto como um agente económico racional, que procura maximizar a utilidade da poupança. Decide com base na comparação das vantagens financeiras que pode obter nos países de origem e de residência. Na procura de maximização da poupança, o emigrante decide manter as suas poupanças no país de residência ou remetê-las para o país de origem, na forma de activos financeiros, baseando a sua decisão na taxa de rendimento, nos preços relativos e na incerteza.

Neste modelo, as motivações para as remessas são de ordem económica e podem ser, deste modo, influenciadas pelos incentivos governamentais. Segundo Lucas e Stark (1985) o factor determinante é o interesse em investir no país de origem.

São variáveis fundamentais na determinação deste modelo: a diferença entre as taxas de juro dos países envolvidos, a taxa de rentabilidade dos activos reais, a taxa de câmbio ou prémio do mercado negro, caso exista, a evolução esperada da taxa de câmbio e a inflação.²⁰

20 El-Sakka e McNabb (1999) encontraram uma relação positiva entre inflação e remessas, mas sugerem que, com a inflação, os emigrantes enviam mais, apenas para compensar a perda do poder de compra das famílias, o que remeteria o leitor para o modelo endógeno-altruísta.

21 Wabha (1991), citado por Rocha (2007), relacionou o envio de remessas com taxas de juro e de câmbio competitivas.

Os resultados não são consensuais. Existem estudos empíricos mostrando que algumas dessas variáveis (taxas de juro e de câmbio vantajosas) tiveram influência no aumento de fluxos de remessas, enquanto que outros não encontraram essa mesma relação, mas confirmaram que o nível de actividade económica no país de residência influencia significativamente as remessas.²¹

Dessa análise resulta que o impacto das variáveis demográficas é evidente para a maioria dos estudos sobre a matéria mas o mesmo não acontece com as variáveis económicas. Os resultados dependem também da realidade estudada e a dificuldade em

relacionar a taxa de rendimento com as remessas pode ser devida à relação entre a taxa de juro no país de origem e outros fenómenos.

2.3 Ciclos e tendências

Depois de um longo período de estagnação, as remessas cresceram rapidamente desde a década de 90 do século passado.²² É certo que, nesse período, muitos países em desenvolvimento efectuaram reformas económicas, corrigiram desequilíbrios estruturais, liberalizaram a conta corrente da balança de pagamentos e aboliram restrições cambiais que também podem estar na origem de maior fluxo de remessas.

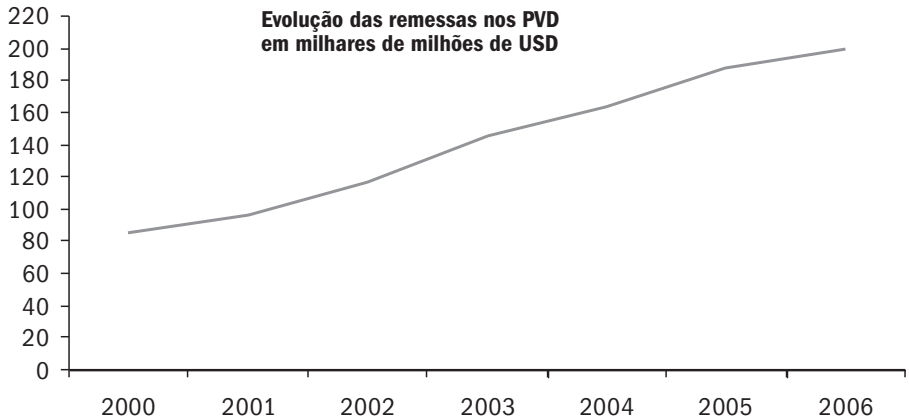
Apesar de um ligeiro declínio em 1997, principalmente nos países mais pobres, pois nos países de rendimento médio permaneceram inalteráveis, dados oficiais mostram que em cinco anos, entre 2001 e 2005, as remessas para os países em vias de desenvolvimento (PVD) duplicaram, passando de 96 para 193 mil milhões de dólares. Entre 1990 e 2003, as remessas constituíram mais de 5% do PIB em 24 países (FMI 2005c).

A sua distribuição não é homogénea. Os países de maior rendimento são os que recebem a maior parte. Entre 2001 e 2006, a África subsariana recebeu uma média anual de pouco mais de 3% do total das remessas, com uma variação de cerca de 80%.²³ Nesse mesmo período, a Ásia recebia entre 13 e 18%, com um aumento de 135%. A Europa de Leste e Central cresceu 146% e a América do Sul, Central e Caraíbas teve um crescimento do volume das remessas recebidas na ordem dos 121%.

22 Esse rápido crescimento pode ter tido origem não só no aumento do número de emigrantes, que passou de 79 milhões em 1960 para quase 200 milhões em 2006, mas também no desenvolvimento da tecnologia no sistema financeiro, permitindo maior produtividade no sector e reduzindo os custos e o tempo de processamento das operações.

23 Esse declínio pode dever-se também ao desvio para canais informais, devido à diferença entre as taxas de câmbio oficiais e paralelas (Bracking 2003).

FIGURA 3: **Evolução das remessas para os países em desenvolvimento 2000-2006**



Fonte: Banco Mundial, 2007

2.4 Quando não há renovação de estoque, o nível de remessas baixa

Em conclusão, as duas abordagens não são exclusivas, mas complementares. Certamente que os factores demográficos são importantes na decisão de enviar um mínimo de remessas para as famílias, mas também é certo que, se as condições forem preferenciais no país de origem, nomeadamente em termos de incentivos, é natural que o emigrante decida remeter mais poupança para ser aplicada em depósitos nos bancos ou em investimentos. Recorde-se que nem toda a remessa é enviada por via dos canais oficiais, nem mesmo aquela destinada a investimentos em activos reais.

Além da existência ou não de políticas acertadas, deve ter-se em conta a escolaridade e o nível de informação que o próprio emigrante tem sobre os benefícios que pode obter no seu país de origem, devido ao seu estatuto de emigrante. Daí a importância da acção das embaixadas, consulados, associações de imigrantes e dos bancos comerciais.

A análise da duração da estadia é outro factor importante, porque a parte endógena tende a diminuir, à medida que aumenta o tempo de permanência no país de acolhimento. Caso

não haja renovação do estoque, o nível de envio tende a baixar. Uma grande parte da literatura encontrou provas do comportamento altruístico, mas apenas uma pequena parte testou o altruísmo contra hipóteses alternativas. São os casos de Lucas e Stark 1985, Agarwal e Horowitz 2002, que estudaram o que chamaram o auto-interesse no Botswana e o altruísmo na Guiana.

Por seu lado, Elbadawi e Rocha (1992) confirmaram a correlação entre remessas e rendimento no país de residência. Destacam também factores demográficos, tais como o estoque de emigrantes e a duração da estadia. No caso de Cabo Verde, a análise comparativa que adiante se faz da evolução das remessas dos EUA, de imigração mais antiga, e da União Europeia, de imigração mais recente, permite extrair algumas conclusões interessantes.

3. Informação para o perfil ideal de um país destinatário de remessas

3.1 Um quadro de referência para o caso Portugal-Cabo Verde

Um sistema credível de recolha, tratamento e registo de informação é crucial para a determinação da importância das remessas e a avaliação das suas tendências e implicações no desenvolvimento. É também muito importante para a melhoria da acção dos governos dos países beneficiários.

Por estas razões, procura-se nesta secção identificar as políticas e práticas relacionadas com os fluxos e a utilização dos fundos. O quadro aqui desenhado será referência para a análise da relação entre Portugal e Cabo Verde. Partindo de dados incompletos de um certo número de PMA da África, América Latina e Caraíbas, Ásia e Pacífico, cria-se um quadro ideal para uso posterior. Os itens são organizados em seis blocos para que, no fim, se possa ver o perfil de Cabo Verde relacionado com cada bloco de informação necessária. É uma forma de mostrar simultaneamente a informação e o défice de informação no sistema de recolha e registo.

Bloco 1: Informação sobre os fluxos de fundos

I. Num primeiro passo, deve-se apenas assinalar no quadro seguinte a existência ou não existência de informação sobre cada item (quadro 11).

1. Fluxo oficial total
2. Fluxo oficial de Portugal
3. Número de transacções anuais totais
4. Número de transacções anuais de Portugal
5. Frequência das transferências
6. Circuitos / meios de transferência
7. Custo das transferências
8. Países de origem dos fundos
9. Estimativa das remessas informais
10. Ilha de destino dos fundos
11. Perfil do remetente
12. Perfil do destinatário
13. Remetente por sexo
14. Ocupação do remetente
15. Estatuto jurídico-legal do remetente
16. Utilização dos fundos transferidos
17. Consumo
18. Poupança
19. Investimento
20. Motivação do remetente

QUADRO 11: **Informação 1-20**

País	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Cabo Verde	x	x			x	x	x	x		x										

II. Num segundo passo, preenche-se o quadro com a informação disponível.

QUADRO 12: **Informação disponível**

País	Cabo Verde
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

III. Num terceiro passo, mostra-se a importância absoluta e relativa das remessas para Cabo Verde através da comparação de seis PMA de diferentes regiões.

QUADRO 13: Fluxo de remessas totais em 2005 e em relação ao PIB (milhões dólares)

Remessa	Haiti	Lesoto	Nepal	C V	Gâmbia	G-B	Kiribati	lémen	Senegal	Bangladesh
Totais	985,0	327,0	1,2	137,0	58,0	28,0	7,4	1,3	633,0	4.300,0
% PIB	23,2	22,5	16,5	13,4	12,6	9,3	9,2	8,9	7,6	5,5

IV. O último quadro do Bloco 1 informa sobre a origem dos principais fluxos de fundos.

QUADRO 14: Origens das remessas para Cabo Verde em 2006 (ordem decrescente)

País / Região								
Remessas								

Bloco 2: Políticas e mecanismos para encorajar as remessas pelos canais formais

I. Políticas e práticas prevalentes em Cabo Verde

Taxa de câmbio do mercado ou superior?

Os fundos transferidos estão sujeitos a impostos ou taxas?

As contas de emigrantes em divisas são parcial ou totalmente exportáveis?

O acesso às divisas é livre?

II. Quais são os circuitos mais utilizados pelos emigrantes dos PMA?

QUADRO 15: **Circuitos de remessas para os PMA**

	Circuitos formais				Circuitos informais	
	MTO	Bancos	Correios	Agências	Em mão	Operadores informais
Bangladesh		1	2			1
Benin	2	3	1		1	2
Haiti	1	2			1	2
Lesoto		1		2		
Mali	2	1			2	1
Cabo Verde		3	1	2	1	

Legenda: 1 - primeiro circuito; 2 - segundo circuito; 3 - terceiro circuito utilizado.

MTO - Operador de transferência de dinheiro (da sigla em inglês)

QUADRO 16: **Qualidade dos serviços de transferência de fundos para as comunidades remotas (último quilómetro)**

O inquérito informa que em Cabo Verde os amigos/viajantes são os serviços informais mais próximos do último quilómetro e que os Correios são os serviços oficiais que mais se aproximam dos destinatários das remessas.

Bloco 3: Políticas para reforçar o impacto das remessas no desenvolvimento

- I. Este bloco visa recolher informação sobre políticas destinadas a incentivar o investimento de remessas de emigrantes.

QUADRO 17: **Incentivos existentes em Cabo Verde**

Fundos de contrapartida para projectos de desenvolvimento local	Fundos de contrapartida para a habitação	Projectos públicos que necessitam de financiamento	Parcerias com agências de desenvolvimento local	Incentivo ao crédito	Apoio ao empresariado migrante

II. Quadro 18: Depósito de remessas

As remessas são geralmente depositadas nos bancos?

QUADRO 18: **Depósito de remessas**

--

Bloco 4: Políticas de apoio ao trabalho regulamentado e aos imigrantes

Este bloco identifica as medidas governamentais de regulação e regulamentação do trabalho e apoio aos imigrantes.

QUADRO 19: Medidas visando a regulamentação do trabalho e apoio aos imigrantes

Acordos bilaterais ou multilaterais	
Organismos governamentais	
Convenções internacionais	
Outros	

Bloco 5: Quadro institucional

Este bloco identifica e caracteriza os departamentos governamentais responsáveis pelas migrações e transferência de fundos em Portugal e em Cabo Verde.

QUADRO 20: Organismos incumbidos das migrações e transferência de remessas

Organismos governamentais responsáveis pelas migrações em Portugal	Organismos responsáveis pelas transferências em Portugal
Organismos governamentais responsáveis pelas migrações em Cabo Verde	Organismos responsáveis pelas transferências em Cabo Verde

Bloco 6: Outras políticas relativas à diáspora

Pretende-se com este bloco identificar as políticas e práticas susceptíveis de intensificar as relações de colaboração entre Cabo Verde e a sua diáspora.

- A - Congressos e outras manifestações, tais como conferências e semanas culturais
- B - Jornadas da diáspora no país e no estrangeiro, participação em festas no país
- C - Informação electrónica
- D - Cartão de identificação do emigrante
- E - Dupla nacionalidade

F – Direito de voto

G – Associações de imigrantes

QUADRO 21: Políticas e práticas de incentivo à diáspora cabo-verdiana

A	B	C	D	E	F	G

4. INFORMAÇÃO FUNDAMENTAL PARA UM PERFIL IDEAL

A informação recolhida através dos seis blocos anteriores permitiria traçar um perfil ideal do país de origem de emigrantes e destinatário de remessas. Um tal perfil só seria possível com informação completa sobre a totalidade dos 20 itens seguintes:

1. Órgãos do Governo responsáveis pela emigração e transferência de remessas
2. Transferências de fundos (fluxo oficial total, total de transacções anuais, circuitos de transferência, países de residência dos remetentes)
3. Remessas como proporção do PIB
4. Remessa como proporção das exportações
5. Remessa em relação à APD
6. Remessa em relação ao IDE
7. Remessa como proporção da massa monetária
8. Principais países de origem dos fundos transferidos
9. Estatuto jurídico e profissional dos remetentes de fundos
10. Principais aplicações dos fundos transferidos por ordem decrescente
11. Principais políticas financeiras e monetárias para estimular o investimento
12. Impostos e taxas sobre fundos transferidos
13. Taxas de câmbio
14. Acesso dos nacionais a divisas
15. Posse de contas em divisas exportáveis
16. Os circuitos mais utilizados

17. Serviço de distribuição dos fundos transferidos nos meios rurais
18. Serviços de apoio aos emigrantes
19. Acordos de cooperação com países de destino dos emigrantes
20. Motivos para investir no país de origem.

5. RECOLHA DA INFORMAÇÃO ACESSÍVEL PARA UM PERFIL REAL

Com a informação disponível, é possível traçar um quadro imperfeito da realidade das remessas para Cabo Verde. Esta secção retém os itens sobre os quais existe informação. O quadro da realidade será mostrado pela diferença entre o que seria um perfil completo se informações sobre todos os itens do número 4 estivessem disponíveis e o perfil desenhado com a informação efectivamente recolhida.

Esta diferença é a biografia de Cabo Verde actual, país de destino das remessas apresentado no Capítulo 3. Retêm-se para cada bloco somente os itens sobre os quais a informação está disponível. As indicações sobre os restantes itens são dadas pelos inquéritos realizados em Portugal (ponto de vista do remetente) e em Cabo Verde (ponto de vista do recebedor).

Bloco 1: Informação sobre os fluxos de fundos e emigração

- Fluxo oficial total
- Fluxo oficial de Portugal
- Circuitos / meios de transferência
- Países de origem dos fundos
- Estimativa de custo das transacções
- Ilha de destino das remessas.

QUADRO 22: **Informação 1-20**

País	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Cabo Verde	x	x				x	x	x		x										

Na realidade, encontrou-se informação relativa a seis itens sobre vinte: fluxo oficial total, fluxo de Portugal, circuitos oficiais mais utilizados, custo das transferências de Portugal, países de origem dos fundos, e destino dos fundos por ilhas.

QUADRO 23: **Informação disponível**

País	Cabo Verde
1	10 827,6 Milhões de Escudos CV em 2006
2	3 095,9 Milhões de Escudos CV em 2006
3	
4	
5	
6	Bancos, Western Union, Correios
7	Custos das transferências
8	Estados Unidos, Países Baixos, França, Itália, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Suíça, Angola, Luxemburgo, Espanha - 98% do total.
9	
10	Todas as ilhas
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Num terceiro passo, mostra-se a importância absoluta e relativa das remessas para Cabo Verde através da comparação de seis PMA de diferentes regiões.

QUADRO 24: Fluxo de remessas totais em 2005 e em relação ao PIB (milhões de dólares)

Remessas	Totais	% do PIB
Haiti	985,0	23,2
Lesoto	327,0	22,5
Nepal	120,0	16,5
Cabo Verde	137,0	13,4
Gâmbia	58,0	12,6
Guiné-Bissau	28,0	9,3
Kiribati	7,4	9,2
Iemen	1,3	8,9
Senegal	633,0	7,6
Bangladesh	4300,0	5,5

O último quadro do Bloco 1 informa sobre a origem dos principais fluxos de fundos.

QUADRO 25: Origens das remessas para Cabo Verde em 2006 (Milhões de ECV)²⁴

País / Região	Remessas
Portugal	3095,9
França	2476,8
EUA	2100,2
Holanda	963,1
Itália	772,1
Espanha	432,6
Luxemburgo	217,5

²⁴ A cotação oficial: um euro equivale a 110,265 escudos cabo-verdianos (ECV).

Bloco 2: Políticas e práticas para encorajar as remessas

Políticas e mecanismos prevaletentes em Cabo Verde:

Taxa de câmbio do mercado ou superior?

A taxa de câmbio é única. O país não adopta o sistema de vários câmbios, mas apenas uma única cotação oficial para todas as transacções. Mesmo no mercado informal a diferença é tão pequena que pode ser desconsiderada em termos de impacto macro-económico.

Os fundos transferidos são sujeitos a taxas?

Não. Os fundos não são sujeitos a quaisquer taxas ou impostos.

Contas em divisas reexportáveis parcial ou totalmente?

Existem contas emigrantes exportáveis. À luz da prática actual, mesmo com algumas restrições na movimentação de capitais, os emigrantes são livres de exportarem os seus fundos.

O acesso às divisas é livre?

Não, para viagens existe o limite de um milhão de ECV (mil contos). Valores superiores precisam de autorização do Banco Central (BCV).

Os circuitos mais utilizados por emigrantes dos PMA

QUADRO 26: Circuitos de remessas para 6 PMA

	Circuitos formais				Circuitos informais	
	MTO	Bancos	Correios	Agências	Em mão	Operadores informais
Bangladesh		1	2			1
Benin	2	3	1		1	2
Haiti	1	2			1	2
Lesoto		1		2		
Mali	2	1			2	1
Cabo Verde		3	1	2	1	

Fonte: OIM. Relatório final – Conferência ministerial dos países menos avançados sobre o impacto das remessas no desenvolvimento. Benin, 2006. Dados sobre Cabo Verde: Autores

Legenda: 1 – o banco é o circuito mais preferido; 2 – as operadoras de transferência de dinheiro (sigla inglesa) vêm em segundo lugar; 3 – e os correios ocupam a terceira posição entre os circuitos oficiais. Calcula-se que, entre os circuitos informais, a transferência por mão vence.

QUADRO 27: Qualidade dos serviços de transferência de fundos para as comunidades remotas

Todas as ilhas e municípios têm acesso aos principais bancos e aos correios, mas não se conhecem serviços especialmente orientados para as zonas remotas. A concorrência entre bancos é crescente e é provável que dela resulte mais atenção às pequenas e remotas comunidades rurais e de pescadores.

Bloco 3: Políticas para reforçar o impacto das remessas no desenvolvimento

Este bloco visa recolher informação sobre políticas destinadas a incentivar o investimento de remessas dos emigrantes.

QUADRO 28: **Incentivos existentes em Cabo Verde**

Fundos de contrapartida para projectos de desenvolvimento	Industrial, piscatória e agrícola.
Fundos de contrapartida para a habitação	Aquisição e construção de habitação própria.
Projectos públicos que necessitam de financiamento	Privatização de empresas tais como a transportadora aérea, os portos, a electricidade, etc.
Parcerias com agências de desenvolvimento local	
Incentivo ao crédito	Para estabelecimento de negócios na área do turismo. Bonificação de juros.
Apoio ao empresariado migrante	Instituto das Comunidades (IC) pretende criar base de dados de empresários na diáspora e implementar MIDA ²⁵ nos EUA, França, Portugal, Holanda, Luxemburgo e Senegal.

25 MIDA, Migração para o Desenvolvimento de África.

QUADRO 29: Depósito de remessas

Sim, no Banco Comercial do Atlântico (BCA), na Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), no Banco Interatlântico (BI) e no Banco Caboverdiano de Negócios (BCN).

Bloco 4: Políticas de apoio ao trabalho regulamentado e aos imigrantes

Este bloco identifica as medidas governamentais de regulação e regulamentação do trabalho e apoio aos imigrantes.

QUADRO 30: Medidas de regulamentação do trabalho e apoio ao imigrante cabo-verdiano

Acordos sobre Segurança Social e
Acordos de Cooperação Internacional

Angola, Brasil, França, Holanda, Itália,
Luxemburgo, Portugal, São Tomé e
Príncipe.

Bloco 5: Quadro institucional

Este bloco identifica e caracteriza os departamentos governamentais responsáveis pelas migrações e transferência de fundos em Portugal e em Cabo Verde.

QUADRO 31: **Organismos incumbidos das migrações e transferência de remessas**

País	Migrações	Transferências
Portugal	Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Administração Interna Ministério do Trabalho e da Solidariedade Alto Comissariado da Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)	Banco de Portugal Bancos comerciais
Cabo Verde	Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades Ministério da Administração Interna Ministério do Trabalho e da Solidariedade Instituto das Comunidades (IC)	Banco de Cabo Verde Bancos comerciais

Bloco 6: Outras políticas relativas à diáspora cabo-verdiana

Este bloco consiste nas políticas e práticas susceptíveis de intensificar as relações de colaboração entre o país de origem e a diáspora.

QUADRO 32: **Políticas de incentivo à diáspora cabo-verdiana**

A	B	C	D	E	F	G
x	x	x		x	x	X

A – Congressos e outras manifestações, tais como conferências e semanas culturais.

Existe a tradição das semanas e jornadas do emigrante em Cabo Verde e nos países de acolhimento. O Congresso de Quadros Cabo-verdianos da diáspora reúne-se de quatro em quatro anos, sendo uma vez em Cabo Verde e outra no estrangeiro. As empresas cabo-

-verdianas, designadamente os bancos, promovem ou patrocinam encontros com emigrantes. Os festivais culturais e acontecimentos desportivos regulares ou esporádicos atraem os emigrantes para as terras de origem. No estrangeiro existem associações cabo-verdianas e associações das localidades de origem. As Câmaras Municipais promovem encontros com emigrantes. Em geral, é em Agosto e pelo Natal e Ano Novo que se verificam os grandes encontros. Em 2007, por exemplo, houve a Semana Cultural de Cabo Verde em França e a Homenagem ao Trabalhador Cabo-verdiano em Portugal. Registaram-se celebrações também nos EUA, Luxemburgo, Itália e Holanda.

B – Jornadas da diáspora no país e no estrangeiro, participação em festas no país

A intensidade é variável de ilha para ilha, mas existe a tradição das jornadas e de apadrinhamento das festas locais, normalmente de origem religiosa, por emigrantes. Por exemplo, na Festa de São Filipe, ilha do Fogo, é frequente os emigrantes receberem a bandeira e com ela o compromisso de organizar a festa no ano seguinte. É uma responsabilidade que acarreta despesas consideráveis e confere prestígio social correspondente.

C – Informação electrónica

Além dos portais de outros serviços públicos e privados, existe o portal do Instituto das Comunidades.²⁶ Existem igualmente contactos e interacção de rádios, televisões, jornais e portais na diáspora e no País.

D – Cartão de identificação do emigrante

Não existe.

E – Dupla nacionalidade

Cabo Verde tem aplicado o princípio sempre que há reciprocidade. Nos outros casos, que constituem a maioria, quando não haja interdição expressa, o Governo age como se houvesse dupla nacionalidade. Além disso, é fácil ao cabo-verdiano readquirir a nacionalidade que tenha perdido por causa da obtenção de uma segunda. Cabo Verde reconhece o direito de nacionalidade aos filhos e netos de cabo-verdianos desde que provem esta condição. Ora, o facto de a nacionalidade não ser atribuída/adquirida automaticamente, de ter de ser requerida, provada e,

26 www.ic.cv

finalmente, concedida contribui para a situação de apátrida que numerosos descendentes de cabo-verdianos têm em Portugal e em todos os países cujo princípio de nacionalidade é o sangue (*jus sanguinis*), não o solo ou a terra de nascimento (*jus soli*).

F – *Direito de voto*

É o princípio da reciprocidade que funciona. Cabo Verde ratificou o Acordo de Livre Circulação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), incentiva o exercício do direito de voto nas eleições autárquicas e defende o princípio da participação dos seus cidadãos em eleições nacionais dos países de destino. Os cabo-verdianos exercem o direito de voto para a eleição dos deputados nacionais e do Presidente da República de Cabo Verde nos países onde residem. Estão representados no Parlamento e o seu voto tem tido grande importância e visibilidade na escolha do Presidente da República. A participação política do imigrante em Portugal sofre de três grandes males: limita-se ao nível das eleições autárquicas, não beneficia do estímulo dos partidos políticos e o interesse dos próprios imigrantes não tem sido convincente. Apesar destas graves limitações, a questão do exercício dos direitos políticos a nível nacional é cada vez mais discutida em Portugal.

G – *Associações de imigrantes*

Existem várias associações na diáspora e elas são estimuladas pelo Governo de Cabo Verde.

6. PERFIL DE CABO VERDE COMO DESTINATÁRIO DE REMESSAS

Com a informação de fonte documental e recolhida através de inquérito, escreve-se no Capítulo 3 a biografia de Cabo Verde como país destinatário de remessas.

6.1 **Orgãos do governo responsáveis**

Pela emigração e transferência de remessas: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

6.2 Dados sobre transferência de fundos

6.2.1 Tipo de informação recolhida e registada sobre fundos

- Fluxo oficial total – Banco de Cabo Verde (dados agregados)
- Total de transacções anuais – não existe um modelo oficial de estimativa
- Circuitos de transferência – Banco de Cabo Verde (dados agregados)
- Países remetentes – Banco de Cabo Verde (dados agregados)

6.2.2 Fluxo de transferências e proporção do PIB nas últimas duas décadas

QUADRO 33: Fluxo de transferências (milhões de ECV)²⁷ e proporção do PIB

Ano	Total oficial	% PIB
2006	10 827,6	10%
2005	11 002	12%
2000	8825	13%
1995	5847	16%
1990	3139	15%
1985	1912	15%

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Entre 1985 e 2006, as remessas oficiais oscilaram em valor absoluto entre 1912 e 10 827 milhões de ECV e entre os 16 e os 10,3% como percentagem do PIB. Ao contrário da tendência geral verificada nas remessas para os países em desenvolvimento nas últimas duas décadas, verificou-se um decréscimo das remessas como proporção do PIB de Cabo Verde.

²⁷ Cotação oficial: 1 Euro = 110,265 ECV (Escudo cabo-verdiano).

6.2.4 **Estatuto e sexo dos remetentes de fundos**

Não existe mecanismo oficial de recolha deste tipo de informação. Porém, o inquérito realizado em 2007 indicou que 48,8% dos emigrantes são homens e 51,2% são mulheres.

6.2.5 **Principais utilizações (aplicações) dos fundos transferidos, por ordem decrescente**

O Quadro 34 apresenta os resultados do inquérito relativamente a utilização dos fundos remetidos pelos emigrantes cabo-verdianos, por ordem decrescente de importância.

QUADRO 34: **Principais aplicações das remessas**

Apoio à família
Poupança / Depósito bancário
Construção / Aquisição de casa de habitação
Educação de familiares
Saúde de familiares
Compra de casa / propriedade agrícola
Investimento
Reembolso de empréstimo para despesas de emigração
Desenvolvimento comunitário

Fonte: Autores

6.3 Principais políticas macroeconómicas para estimular o investimento

QUADRO 35: Principais aplicações das remessas

Privatização (compra de acções com rendimento dependente dos lucros da empresa) e emissão de Obrigações (título de dívida com rendimento fixo).

Criação de depósitos especiais para emigrantes com remuneração acima do mercado (juros bonificados) e livres de impostos e taxas.

6.4 Impostos sobre fundos transferidos

Os fundos transferidos não pagam impostos. Pagam comissões por serviços recebidos.

6.5 Taxas de câmbio

São as taxas do mercado praticadas pelos bancos, mas para o Euro a cotação é fixa.

6.6 Acesso dos nacionais a divisas

Qualquer pessoa tem acesso livre a divisas até um milhão de ECV (1000 contos) por cada viagem. Valores superiores terão de ser justificados pelos interessados. Podem manter contas em divisas alimentadas por valores que vêm de fora. Ou seja, não se pode comprar divisas internamente sem justificação.

6.7 Posse de contas exportáveis em divisas

Os emigrantes possuem contas em divisas que podem exportar.

6.8 Os circuitos formais mais utilizados

O inquérito revelou que a situação mais frequente é a do emigrante que utiliza tanto os canais formais como os informais. Entre os circuitos mais utilizados destacam-se os seguintes.

QUADRO 36: **Canais oficiais**

Circuito oficial	Número Utilizadores	% Total de Inquiridos
Correios	156	31,90%
Bancos	75	15,33%
MTO	61	12,47%

Fonte: Autores

6.9 Os canais informais mais utilizados apresentam-se no seguinte quadro

Os canais formais e os canais informais são complementares e é interessante verificar que são praticamente iguais os números de inquiridos que declararam utilizar os circuitos formais (292) e os circuitos informais (294).

QUADRO 37: **Canais informais**

Circuito informal	Número Utilizadores	% Total de Inquiridos
Amigos	212	43,35%
Viajantes	71	14,51%
Rabidantes	11	2,24%

Fonte: Autores

6.10 Serviço de distribuição dos fundos transferidos nas zonas remotas

Os bancos e os correios asseguram a entrega em todos os municípios. Os correios estão também nas freguesias e localidades, sendo os serviços mais próximos do *último quilómetro*.

6.11 Serviços de apoio aos emigrantes

- Embaixadas e Consulados no estrangeiro
- Instituto das Comunidades
- OIM (apoio ao regresso voluntário e regresso de pessoal qualificado)
- Outros.

6.12 Acordos de cooperação com países de destino dos emigrantes cabo-verdianos

Existem acordos de cooperação e convenções de segurança social com os principais países de destino dos emigrantes cabo-verdianos, nomeadamente: Estados Unidos da América, Portugal, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Angola, Brasil e São Tomé e Príncipe.

7. UTILIZAÇÃO DAS REMESSAS

- Satisfação das necessidades básicas da família
- Saúde e educação dos irmãos, filhos e parentes
- Construção / aquisição / reabilitação de casa própria
- Poupança / depósito a prazo
- Investimento em negócios
- Viagens familiares ao estrangeiro

8. IMPACTO DAS REMESSAS NO DESENVOLVIMENTO

Antes de responder à pergunta «o que podem as remessas e outras contribuições dos migrantes fazer pelo desenvolvimento com equidade no país de origem?», David de Ferranti e Anthony Ody afirmam em *Diaspora and Development* (2007)²⁸ que quando o contributo dos migrantes constitui uma das mais importantes formas de financiamento do desenvolvimento – o dobro da ajuda oficial – a primeira coisa a fazer é analisar o seu impacto.

Feita a análise, concluíram que num primeiro tempo a emigração tende a exacerbar a desigualdade pelo facto de os mais pobres terem de ficar. Porém, a longo prazo, as remessas reforçam a equidade através do alargamento progressivo da base dos participantes, porque as remessas e a concorrência entre os bancos aumentam as oportunidades de acesso aos serviços financeiros, reduzindo as desigualdades de oportunidade. Por outro lado, a Conferência Ministerial dos PMA (Benin, Fevereiro de 2006) reconheceu a importância das remessas e do seu impacto no desenvolvimento dos países de origem.

Igualmente, a propósito dos PMA da Ásia e do Pacífico, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas entende que as migrações internacionais podem ser uma boa ferramenta financeira para a realização dos objectivos de desenvolvimento do milénio.²⁹ Sobre a América Latina e Caraíbas, Pablo Fajnzylber e J. Humberto López concluem que em geral as remessas têm impacto positivo nas economias, aceleram o crescimento e reduzem a pobreza.

Estes autores afirmam que é de importância particular o efeito das remessas no desenvolvimento do sector financeiro, das poupanças e dos investimentos. Além das implicações directas no rendimento e no bem-estar geral, sublinham por um lado a redução da volatilidade e do risco e, por outro, o contributo para a melhoria dos indicadores da educação e saúde. Esta síntese dos efeitos das remessas nos países de origem situa-se neste contexto. Resumem-se factos e argumentos deixando as peculiaridades do caso cabo-verdiano para análise posterior.

²⁸ *Diaspora and Development*, organizado por Barbara J. Merz, Lincoln C. Chen e Peter F. Geithner. Global Equity Initiative, Harvard University.

²⁹ *International Migration and Development in Least Developed and Landlocked Developing Countries: Challenges and Opportunities*. ECOSOC, E/ESCAP/SB/LDC(8)2, Fevereiro 2007.

8.1 Efeito no nível de vida e bem-estar das famílias

Parece haver consenso muito amplo entre investigadores e políticos sobre este aspecto da complexa problemática da emigração e das remessas. Indubitavelmente, os envios de fundos contribuem para o aumento do bem-estar material e a elevação do nível de vida do migrante e da sua família.

Em situações de rendimentos fracos e instáveis, as remessas desempenham uma função por vezes vital, cobrindo as necessidades básicas das famílias. Face às secas, à fome e outras crises naturais, assim como perante as falhas, por vezes graves, dos sistemas de saúde, educação e protecção social, as remessas funcionam como redes de segurança para as famílias. Neste sentido, podem ser vistas como um contrato entre o emigrante e a sua família, segundo o qual aquele presta auxílio à família na ausência de protecção social. Predomina portanto uma motivação altruísta.

Alguns efeitos materiais das transferências de remessas na vida das famílias, tais como habitação, equipamentos domésticos, meios de transporte e acesso à terra, correspondem ao primeiro nível do sonho do migrante pobre ou remediado.

8.2 Efeito indirecto no sector produtivo

Para Mojúbàolú O. Okome³⁰, quando comparados com migrantes de outras regiões, os africanos dão conta de menos remessas para pagar empréstimos e para investir. Com base nos resultados de inquéritos em países membros da União Europeia, que dão entre 70 e 90% das remessas utilizados no apoio ao consumo, a autora justifica a opção afirmando que dificilmente um africano sacrifica o bem-estar imediato da sua família em nome de actividades geradoras de rendimento sem, do seu ponto de vista, qualquer garantia de sucesso.

E essa falta de garantia de sucesso está certamente relacionada com o que Catarina Reis Oliveira (2005) refere como encastra-

³⁰ *African Diaspora em Diasporas and Development.*

mento misto de contextos, oportunidades e recursos individuais.³¹ As percentagens das remessas que vão para o consumo, a poupança e o investimento serão provavelmente diferentes no caso de Cabo Verde, mas o inquérito revela que a lógica predominantemente altruísta é do tipo africano aqui referido por Okome.

Apesar disso, a construção civil, os móveis, a reparação automóvel, os serviços turísticos, o pequeno comércio e a informática são actividades produtivas visíveis e beneficiárias das transferências dos emigrantes. Mas existem outras actividades menos visíveis e igualmente importantes, tais como o investimento no capital humano através das transferências para a saúde e a educação de familiares. No meio rural, o acesso à terra, à água e à inovação também tem impacto positivo na transformação social e no progresso económico.

Em Cabo Verde, as remessas para a construção de casa própria, aquisição de propriedade agrícola, actividade turística e outras têm consequências directas no combate ao desemprego e à pobreza. Além de ajudar no combate ao desemprego, de reduzir o fosso de oportunidades entre os cabo-verdianos que conseguem emigrar e os muito pobres que nem isso conseguem fazer, essa relação entre os bem sucedidos e os residentes cria, por vezes, laços que acabam por abrir os horizontes a mais alguns candidatos a sair do país para melhorar a vida.

8.3 Efeito multiplicador

Se as famílias e as empresas estiverem ligadas pelo mercado e este funcionar razoavelmente, os efeitos das transferências de remessas passarão das famílias beneficiárias directas a outras famílias e empresas.

31 *Empresários de Origem Cabo-verdiana em Portugal: estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?* Em www.ces.uc.pt/publicações.

32 Ministro do Plano e Desenvolvimento do Benin.

Todavia, convém notar com Zul-Kifl Salami³² que o efeito multiplicador das remessas é maior no meio rural onde os modelos de consumo e produção preferem os bens locais. Na cidade, os benefícios das remessas podem ser neutralizados pela importação de hábitos e bens de consumo.

A regra geral é serem as remessas utilizadas prioritariamente na aquisição de bens e serviços de consumo corrente. Faz a diferença pela positiva a região ou o país onde o efeito multiplicador deste tipo de despesa aumenta a procura criando emprego.

8.4 Efeitos directos no investimento produtivo

Em geral, os efeitos das remessas nos investimentos produtivos estão estreitamente relacionados com a complexa lógica da pobreza e da emigração. As remessas financiam projectos de escolas, jardins infantis, igrejas, cisternas, ambulâncias, postos de saúde, etc., mas a mesma falta de infra-estruturas e de serviços que determinara a emigração dificulta a sua utilização eficaz.

Estudos comparativos sugerem que a eficiência dos envios de dinheiro para a comunidade de origem é proporcional ao nível de organização local e dependente da existência ou não existência de associações locais no país de origem e de associações de imigrantes nos países de residência. Na América Latina e em África, as associações das terras de origem ou *hometown associations* (HTA) na União Europeia e nos Estados Unidos da América têm sido agentes de desenvolvimento com crescente função social, económica e política.

Resultados de inquéritos levados a cabo em França junto de imigrantes do Senegal, Mali, Guiné-Bissau e Comores confirmam que o objectivo prioritário das remessas é a satisfação das necessidades básicas da família na terra natal. Em segundo lugar estão a construção da habitação e o estabelecimento de um negócio. O cruzamento dos inquéritos realizados em Portugal e Cabo Verde simultaneamente levou a esta mesma conclusão sobre os objectivos prioritários das remessas dos cabo-verdianos.

Depois, o apoio ao desenvolvimento da comunidade local, principalmente através da construção de infra-estruturas de saúde e educação. Por outro lado, donativos em género formam uma categoria de transferência de recursos quase universal entre os emigrantes. Inclui vestuário, equipamentos domésticos, rádio, televisão, livros, acesso à Internet, etc.

A complexa relação entre os emigrantes e os países de origem dificulta a distinção entre o consumo e o investimento. Nem sempre o que parece é mesmo só consumo, por exemplo os recursos utilizados na educação dos filhos e parentes, a saúde da família, a construção e o equipamento de uma casa. Muitas vezes o migrante é ao mesmo tempo trabalhador, consumidor, aforrador, investidor e produtor. Por exemplo, muito do investimento do emigrante cabo-verdiano na formação do capital social é considerado consumo.

8.5 Efeitos macroeconómicos

O impacto positivo das remessas dos emigrantes no equilíbrio económico e financeiro de numerosos países em desenvolvimento é incontestável. Para uma grande parte dos PMA, as remessas representam elevadas percentagens da exportação e das reservas em divisas.

Contudo, num estudo recente sobre o impacto das remessas no desenvolvimento da América Latina e Caraíbas, Pablo Fajnzylber e J. Humberto López³³ chamam a atenção para o curto alcance das implicações macroeconómicas das remessas.

Segundo estes autores, os efeitos das remessas no investimento e no crescimento económico da região são modestos mas apresentam a grande vantagem de serem anticíclicas e de aumentarem rapidamente depois das crises, reduzindo a volatilidade do crescimento e protegendo a economia contra os choques externos e internos.

33 Pablo Fajnzylber e J. Humberto López (2007). *Close to Home, The Development Impact of Remittances in Latin America*. Banco Mundial.

34 Carlos Rocha (2007) inédito, *Estabilização Macroeconómica e Política Monetária em Cabo Verde*. Tese de Doutoramento, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.

No caso de Cabo Verde, as remessas têm tido função estabilizadora, contribuindo para reduzir a volatilidade dos fluxos totais e para o financiamento da economia.³⁴ Apesar de os resultados serem modestos, os esforços no sentido de aplicar a ajuda ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes em actividades produtivas orientadas para a exportação são notáveis e têm servido para contrariar os efeitos adversos dos fluxos financeiros externos. A evolução das políticas relativas à utilização da ajuda e

das remessas ao longo do tempo minimizaram o impacto do *Dutch Disease* (*Mal Holandês*) na competitividade do país (Bourdet e Falck, 2003).

8.6 Efeitos na redistribuição da riqueza e redução da desigualdade

Como atrás foi demonstrado, não existe consenso entre os investigadores sobre o impacto da emigração e das remessas na distribuição do rendimento. Uns consideram que sendo a emigração progressivamente acessível aos mais pobres, melhora-lhes a situação, contribuindo para reduzir as desigualdades. Têm o mesmo efeito à escala nacional as transferências para as regiões desfavorecidas. Isto será verdade se a emigração tiver enquadramento político e económico coerente com o desenvolvimento social e nacional.

Um dos paradoxos do sucesso económico e social de Cabo Verde é haver, por um lado, um aumento consistente do que se pode chamar a taxa de felicidade bruta, traduzida na constante melhoria dos índices médios de bem-estar e, por outro lado, o aumento da percentagem de muito pobres e do fosso que separa os grupos extremos da sociedade em função do estatuto económico e social. A ausência de uma perspectiva e correspondente estratégia de gestão da diáspora permite o aprofundamento da diferença de situação económica e social entre os emigrantes e os grupos de residentes mais pobres na cidade e no campo (Carling, 2006).

9. SÍNTESE

Os objectivos explícitos deste segundo capítulo eram:

- (i) Mostrar o «estado da arte» nos estudos das migrações internacionais, as remessas e o seu impacto no desenvolvimento dos países menos avançados e encravados (PMA);
- (ii) Construir um quadro de referência, permitindo avaliar o défice de informação nos PMA e definir estratégias para o preenchimento das lacunas e o

aprimoramento dos mecanismos de recolha, tratamento e registo de dados sobre as remessas;

- (iii) Definir, através do cálculo da diferença entre um modelo ideal de informação e os dados actualmente acessíveis, um mínimo de informação necessário à melhoria de políticas e práticas orientadas para a utilização eficiente das remessas;
- (iv) Sugerir um sistema de informação eficaz e credível como base imprescindível de estratégias e políticas de gestão da diáspora, como um dos pilares mais importantes da política externa e de desenvolvimento de Cabo Verde.

Implicitamente, pretendeu-se estender um pano de fundo no qual se possa projectar o caso de Cabo Verde. Ambos os objectivos concorrem para dar a este capítulo algumas características de um manual. Um manual para mostrar informação e défice e, também, para sugerir caminhos que levem a informação a um patamar mais elevado em termos de quantidade e qualidade.

Na tentativa de avaliar o que existe em matéria de recolha, tratamento, registo e utilização de informação sobre as remessas, e comparar o que existe com aquilo que os peritos dos PMA consideram um padrão indispensável de informação, têm-se em conta as análises e as recomendações de reuniões e estudos realizados em 2006 e 2007 sobre os PMA de África, América Latina e Ásia.³⁵

35 OIM. Relatório final - Conferência ministerial dos países menos avançados sobre o impacto das remessas no desenvolvimento. Benin, 2006. *Close to Home, The Development Impact of Remittances in Latin America*, Banco Mundial, 2007. *International Migration and Development in Least Developed and Landlocked Developing Countries: Challenges and Opportunities*. ECOSOC, E/ESCAP/SB/LDC(8)2, 2007.

Estes estudos, patrocinados pelo Banco Mundial e a Organização Internacional para as Migrações e outras obras de referência tais como *International Migration, Remittances & the Brain Drain*, editada por Çağlar Özden e Maurice Schiff (2006) e *Diasporas and Development*, editada por Barbara J. Merz, Lincoln C. Chen e Peter F. Geithner (2007) têm em comum as seguintes conclusões:

- (i) As migrações e as remessas tendem a crescer;
- (ii) Em geral, as remessas aumentam o bem-estar e contribuem para a diminuição da pobreza no país de origem do migrante;

- (iii) A emigração afecta o capital humano do país de origem;
- (iv) As remessas podem criar dependência;
- (v) Os circuitos de remessa podem ser utilizados para lavagem de dinheiro e outras práticas criminosas;
- (vi) A criação, manutenção e desenvolvimento de uma base de dados sobre migração e remessas são imprescindíveis a uma boa gestão da diáspora.

Este consenso salomónico dá razão aos optimistas e aos pessimistas das migrações internacionais. No seu ensaio, «A Face de Janus das Diásporas» publicado em *Diasporas and Development*, Devesh Kapur é eloquente na descrição do que considera os três aspectos mais negativos da diáspora que, segundo o próprio, são menos referidos do que seria de esperar, porque desde o fim da Guerra-Fria a moda é louvar as virtudes das migrações internacionais.

Depois de criticar os efeitos do êxodo de cérebros na capacitação institucional e na equidade, o papel das diásporas na internacionalização do crime e o impacto do nacionalismo à distância em várias regiões do mundo, Devesh Kapur recorda ao leitor que as causas da emigração não desaparecem com a saída daqueles que conseguem emigrar e que o conhecimento dessas causas é condição fundamental da compreensão do comportamento e dos efeitos das diásporas.

Mesmo assim, o saldo das migrações internacionais e das remessas é consensualmente aceite como positivo. E, com esta conclusão necessariamente prudente, passa-se à análise das migrações internacionais, utilização das remessas enviadas de Portugal e o seu impacto no desenvolvimento de Cabo Verde. Este é o objecto do Capítulo 3, em particular e do Estudo em geral.

CAP. 3. AS REMESSAS DOS IMIGRANTES CABO-VERDIANOS

1. CABO VERDE: PAÍS DE ORIGEM

1.1 De país menos avançado a país de desenvolvimento médio

Esta secção apresenta sumariamente a evolução política, económica e social de Cabo Verde desde a independência nacional, em 1975. Analisa a evolução macroeconómica, sublinhando a importância das Remessas dos Emigrantes (RE), Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e Investimento Directo do Estrangeiro (IDE), este no sector do turismo em particular. Dez ilhas e quase o mesmo número de ilhotas somam 4033 km² a 500 km da costa ocidental do continente africano envolvidos por uma zona económica exclusiva de 700 000 km². A população residente é estimada em 484 904 habitantes e, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a população migrante é quase o dobro, rondando os 800 000. Como não é de estranhar, existem diversas estimativas do número de cabo-verdianos residentes no estrangeiro e o facto de se confundir emigração (aqueles que efectivamente emigram) com diáspora (emigrantes mais descendentes) não facilita o entendimento geral.

Durante 15 anos (1975-1990), Cabo Verde construiu com sucesso os fundamentos económicos, sociais e políticos de um Estado de direito democrático. Em 1991, no novo contexto mundial de mudança simbolizado na queda do Muro de Berlim, as reformas internas, sempre pacíficas, nomeadamente nos domínios económico e político, culminaram no multipartidarismo, que institucionalizou o processo de transformação social para a democratização da sociedade. O novo regime instituído em 1991 representou um importante progresso da democracia política e económica. O sector privado ganhou maior espaço e passou a receber mais incentivos do Estado, agora considerado mais regulador do que gestor do bem público.

Vencendo os grandes obstáculos de ordem material e subjectiva, Cabo Verde passou de um «caso inviável» em 1975 a um caso de relativo sucesso em 2007. Esta nova realidade está

reflectida nos indicadores de desenvolvimento humano (terceiro melhor índice em África subsariana), no grau de confiança dos cidadãos (um dos mais altos índices de liberdade na região) e, no plano internacional, na decisão da ONU de transferir Cabo Verde da categoria dos países menos avançados (PMA) para a categoria dos países de desenvolvimento médio (PDM) em Janeiro de 2008. Esta decisão assenta principalmente nos progressos registados no rendimento *per capita*, formação de capital humano e redução do índice de vulnerabilidade económica, o critério de cumprimento e avaliação mais problemático.

1.2 O Estado ainda depende do capital internacional

Por causa da pequenez, do isolamento e da escassez de recursos naturais, a economia de Cabo Verde é caracterizada pela reduzida diversificação da produção, concentração nos sectores onde tem ou espera ter vantagens competitivas e grande dependência do fluxo de capital estrangeiro. À sua natureza de pequeno Estado insular num arquipélago, estão associadas adversidades adicionais tais como a descontinuidade territorial, o isolamento e as grandes distâncias dos mercados, assim como os elevados custos da energia, dos transportes e das comunicações. A dramática escassez de recursos naturais e o clima pouco favorável à agricultura são ilustrados com a fraca participação da exportação na balança de pagamentos. Além destas limitações, das deseconomias de escala e dos constrangimentos relacionados com a insularidade, existe uma circunstância adversa adicional: o fraco dinamismo económico da região africana.

Estes factores de vulnerabilidade acentuam a importância para o desenvolvimento de Cabo Verde dos influxos de capital público e privado, ou seja, da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, das Remessas dos Emigrantes e do Investimento Directo do Estrangeiro. Em termos macroeconómicos, apesar dos constrangimentos acima afluídos, a estabilidade foi característica dominante, não obstante alguns episódios de desequilíbrio pontual, quer devido a factores externos (alta do preço do petróleo e do dólar em 1999), quer devido a factores internos (grave seca e descontrolo orçamental em 1999). Mesmo nesses períodos o crescimento do PIB foi positivo, a inflação de longo prazo esteve controlada e o défice orçamental nunca derrapou de forma grave. Entre 1996 e 2006, o PIB teve um crescimento anual médio acima de 5%.

Apesar da importância crescente do capital privado na economia, este desempenho é devido a dois factores principais: transferências externas (APD e RE) e investimento público, principalmente nos sectores dos transportes, agricultura, educação e saúde. Outras características a reter desta evolução são: (i) a fraca participação das exportações na balança de pagamentos, com apenas cerca de 4% de cobertura das importações e 12% do serviço da dívida externa; (ii) a prolongada insipiência do sector produtivo primário e secundário, traduzida em 30% do PIB, enquanto o sector terciário corresponde a 70%; (iii) a queda da importância relativa da dívida externa, que baixou de 64% do PIB em 2001 para 54% do PIB em 2005, dos quais 79% a credores multilaterais, 18% bilaterais e 1% comerciais; (iv) o peso da dívida pública total correspondia a 90% do PIB em 2005, enquanto o serviço da dívida equivalia a cerca 2,2%.³⁶

1.3 Remessas e ajuda pública sustentaram a construção do Estado

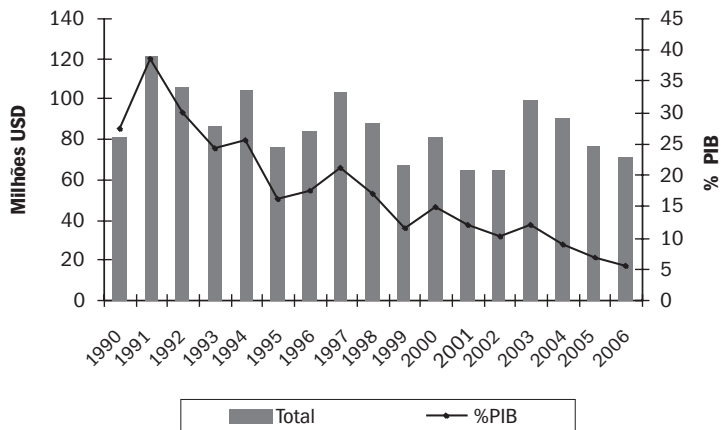
O impacto da APD e das RE nas estratégias de sobrevivência e desenvolvimento de Cabo Verde nas últimas três décadas é uma realidade cada vez mais reconhecida interna e externamente. A APD influenciou o percurso do país, designadamente através dos seguintes mecanismos:

- (1) Estabilidade da balança de pagamentos;
- (2) Infra-estruturas;
- (3) Investimento na educação e saúde;
- (4) Reformas da administração central e local.

Em termos absolutos e a preços correntes, a APD sofreu pequenas oscilações entre 1990 e 2006, tendo-se mantido ao nível médio de cerca de 86 milhões de dólares americanos por ano durante o período. Porém, a sua importância como proporção do PIB diminuiu drasticamente. Na verdade, a APD, que atingiu 22% do PIB em 1990, desceu para 5,5% em 2006.

36 *Cape Verde: Joint Bank-Fund Debt Sustainability Analysis (DAS), September 2006.*

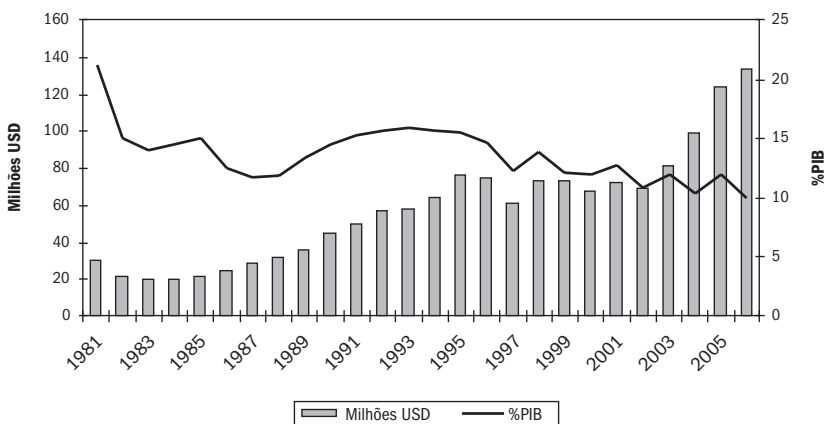
FIGURA 4: Cabo Verde: APD em valor absoluto e como percentagem do PIB (1990-2006)



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Como mostra a figura 4, a APD oscilou de ano para ano entre 1990 e 2006, mas manteve quase o mesmo valor absoluto à volta dos 86 milhões de dólares. A Figura 5 mostra o comportamento das remessas dos emigrantes entre 1981 e 2006.

FIGURA 5: Cabo Verde: Evolução das remessas em USD e como % do PIB (1981-2006)



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Enquanto a APD caiu dramaticamente em relação ao PIB, mantendo o valor absoluto pouco alterado ao longo dos anos, as RE também perderam peso relativamente ao PIB, que cresceu significativamente, mas aumentou bastante em valor absoluto, tendo atingido 137 milhões de dólares em 2005. Em termos relativos, as remessas representaram uma média de 15% do PIB na década de 90 contra uma estimativa de 10% em 2006.

1.4 Boom do investimento directo do estrangeiro a partir de 2004

A liberalização económica e política dos anos 80/90 produziu um extraordinário acréscimo do investimento privado a partir de 1994.

Em termos de natureza e evolução, distinguem-se dois períodos: (i) período até 1999, durante o qual o IDE foi atraído essencialmente pelas privatizações, sendo de destacar dois picos, em 1995 com a privatização das telecomunicações e em 1999 com a privatização do sector financeiro. Dentro desse período, mais precisamente entre 1994 e 1999, o financiamento de projectos através do IDE ultrapassou os 173 milhões de dólares, o equivalente às RE em 2005.

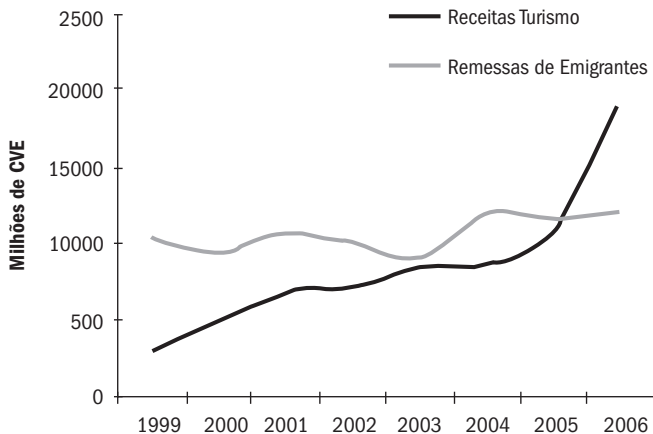
Destaca-se a influência do ciclo eleitoral de 1999/2000 nos desequilíbrios macroeconómicos. Entre 2000 e 2004, um descontrolo fiscal e uma redução das reservas externas redundaram em grave desconfiança nos investidores, seguida de uma grande diminuição do investimento no último ano.³⁷

Dessa forma (ii) o segundo período caracterizado pelo crescimento constante do IDE começa em 2005 e é devido principalmente ao investimento na imobiliária turística. Corrigido o percurso, os projectos aprovados em 2005 atingiram os 250 milhões de dólares e as estimativas do Banco de Cabo Verde para 2006 são de 323,5 milhões. O investimento privado tem sido crucial para o emprego e a melhoria do desempenho da economia.

37 Djalita Fialho Oliveira Ramos (2007) *The Case of Cape Verde's Graduation from the Least Developed Country (LDC) Category*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa, www.adelinotorres.com (Teses).

Em 2006, a balança financeira, que reflecte os canais através dos quais se processa o financiamento externo da economia, registou uma entrada líquida de fundos de cerca de 9,8% do PIB (5,6% do PIB em 2005), relacionada, em grande medida, com o fluxo de investimento directo do estrangeiro realizado no país (10,7% do PIB). Este influxo de capital privado em activos reais do tipo hotéis foi determinado pelo dinamismo da execução de projectos ligados ao turismo, bem como pelo crescimento dos investimentos de emigrantes no sector imobiliário.³⁸

FIGURA 6: **Evolução das remessas e das receitas do turismo em 1999-2006**



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

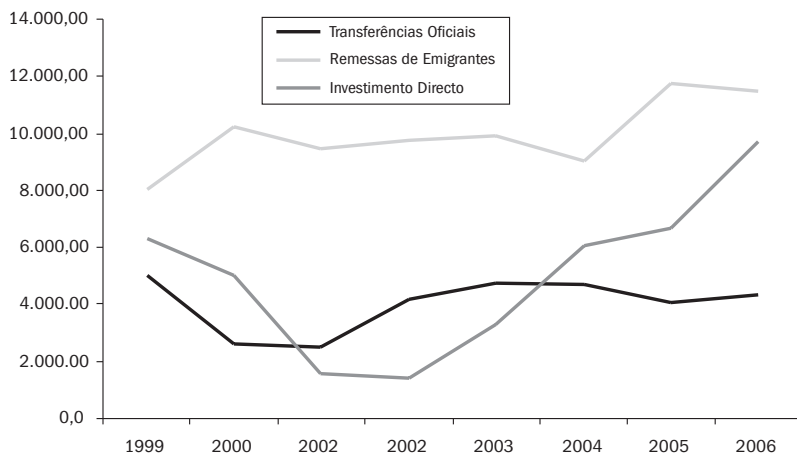
Em 2006, as receitas de turismo ultrapassaram em valor absoluto as remessas dos emigrantes.

Esta secção mostra a evolução e a importância vital das transferências externas na sobrevivência e desenvolvimento de Cabo Verde. Como se pode ver na figura 7, em 2006 as remessas dos emigrantes estiveram

³⁸ Banco de Cabo Verde, Relatório Anual 2006.

no topo da lista dos fluxos financeiros externos, com 10 827 milhões de Escudos Cabo-Verdianos (ECV), seguidas do investimento directo do estrangeiro, com 9721,9 milhões ECV, e da ajuda pública ao desenvolvimento, com 4310,4 milhões ECV.

FIGURA 7: Fluxos financeiros externos entre 1999 e 2006 em milhões de ECV



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

2. FASES DA IMIGRAÇÃO RECENTE EM PORTUGAL

2.1 As quatro fases da imigração recente

Segundo Rui Pena Pires, os cerca de 450 000 imigrantes que vivem em Portugal correspondem a menos de 5% da população residente total e de 10% da população activa.³⁹ O mesmo autor considera quatro fases na imigração recente, depois de 25 de Abril de 1974: (i) a década da imigração pós-colonial, entre 1975-1985, durante a qual os

³⁹ Rui Pena Pires (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Fórum Gulbenkian Imigração. Princípia.

maiores fluxos tinham origem em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola; (ii) a segunda fase, entre a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e a queda do Muro de Berlim (1986-1990), quando à corrente africana se juntaram imigrantes europeus e brasileiros.

A população imigrante em situação regular mais do que triplicou em 20 anos e atingiu os 191 000 indivíduos em 1999; (iii) na terceira fase, que coincidiu com o início do século XXI, os fluxos africanos diminuíram, o número de brasileiros continuou a aumentar e os imigrantes do Leste europeu, principalmente ucranianos, formaram a maior corrente; (iv) a quarta fase, a do começo da recessão económica em Portugal, caracteriza-se pela supremacia numérica dos imigrantes da União Europeia (UE) e dos países do Leste europeu, que já são mais numerosos do que os africanos, pelo regresso ou a reemigração de ucranianos e romenos, mais a intensificação da imigração brasileira.

Não existem números certos sobre imigração. Apenas estimativas mais ou menos credíveis por causa, nomeadamente, da complexidade do fenómeno das diferenças de estatuto jurídico, e das conveniências políticas. O quadro seguinte mostra os números de imigrantes em situação regular (com autorização de residência ou permanência) em Portugal no ano 2004, por região de origem. Recorde-se que a UE passou a ter 25 membros em 2004 e 27 em 2007.

Segundo informação do ACIDI, o número de imigrantes no final de 2004 era 465 454. Conforme as fontes, os números oscilam entre 450 000 e 500 000, entre 4% e 5% da população residente e 10% da população activa. Este último número foi recentemente confirmado pelo Instituto de Informática do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, o qual afirma que em 2006, 10% dos contribuintes da Segurança Social eram imigrantes.

QUADRO 38: **Imigrante em situação regular por região de origem (2004)**

Região de origem	Imigrantes
Europa	184 965
UE dos 15	73 689
Outros	111 276
África	152 901
PALOP	140 530
Outros	12 371
América	84 215
Ásia	26 134
Oceânia	572
Outros	407
Total	449 194

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

2.2 As dez maiores comunidades estrangeiras em Portugal

As dez maiores comunidades estrangeiras em Portugal reflectem em 2004 as alterações ocorridas nas últimas três décadas. Foi já neste milénio que Cabo Verde perdeu o primeiro lugar na imigração regular a favor da Ucrânia e do Brasil. Todavia, as peculiaridades do caso de Cabo Verde são de realçar.

Na realidade, às dificuldades de apuramento dos estoques, que são comuns a todas as migrações, é preciso acrescentar o facto de numerosos cabo-verdianos residentes em Portugal terem mantido a nacionalidade portuguesa depois da independência do seu país em 1975. Esta situação pode significar que, apesar das estatísticas, os cabo-verdianos ainda sejam, de facto, a maior comunidade estrangeira residente em Portugal. Mas, vejamos os números oficiais, que em 2004 colocavam Cabo Verde em terceiro lugar.

QUADRO 39: **As dez maiores comunidades estrangeiras em Portugal (Situação regular em 2004)**

País de origem	Imigrantes
Brasil	66 907
Ucrânia	66 227
Cabo Verde	64 164
Angola	35 264
Guiné-Bissau	25 148
Reino Unido	18 005
Espanha	15 916
Moldávia	13 689
Roménia	12 155
São Tomé e Príncipe	10 483

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

3. EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA NO TEMPO E NO MUNDO

De certa maneira, os cabo-verdianos resultaram de movimentos migrantes dos continentes africano e europeu, cresceram migrando entre as ilhas, depois deixaram para trás as fronteiras e aqueles que na realidade não viajaram, fantasiaram a emigração porque todos têm alma de migrante, circunstância com diversas implicações na vida de cada um e na relação do poder político com a sociedade e o mundo que lhes serve de território. A experiência recomenda considerar a emigração como oportunidade.

Conhecido dos portugueses desde 1460, Cabo Verde foi-se constituindo como plataforma de apoio à expansão europeia. Para conseguir o povoamento do arquipélago, na altura

menos atraente do que os Açores, a Madeira e as Canárias, D. Afonso V doou o território a seu filho D. Fernando e aos moradores concedeu vários privilégios, designadamente a jurisdição civil e criminal sobre os mouros, brancos e negros, livres e escravos, desde que cristãos, e o direito perpétuo de fazer o comércio e o tráfico de escravos em toda a costa ocidental africana, então chamada Rios da Guiné, do Senegal à Serra Leoa. Pode afirmar-se que a corrente mais antiga da emigração cabo-verdiana está directamente relacionada com a expansão colonial portuguesa em África.

Nos anos 40 do século XX, algumas ilhas perderam metade da sua população só numa mortandade causada pela seca e o abandono do poder político. Data dessa altura a segunda grande vaga de emigrantes para o continente africano (Senegal, Gâmbia, Guiné Portuguesa, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), os Estados Unidos da América, a América do Sul e Europa (Lisboa, Açores e Madeira, em particular). Segundo Luís Batalha (2002), a migração para os Estados Unidos e a Europa foi prejudicada durante a segunda metade do século XX por interesses portugueses que preferiam enviar os trabalhadores para as plantações de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, onde a presença dos colonos europeus era cada vez mais precária.

Apesar da estratégia de discriminação, houve a terceira vaga de emigrantes, depois da II Guerra Mundial, para a Europa, principalmente, Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália e Suíça. A quarta vaga da emigração cabo-verdiana data da década de 60 do século XX e caracteriza-se por uma forte fixação em Portugal para suprir carência de mão-de-obra decorrente da guerra colonial e da emigração de jovens portugueses. Hoje, vivem mais cabo-verdianos no estrangeiro do que nas ilhas. Os números são aproximativos e o Instituto das Comunidades, Cabo Verde, ainda utiliza estimativas de 2000 para dar uma ideia de quantos são e onde estão os emigrantes.

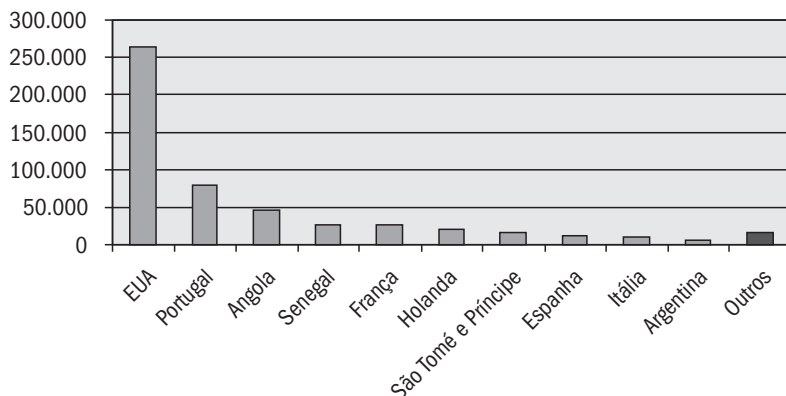
QUADRO 40: Emigrantes cabo-verdianos por ilha de origem e país de acolhimento

País de acolhimento	Número	Principais ilhas de origem
EUA	264 900	Fogo, Brava, Santo Antão, São Nicolau
Argentina	5200	Santo Antão, São Vicente
Brasil	3000	Santo Antão, São Vicente
Canadá	300	São Vicente
Total América	273 400	Fogo, Brava, Sto. Antão, S. Nicolau e S. Vicente
Angola	45 000	Santiago, Santo Antão
Senegal	25 000	Santiago, São Vicente
São Tomé e Príncipe	20 000	Santiago, Santo Antão
Guiné-Bissau	2000	Santiago
Gabão	200	Santiago
Total África	93 200	Santiago, Santo Antão e São Vicente
Portugal	80 000	Santiago, S. Vicente, Santo Antão
França	25 000	Santiago, S. Vicente, Santo Antão
Holanda	16 500	S. Nicolau, Santiago, S. Vicente, S. Antão, Sal, Maio
Espanha	12 000	São Nicolau, Santiago
Itália	10 000	São Nicolau, Santo Antão, Boa Vista, São Vicente
Luxemburgo	3000	Santiago, Santo Antão
Suíça	2000	Santiago, Santo Antão, Boa Vista
Bélgica	800	São Nicolau
Suécia	800	São Nicolau, São Vicente
Alemanha	700	São Nicolau
Noruega	300	São Vicente, Santo Antão
Total Europa	151 180	Todas as ilhas
Total Emigrantes (2000)	517 780	Todas as ilhas (1998)
Total Residentes (2000)	434 812	Todas as ilhas (2000)

Fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde, estimativas de 2000

Na verdade, poucos cabo-verdianos regressam definitivamente durante a vida activa mas numerosos são aqueles que gozam as delícias do regresso virtual e mantêm estreitos laços afectivos, culturais e económicos com as ilhas, o que poderá explicar-se em parte pelo *ethos* forjado na luta contra a escravatura e a pobreza material ou na afirmação através da superação da mestiçagem como transgressão e a adopção da transnacionalização como território. A figura seguinte mostra os dez principais países de destino da emigração cabo-verdiana, segundo estimativas do Instituto das Comunidades (IC). Os números apontados pelo IC de Cabo Verde em 2000 estão claramente ultrapassados. Em 2003, a mesma entidade estimava que em Portugal viviam 105 342 cabo-verdianos.

FIGURA 8: Os dez principais destinos da emigração cabo-verdiana em 2000



Fonte: Tolentino (2007)

Todavia, convém notar que o apuramento do número total de cidadãos cabo-verdianos que vivem em Portugal é extremamente complicado, por razões de ordem histórica, técnica e política. No livro que organizou recentemente com Iolanda Évora, Marzia Grassi⁴⁰ enumera as quatro maiores dificuldades no apuramento do número de imigrantes cabo-verdianos em Portugal:

⁴⁰ *Género e Migrações Cabo-Verdianas* (2007), ICS, Lisboa.

1. Dupla nacionalidade de facto. Na decorrência da descolonização e sucessivas leis portuguesas da nacionalidade, uma significativa percentagem de cabo-verdianos beneficia, de facto, da dupla nacionalidade;
2. Situação irregular. Como país de destino e de trânsito, Portugal acolhe cidadãos cabo-verdianos em situação irregular que, por conseguinte, não constam nos registos do SEF;
3. Números influenciados por interesses específicos. As discrepâncias entre os números das autoridades portuguesas e cabo-verdianas têm certamente origem técnica, mas resultam também de atitudes de defesa dos respectivos interesses, convido por regra a Cabo Verde indicar números mais elevados do que Portugal, aquele como estratégia de pressão e este para projectar boa imagem sobre o número de indocumentados no território nacional, entre outros motivos;
4. Diferentes agências, diferentes números. As diversas agências que lidam com imigrantes em ambos os países apontam números diferentes e, neste contexto, o Instituto das Comunidades refere que somando aos cidadãos em situação regular, ou seja, detentores de autorização de residência ou autorização de permanência, aqueles que se encontram em situação irregular, em 2003 existiriam mais de 105 000 cabo-verdianos em Portugal, sendo 56,3% homens e 43,7% mulheres.

Segundo informação do IC citada por Grassi (2007), os principais núcleos de cabo-verdianos em Portugal Continental, Madeira e Açores residem nas vinte cidades e regiões do quadro seguinte.

QUADRO 41: **Os vinte principais núcleos de cabo-verdianos em Portugal**

Lisboa	71 848
Setúbal	20 277
Faro	3468
Porto	1305
Coimbra	1053
Leiria	735
Açores	504
Madeira	425
Aveiro	320
Braga	280
Castelo Branco	276
Viseu	236
Évora	187
Beja	116
Madeira	87
Portalegre	75
Guarda	70
Bragança	62
Vila Real	56
Viana do Castelo	34
Total	105 342

Fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde

4. OS IMIGRANTES EM PORTUGAL E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE

O volume das remessas dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal e o seu impacto no desenvolvimento de Cabo Verde são coerentes com o nível e a densidade do relacionamento entre os dois países, ao longo das últimas três décadas. Portugal é a primeira origem das remessas, assim como da Ajuda Pública ao Desenvolvimento de Cabo Verde, em termos absolutos e de percentagem do PIB.

QUADRO 42: Remessas de emigrantes cabo-verdianos por origem em milhões de ECV (2004-2006)

	2004	% PIB	2005	% PIB	2006	% PIB
Portugal	2430,4	2,9	3081,1	3,4	3095,9	2,9
França	1988,9	2,4	2409,4	2,6	2476,8	2,4
EUA	1528,8	1,8	2205,3	2,4	2100,2	2,0
Holanda	759,5	0,9	998,7	1,1	963,1	0,9
Outros	1743,1	2,1	2307,4	2,5	2191,6	2,1
Total	8450,8	10,2	11 002,0	12,1	10 827,6	10,3

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

As autoridades cabo-verdianas atribuem a redução das remessas relativamente ao PIB, de 12,1% em 2005 para 10,3% em 2006, à diminuição das taxas de juros das contas dos emigrantes nos bancos de Cabo Verde, num contexto de subida de taxas de juro nos principais países de acolhimento (EUA e UE), assim como à depreciação do dólar.

Sobre esta matéria, convém realçar dois factos: primeiro, 2005 parece ter sido um ano excepcional no que diz respeito à evolução das remessas. Segundo, apesar da redução das taxas de juro em Cabo Verde, elas continuam muito vantajosas para o emigrante cabo-verdiano (5 a 5,5%) quando comparadas com as de Portugal (menos de 2%) para depósitos a um ano. Acresce o facto das contas de emigrantes terem benefícios fiscais em Cabo Verde.

5. UMA ANÁLISE COMPARADA DOS FLUXOS FINANCEIROS EXTERNOS

5.1 Introdução

As pequenas economias são, por natureza e como atrás se viu, muito dependentes do exterior e, por isso, sujeitas aos chamados choques externos. Geralmente não possuem os meios para lidarem com esses choques, devido à falta de recursos próprios, e enfrentam a restrição de liquidez por não terem acesso permanente aos mercados de capitais.

Para reduzirem esse problema de liquidez, dependem muito das transferências externas, sejam públicas ou privadas. Nessas pequenas economias, onde a ajuda externa ainda é uma das maiores fontes de recursos, a dependência é ao mesmo tempo um problema. O rácio médio de dependência da ajuda (Ajuda/PIB) nas pequenas economias chega a ser de cerca de 20%, contra apenas 9% como média nos países em desenvolvimento (Kose e Prasad 2002).

Esta secção trata empiricamente da questão do financiamento da economia, analisando a evolução de cada fluxo. Dá especial atenção a dois aspectos geralmente considerados muito importantes: a volatilidade desses fluxos e a sua correlação com as receitas fiscais.⁴¹

Esta preocupação relaciona-se com a possibilidade desses fluxos serem, eles próprios, fontes de instabilidade do produto, se estiverem correlacionados positivamente com o crescimento económico. Por outro lado, um dos fluxos externos de que esses países beneficiam é a ajuda, que é volátil e cíclica (Kaminsky et al, 2004), características que dificultam ainda mais a condução das políticas macroeconómicas.

41 Kose, Prasad e Terrones (2003) estudaram o impacto dos fluxos internacionais na estabilidade dos países. O impacto teórico da integração macroeconómica e financeira na volatilidade do produto depende do modelo de especialização dessa integração. Depende também das características estruturais da economia, das suas instituições e políticas. Variações repentinas na direcção dos fluxos de capitais podem induzir maior volatilidade na actividade económica e países em desenvolvimento, com mercados financeiros pouco sofisticados, e podem não ter instrumentos e políticas capazes de contrariar esses ciclos. A ajuda é particularmente importante no que toca à sua capacidade de influenciar as flutuações no produto nas pequenas economias insulares (Kose e Prasad 2002) que, geralmente, são mais abertas do que as economias de outros PVD.

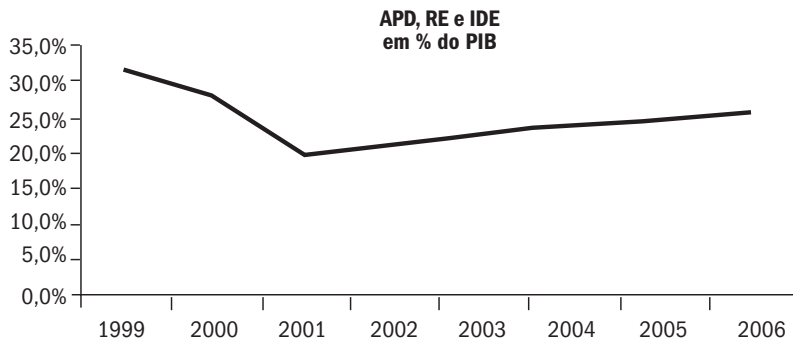
5.2 Evolução dos principais fluxos

Enquanto pequena economia aberta, Cabo Verde foi sempre muito dependente das transferências do exterior. Na década de 1990, os principais fluxos de financiamento da economia de Cabo Verde foram as remessas dos emigrantes e os donativos que, no conjunto, representaram, em média, 44% do PIB, entre 1990/99.

Se é certo que o peso desses fluxos é importante, a sua contribuição para o produto interno bruto foi diminuindo ao longo da década, as remessas passaram de 16,5%, em 1990, para 13% em 1999, enquanto que a ajuda oficial ao desenvolvimento desceu de 32% para 23%, no mesmo período.

Em 2006, o peso desses dois fluxos foi reduzido para 16%. A redução do peso relativo desses fluxos obrigou a um esforço de procura de fontes alternativas, nomeadamente através da dinamização das exportações e a privatização de várias empresas para atrair o investimento externo. Por outro lado, a figura seguinte evidencia a evolução cumulativa da APD, RE e IDE como percentagem do PIB.

FIGURA 9: **Peso dos fluxos externos em % do PIB entre 1999 e 2006**



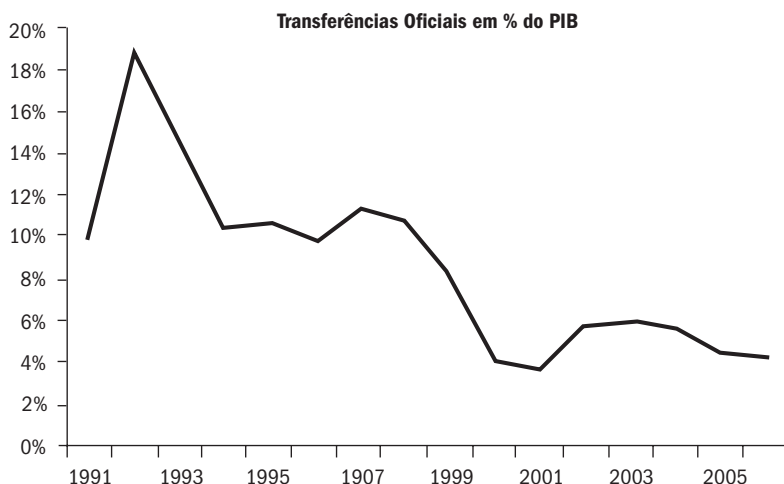
Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

5.3 Transferências oficiais

De início, a ajuda oficial era constituída maioritariamente por ajuda alimentar mas, progressivamente, diversificaram-se as fontes e as modalidades da ajuda, numa tentativa de apoiar o desenvolvimento de um país novo e com muito poucos recursos e infra-estruturas.

Esta foi necessária para preencher o *gap*, o défice do financiamento interno, mas depois de períodos de alguma estabilidade, em meados dos anos 90, houve uma clara redução do peso da ajuda no produto, que passou de 32% para 14% do PIB, em 2001 (OCDE 2004a) e 4% em 2006. Este declínio teve causas internas e externas. Como causa externa, destaca-se a redução do esforço dos doadores, enquanto que, ao nível interno, foram efectuadas reformas económicas iniciadas na década de 90, no sentido de reduzir a dependência da ajuda, diminuir o peso do Estado na economia e promover a iniciativa privada.

FIGURA 10: **Transferências oficiais entre 1991 e 2005**



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Durante esse período, verificou-se alguma alteração, que se tornou estrutural, consistindo na substituição da ajuda por empréstimos concessionais por parte de agências multilaterais. Se, na década de 1980, mais de metade da ajuda se destinava aos programas de auxílio, no final da década de 1990 a maior fatia destinava-se aos sectores produtivos e de infra-estruturação económica e social, como os da água, energia, transportes e comunicação.

Assim, progressivamente, a ajuda foi sendo substituída pelos empréstimos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e do FMI, criando condições e infra-estruturas para atracção de capitais privados e redução da dependência da ajuda. Esta alteração na composição dos fluxos reflecte a mudança da estrutura económica e social, que passa de uma economia dominada pelo Estado para uma economia de mercado dominada pelo sector privado e pelo IDE.

QUADRO 43: **Estatísticas das transferências**

Estatísticas das Transferências Oficiais 1991/2006				
Max	Média	Min	Desv Pad	N Obs.
19%	9%	4%	0,041	17

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Essa alteração não foi só ao nível dos fluxos oficiais, mas de toda a estrutura onde predominam os capitais privados. Mais remessas, por exemplo, podem significar mais recursos para o financiamento do investimento, com impacto no crescimento, preenchendo o *défice* de financiamento interno.

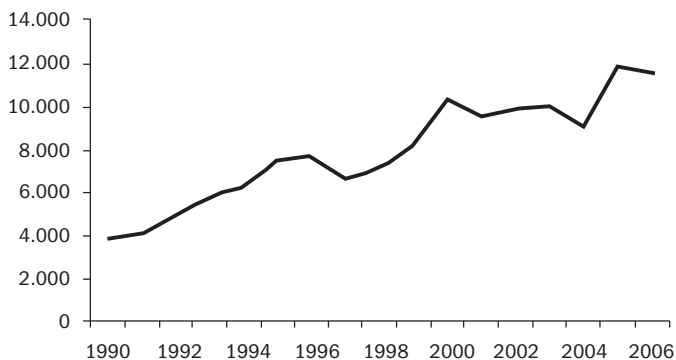
5.4 Remessas

Tradicionalmente, o país foi altamente dependente das transferências do exterior, principalmente das remessas dos emigrantes, que constituíram a segunda fonte de financiamento na década de 1990.

Ao longo da década de 90, as remessas tiveram um crescimento absoluto até 1996 (Figura 11), altura em que, devido à expectativa de desvalorização da moeda, os emigrantes foram mais cautelosos perante tal indecisão.⁴² A explicação pode ser a seguinte: durante o período 1995/97, houve rumores de desvalorização provocados por dois factos; (i) apreciação da taxa de câmbio real, particularmente em 1997, em 5,4%, face a 1996; (ii) queda nas reservas do banco central (as reservas caíram de 2,7 meses de importação em 1995 para 2,4 meses em 1996 e 2,0 em 1997); (iii) e acumulação de atrasos de pagamento.

Esta especulação terá levado os emigrantes a retraírem-se e a esperarem pelo clarificar da situação, antes de enviarem as suas poupanças. Com o estabelecimento do novo regime cambial, acabou por haver uma desvalorização de apenas 6%. Nessa altura, em 1998, as remessas voltaram a crescer face ao ano anterior, e as reservas representaram 2,3 meses de importação. Desde essa altura, até 2005, houve uma evolução normal.

FIGURA 11: Remessas em milhões CVE 1990-2006



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

42 Em termos relativos, cresceu em percentagem do PIB, até 1996, altura do surgimento da especulação sobre uma eventual desvalorização da moeda. Esse crescimento teve a ver com o aumento do stock de emigrantes, a criação de incentivos fiscais e maior confiança dos emigrantes no sistema.

Em termos de valor absoluto, e em moeda nacional, entre 1990 e 2006, as remessas cresceram mais de três vezes, passando de 3763 para 11 478 milhões de ECV. Em percentagem do PIB, as remessas atingiram o pico em 1995 (21%), para se cifrarem em cerca de 13%, no final da década, e 11% em 2006.

QUADRO 44: Estatísticas das remessas

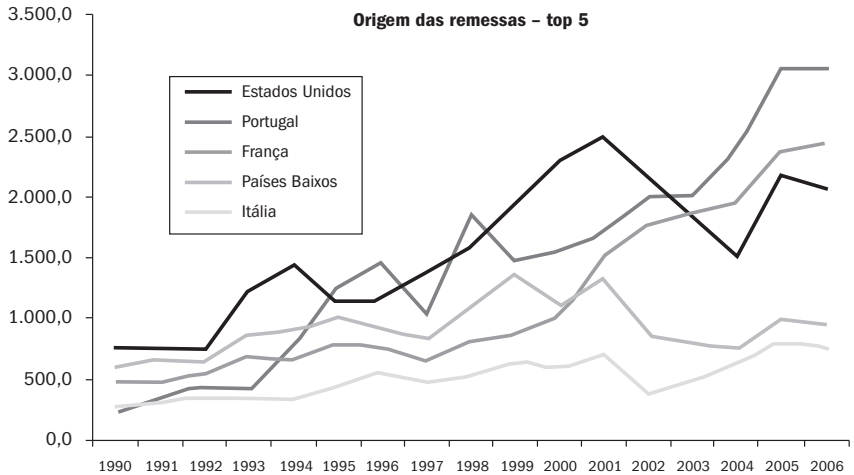
Estatísticas das Remessas 1991/2006				
Max	Média	Min	Desv Pad	N Obs.
20%	15%	11%	0,030	17

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

A distribuição regional mostra que os EUA, Portugal, França e Holanda constituem os países mais importantes, contabilizando, em média, cerca de 80% das remessas em 2006. Em 1990, Portugal ocupava o último lugar entre os quatro maiores, com 8%, mas depressa aumentou a sua quota para 20%, em 2000, e 29% em 2006, graças ao aumento do rendimento *per capita* e ao aumento da imigração de origem cabo-verdiana.

Os EUA e a Itália têm mantido a sua quota, embora com oscilações, enquanto que a França aumentou ligeiramente. Portugal tem vindo a crescer consistentemente. Contudo, Portugal tinha, em 2003, um rácio *per capita* de remessas enviadas mais elevado que os EUA.

FIGURA 12: Distribuição regional das remessas

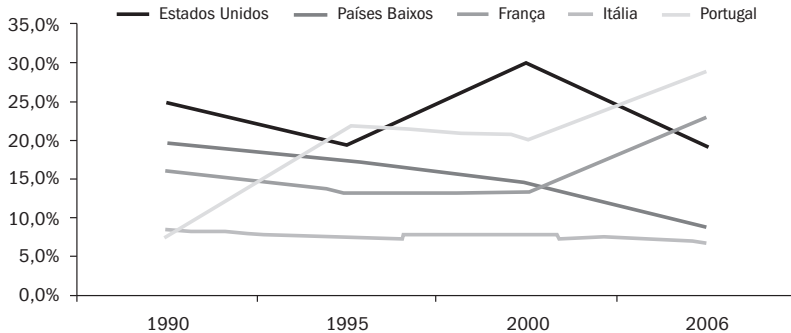


Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Os EUA detêm a maior comunidade imigrada, cerca de 60%, mas contribuem com apenas 30% das remessas, enquanto que Portugal detém cerca de 18% da população emigrada e 20% das remessas, o que reflecte um possível enfraquecimento dos laços entre os imigrantes nos Estados Unidos e Cabo Verde.

FIGURA 13: **Peso das remessas por país**

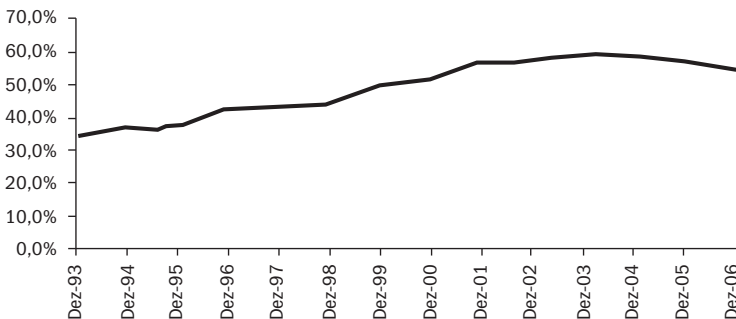
Remessas – Evolução do peso de cada país



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

As remessas dão um importante contributo para o desenvolvimento do sistema financeiro e para a inclusão económica e social na medida em que o envio de remessas via instituições financeiras faz com que mais pessoas passem a ter acesso aos serviços através da intermediação. A figura 14 exemplifica esse aspecto, mostrando o crescimento dos depósitos a prazo dos emigrantes, no total dos passivos quase monetários, que passaram de 33%, em 1993, para 54%, em 2006.

FIGURA 14: **Percentagem dos depósitos de emigrantes nos passivos quase monetários**



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Em síntese, durante a década de 1995-2005 as remessas dos emigrantes cresceram,⁴³ certamente por causa do desenvolvimento macroeconómico (melhoria da rentabilidade dos seus investimentos, com a redução da inflação e aumento da taxa de juro real) e do aumento do estoque de emigrantes.

5.5 Investimento directo do estrangeiro

O IDE é outra variável que, na década de 90, foi identificada como estratégica para o financiamento do desenvolvimento, enquanto substituto natural da ajuda oficial, que já dava sinais de redução. Além disso, o IDE viabilizaria a transferência de tecnologia e utilizar novas técnicas de gestão, mas também completaria os investimentos necessários ao desenvolvimento do turismo.

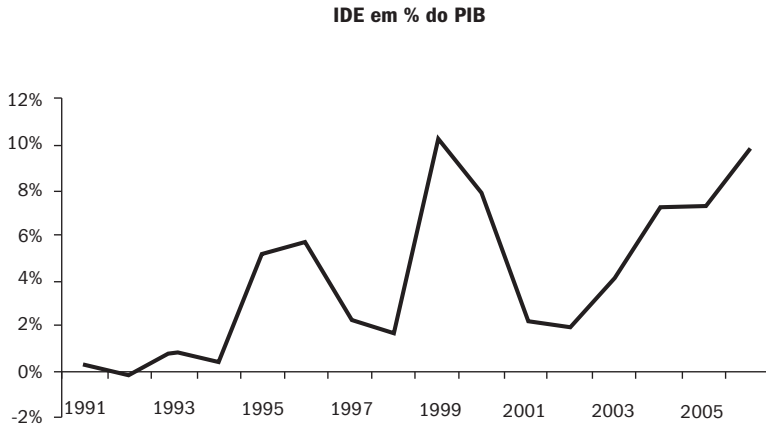
O IDE começou a ter expressão nos finais da década de 80 e ganhou dinamismo com as privatizações numa primeira fase e mais tarde com o crescimento do sector imobiliário turístico. A evolução tem sido muito irregular.

Como é visível na figura seguinte, os picos de entradas líquidas correspondem à vaga de privatizações das maiores empresas do país, nomeadamente, as do sector das telecomunicações (1995), água e finanças (1999). Assim, a sua contribuição foi mais forte a partir de 2005, crescendo de 4% do PIB, em 2003, para 10% em 2006.

Desta forma, a sua contribuição para o crescimento do produto tem sido modesta, quando comparado com as remessas, na medida em que rondou, em média, 4% do PIB entre 1991 e 2005.

43 Houve períodos de redução das remessas, possivelmente devido ao diferencial de taxas de juro entre o país e o exterior, corrigido da perspectiva de desvalorização. Recorde-se que, entre 1990 e 1999, o ECV se depreciou nominalmente cerca de 62% do seu valor, face ao USD (66,09 para 107,58 ECV/\$).

FIGURA 15: IDE em percentagem do PIB



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

6. PORTUGAL, A IMIGRAÇÃO E AS REMESSAS

6.1 A Importância Relativa das Remessas de Portugal

Em 2006, Portugal mantém o primeiro lugar entre os cinco maiores países remetentes, distante da França, que vem em segundo lugar. Considerando a distribuição dos países das remessas segundo a percentagem do total que cada um representa, Portugal aparece outra vez em destacado primeiro lugar: Portugal (28,6%), França (22,9%) e EUA (19,4%).

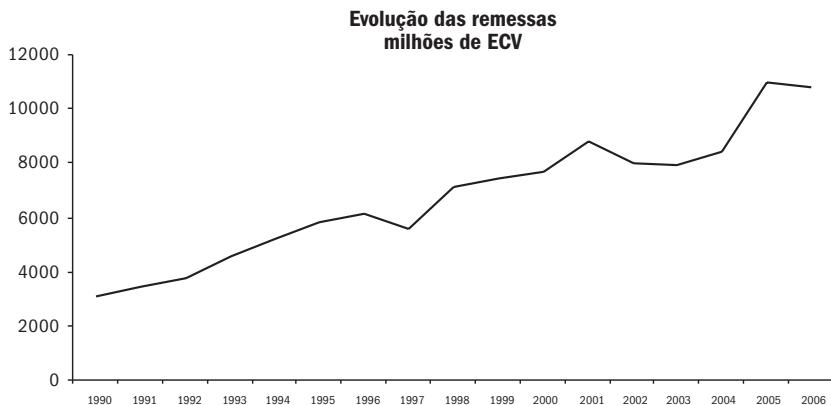
QUADRO 45: Posição de Portugal entre as cinco grandes origens de remessas 1990-2006

REMESSAS DE EMIGRANTES POR PAIS DE ORIGEM					
em milhões de escudos					
	1990	1995	2000	2005	2006
Estados Unidos	780,9	1143,9	2321,1	2205,3	2100,2
Países Baixos	611,9	1024,1	1136,0	998,7	963,1
França	495,4	794,8	1034,0	2409,4	2476,8
Itália	270,6	443,4	608,5	814,5	772,1
Alemanha	150,5	242,0	273,4	115,1	121,5
Portugal	238,5	1271,9	1578,1	3081,1	3095,9
Reino Unido	73,3	147,0	142,0	188,0	212,5
Suíça	102,8	237,0	160,9	208,0	212,2
Angola	32,1	0,0	16,1	13,0	25,5
Luxemburgo	-	-	160,5	184,7	217,5
Espanha	-	-	-	413,9	432,6
Outros	379,9	542,4	302,9	370,2	197,8
TOTAL	3135,9	5846,5	7733,5	11 002,0	10 827,6

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Em 1990, Portugal ocupava o modesto último lugar entre os cinco maiores destinos tradicionais da emigração cabo-verdiana, que contribuíam com mais de 70 % de todas as remessas. Em 2000, com o aumento da imigração e do rendimento *per capita* em Portugal, a situação alterou-se radicalmente. Portugal saltou para o primeiro lugar da lista, posição que mantém até hoje. Evolução inversa é a dos EUA, que ilustra a tese segundo a qual as remessas diminuirão com o tempo se os estoques não se renovarem.

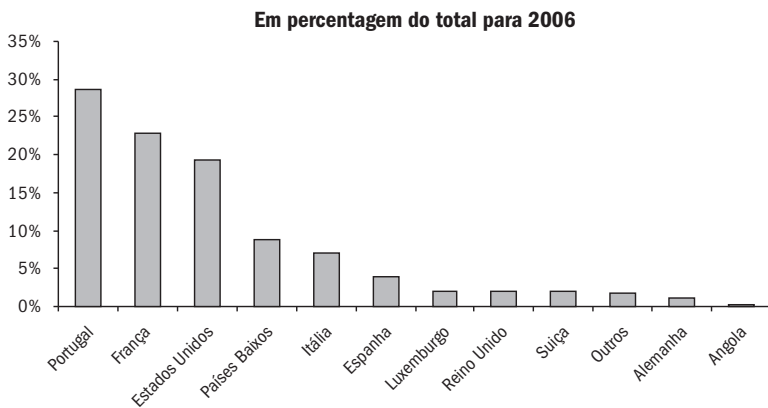
FIGURA 16: **Evolução das remessas totais para Cabo Verde 1990-2006**



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

Em 2006, as cinco maiores origens (Portugal, França, EUA, Holanda e Itália) somam 87% das remessas.

FIGURA 17: **As remessas em percentagem do total segundo a origem em 2006**



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

6.2 Síntese das conclusões do número 5

A análise comparativa feita no número 5 confirma Portugal como principal país de origem de remessas de imigrantes para Cabo Verde, estatuto que é, aliás, coerente com o de principal parceiro bilateral do desenvolvimento do arquipélago. Apesar das restrições nos países de acolhimento abrandarem o ritmo da emigração cabo-verdiana, as remessas continuam a crescer em termos absolutos.

Em 2006, as RE representam 10,3% do PIB entre a APD (5,5%) e o IDE (18%). Impulsionado pela imobiliária ligada ao turismo, o IDE está em franco crescimento.

QUADRO 46: **Balança de Pagamentos Normalizada (milhões de ECV)**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Transferências Oficiais	5028,4	2613,6	2500,7	4158,9	4776,2	4696,8	4097,4	4310,4
Remessas	8070,8	10 231,6	9474,0	9758,7	9923,2	9017,6	11 776,3	10 827,0
Investimento Directo	6327,0	5034,4	1562,7	1413,5	3276,4	6037,8	6695,7	9721,9

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

As remessas de Portugal representaram 28,6% das remessas totais. Além do impacto directo na economia, as remessas são anticíclicas e facilitadoras do acesso ao capital. A figura seguinte mostra em números arredondados o contributo dos imigrantes cabo-verdianos nos onze principais países de acolhimento.

QUADRO 47: **O contributo dos imigrantes em onze países para as remessas totais em 2006**

Portugal	29%
França	23%
EUA	19%
Holanda	9%
Itália	7%
Espanha	4%
Luxemburgo	2%
Reino Unido	2%
Suiça	2%
Outros	2%
Alemanha	1%
Angola	0%
TOTAL	100%

Fonte: Banco de Cabo Verde, 2007

6.3 O perfil de Cabo-Verde como país de migrações e remessas

Com informação recolhida em diversas fontes, com muitas perguntas sem resposta por falta de informação disponível, o Grupo de Prospectiva do PNUD⁴⁴ traçou um retrato de Cabo Verde em 2005 do ponto de vista das migrações e remessas. O retrato deve servir apenas para dar uma ideia geral e imprecisa da situação.

⁴⁴ PNUD, Grupo de Prospectiva, *Migration and Remittances Factbook 2007*.

QUADRO 48: **Um retrato das migrações e remessas de Cabo Verde**

Emigração		Imigração	
Estoque	181 193	Estoque	11 183
% População	35,8%	% População	2,2%
Dez maiores destinos	Portugal EUA Moçambique Senegal França Holanda Itália Espanha Nigéria, Luxemburgo	Dez maiores origens	São Tomé e Príncipe Angola Portugal Guiné-Bissau Itália Senegal Holanda Moçambique
Entrada de remessas	137 milhões USD	Saída de remessas	5 milhões USD

Fonte: PNUD, Grupo de Prospectiva, 2005

Os números relativos ao êxodo de pessoal qualificado requerem investigação mais ampla e profunda, mas não deixam de alertar para a grande dimensão da perda de capital humano que não será, certamente, compensada pelas remessas materiais e sociais em conjunto.

Cabe principalmente aos cabo-verdianos fazer a pesquisa necessária. Os Estado de Cabo Verde e os de acolhimento das comunidades cabo-verdianas têm a obrigação e o interesse em incentivar este tipo de pesquisa e a circulação, em vez de fuga ou perda de competências. A cooperação genuína tem aqui uma boa oportunidade de se manifestar com eficiência.

Citando Docquier & Bhargava (2004), e Clemens & Petterson (2006), a mesma fonte indica que a percentagem de médicos que ficou no estrangeiro após formação ou emigrou

varia entre 51,1% e 54,1%. Segundo Docquier e Marfouk (2004), a percentagem de pessoal com educação superior no estrangeiro é de cerca de 69,1%. Nunca será demais lembrar que estas informações têm valor meramente indicativo, pelo que atrás foi dito mais três razões:

- (i) a realidade das migrações é frequentemente muito diferente do que dizem os registos e as estatísticas oficiais;
- (ii) no caso de Cabo Verde, o extraordinário peso da emigração amplia de forma igualmente extraordinária as dificuldades de apuramento de números exactos sobre migrações e remessas;
- (iii) por fim, mesmo comparando com outros PMA ou pequenos Estados em desenvolvimento, existe muito pouca informação sistematizada sobre a emigração e as remessas cabo-verdianas.

6.4 O défice de informação e o inquérito

O Capítulo 2 evidenciou o grande défice de informação. Conhece-se muito pouco da emigração real, do padrão e da motivação do migrante, assim como das remessas e do seu impacto no bem-estar das famílias e no desenvolvimento de Cabo Verde. Para comparar Cabo Verde com outros países, designadamente dos grupos dos PMA e dos pequenos Estados insulares e encravados, são necessários dados que não estão disponíveis. Para informar políticas e melhorar práticas, os governos e a sociedade precisam de recolher, tratar, registar e trocar informação mais ou menos detalhada, oficial ou informal, sobre os seguintes elementos relacionados com as remessas e, principalmente, com os reme-

1. Fluxo oficial total
2. Fluxo oficial de Portugal
3. Número de transacções anuais totais

4. Número de transacções anuais de Portugal
5. Frequência das transferências
6. Circuitos / meios de transferência
7. Custo das transferências
8. Países de origem dos fundos
9. Estimativa das remessas informais
10. Ilha de destino dos fundos
11. Perfil do remetente
12. Perfil do destinatário
13. Rendimento do remetente
14. Ocupação do remetente
15. Estatuto jurídico do remetente
16. Utilização dos fundos transferidos
17. Consumo
18. Poupança
19. Investimento
20. Motivação do remetente.

Das 20 categorias que, segundo vários trabalhos recentes, constituem a informação fundamental sobre os remetentes e as remessas, comparável e simultaneamente útil aos migrantes, aos países de acolhimento e aos países de origem, só foi possível recolher dados sobre seis: fluxo oficial total de remessas, fluxo oficial de Portugal, fluxos dos outros países dos principais núcleos de remetentes, estimativa de custo das remessas, ilha de destino e alguns dados gerais sobre a utilização das remessas. Este défice de informação revelou a necessidade de realizar um inquérito em Portugal e em Cabo Verde no âmbito deste estudo preliminar.

Trata-se de um inquérito por amostragem para atenuar a falta de informação que a pesquisa sobre as remessas dos imigrantes cabo-verdianos e o seu impacto no desenvolvimento de Cabo Verde mostra. A mesma necessidade de preencher lacunas surgiu no país de residência e no país de origem. Por isso e porque ambos constituem o campo do estudo, decidiu-se pela realização do mesmo inquérito em Portugal e em Cabo Verde, com

pequenas adaptações para ter em conta o ponto de vista do remetente, num lado, e do destinatário, no outro.

Notar-se-á que o inquérito é dirigido essencialmente ao migrante económico e que tem objectivos muito limitados. Na realidade, dois dos principais objectivos do estudo, em geral, e do inquérito, em particular, são mostrar a informação disponível e convidar os investigadores a lançarem-se a obra de maior fôlego e mais profundidade sobre estas matérias sempre importantes para o mundo e vitais para Cabo Verde, quer dizer, as migrações e as remessas.

6.5 O inquérito em Portugal

Em Portugal, o inquérito foi realizado nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro, cujas cidades capitais têm maior concentração de imigrantes cabo-verdianos em Portugal, segundo Grassi *et al.* (2007) citando o Instituto das Comunidades de Cabo Verde.

Metodologia

Quatrocentos e noventa inquéritos foram aplicados em Lisboa, Setúbal, Faro e outros distritos com destaque para Coimbra e Porto, entre 9 e 23 de Agosto de 2007.

Além dos inquéritos realizados por agentes qualificados no Consulado de Cabo Verde, Associação Cabo-verdiana, Loja do Cidadão (Restauradores), Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (Lisboa) e várias localidades dos restantes distritos, foram inquiridos 25 imigrantes via correio electrónico. Este mostrou-se pouco eficaz. Provavelmente, entre outros motivos, estará o facto de os cabo-verdianos que usam regularmente o correio electrónico não terem o hábito de se considerarem imigrantes, termo que costumam reservar ao imigrante tipicamente laboral ou económico.

Os inquiridos foram essencialmente cidadãos maiores de 18 anos que vieram de Cabo Verde há mais de um ano com o propósito de trabalhar e/ou residir em Portugal por tempo

indefinido. Como o questionário mostra (Anexo I), o inquérito visava a obtenção de quatro categorias de informação: o perfil do imigrante, as condições da imigração, as remessas e a utilização das remessas (consumo, poupança, investimento ou outra).

O objectivo desta secção é apresentar o inquérito feito em Portugal com a informação metodológica imprescindível e os resultados obtidos, os quais serão confrontados com os pressupostos teóricos aflorados nas páginas anteriores.

O universo da amostra

O universo do inquérito é a população cabo-verdiana residente em Portugal. Sendo o número real dessa população desconhecido, crê-se que se situa entre os 64 164 apontados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para 2004 e os 105 342 estimados pelo Instituto das Comunidades, Cabo Verde, para o mesmo ano. Segundo informações oficiais, os cabo-verdianos passaram recentemente à terceira comunidade de estrangeiros em Portugal, a poucas dezenas do Brasil e da Ucrânia, respectivamente no primeiro e segundo lugares. As principais áreas de residência dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal são as regiões de Lisboa, Setúbal, Faro, Porto e Coimbra. Partiu-se do pressuposto de que apenas uma fracção dos imigrantes transfere recursos para Cabo Verde sob diversas formas e através de diferentes canais, uns formais, outros não.

A população inquirida

A população da amostra é composta de imigrantes e potenciais remetentes que estiveram nos locais e datas acima mencionados em situações diversas, nenhuma delas directamente relacionada com remessas.

A dimensão da amostra e locais de aplicação

Foram preenchidos 490 questionários com a seguinte distribuição territorial: Lisboa (288), Setúbal (115), Faro (48) e outros distritos (39).

O questionário

Um questionário simples para auto-preenchimento foi o instrumento utilizado no inquérito. Foi dividido em quatro partes. A primeira para recolher informação para o perfil do imigrante. A segunda sobre aspectos que permitam caracterizar o padrão de imigração. A terceira sobre as remessas. A quarta concentra as perguntas na utilização das remessas e seu impacto no desenvolvimento.

Realização do inquérito

O inquérito foi realizado por 22 colaboradores, cujo papel era fundamentalmente:

- Identificar o indivíduo no universo da amostra
- Fazer uma apresentação breve do inquérito e a sua entrega
- Acompanhar o preenchimento e verificar se este foi bem feito
- Em caso de necessidade, preencher o inquérito
- Preencher o cabeçalho com o nome, a data e o local de aplicação
- Enviar os inquéritos preenchidos à equipa do estudo.

Os 25 inquiridos por via electrónica enviaram as suas respostas pela mesma via.

O inquérito foi acompanhado diariamente por um membro da equipa do estudo.

Data da aplicação do inquérito

As datas variaram de um lugar para o outro mas todos os inquéritos foram aplicados entre 9 e 23 de Agosto de 2007.

Processamento da informação

Os dados foram processados através do programa de análise estatística SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – Pacote Estatístico para as Ciências Sociais). Recorrendo apenas à função descritiva dos dados, sem explorar os testes estatísticos.

Fiabilidade

Realce-se a circunstância de o inquérito ser pioneiro e exploratório, ter o objectivo de obter informação indicativa sobre os quatro aspectos anteriormente referidos.

Adicionalmente, procura obter pistas sobre as remessas sociais, que são percepcionadas como exercendo grande influência positiva na esfera cultural, política e social em Cabo Verde, através da transferência do conhecimento, visão, atitude e tecnologia por um lado e, também, influência negativa, pela via da internacionalização de práticas ilícitas e criminosas.

Sobre este aspecto importante das consequências da diáspora na sociedade de origem, desejou-se obter apenas reacções para estimar a percepção que os migrantes têm do fenómeno e obter indicações para eventuais estudos específicos posteriores sobre o impacto das remessas sociais de Portugal e outros países.

Realça-se ainda o facto também inédito do cruzamento da informação obtida em Portugal com a informação obtida em Cabo Verde, pelas mesmas vias e utilizando os mesmos métodos e instrumentos. Devido à limitação de tempo e de recursos para a realização do inquérito, não foi possível trabalhar mais detalhadamente os dados e explorar mais a fundo os métodos de processamento dos mesmos. Mas os dados conseguidos permitem informar e desbravar terreno para mais profundas indagações no futuro. Por estas razões, mesmo acreditando num alto nível de fiabilidade da informação fornecida pelo inquérito, recomenda-se máxima prudência na sua utilização.

7. RESULTADOS DO INQUÉRITO EM PORTUGAL

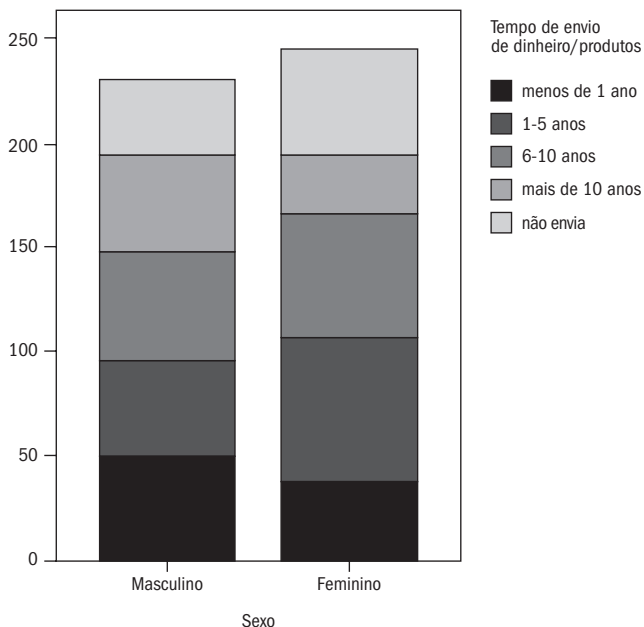
Esta secção sintetiza os principais resultados do inquérito aplicado em Portugal.

Para dados mais detalhados, dever-se-á consultar as tabelas do Anexo III.

7.1 Perfil do imigrante Cabo-Verdiano segundo os dados do inquérito

O maior número de remetentes tem idades entre 31 e 45 anos e está em Portugal há menos de dez anos. Dos inquiridos, 51,2% são mulheres e 48,8% são homens.⁴⁵ As mulheres enviam tantas remessas quanto os homens. Dos inquiridos que dizem enviar dinheiro e/ou produtos, 40,8% são mulheres, e o mesmo valor para os homens.

FIGURA 18: Sexo e tempo de envio de remessas



⁴⁵ Grassi *et al.* calcularam que em 2004 os cabo-verdianos residindo legalmente em Portugal eram 56% homens e 44% mulheres. Porém, na mesma obra, Martina Giuffrè dá conta da mudança de estrutura da emigração cabo-verdiana, com crescente protagonismo da mulher.

Fonte: Autores (Inquérito 2007)

Curiosamente, a figura 18 mostra que o homem envia mais recursos no primeiro ano da emigração enquanto a mulher envia mais entre o segundo e o quinto ano de estadia em Portugal.

Por conseguinte, são predominantemente trabalhadores activos com relações ainda intensas com a família e o país de origem.

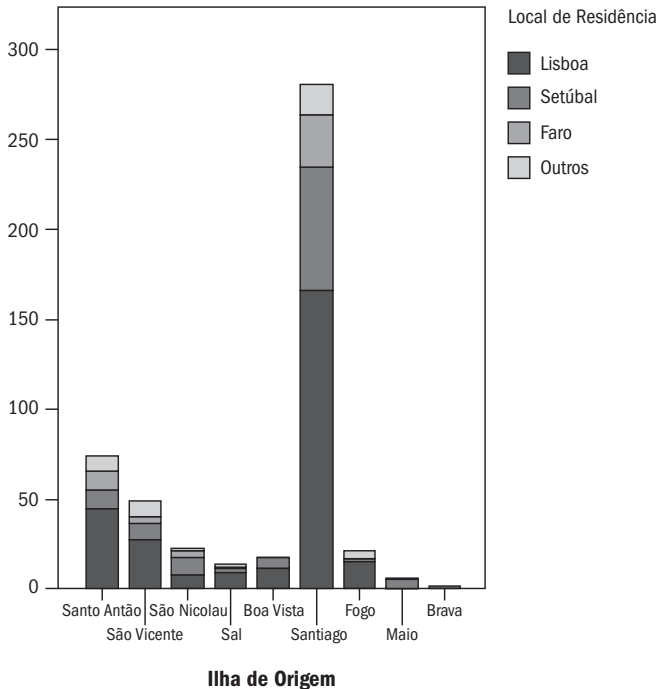
Os inquiridos são maioritariamente solteiros. Ora, esta informação deve no entanto ser utilizada com precaução, por ser muito frequente as cabo-verdianas e os cabo-verdianos viverem como se casados fossem (união de facto), e socialmente são, mas declaram-se solteiros, o que também é juridicamente verdadeiro. Quanto à instrução, 10% dos inquiridos são iletrados, 42,3% têm a escolaridade básica (4 a 6 anos), 35,2% têm o ensino secundário liceal ou técnico e 12,5% a formação universitária ou pós-universitária.

Por uma ligeira diferença, os homens têm maior grau de escolaridade. Do total de inquiridos, os empregados da administração e serviços somam 26,5%, os trabalhadores da indústria 30,6% e os trabalhadores por conta própria 3,5%. Os que declararam que são empresários correspondem a 2,5% dos inquiridos. E 5,2% são desempregados. A avaliar pelos inquiridos, as ilhas de origem apresentam-se na seguinte ordem:

Santiago (58%), Santo Antão (15,3%), São Vicente (10,1%), São Nicolau (4,6%), Fogo (4,3%), Boa Vista (3,5%), Sal (2,7%) e Brava (0,2%). Com excepção da Brava, cuja emigração é tradicionalmente orientada para os EUA, estas percentagens são consistentes com a importância demográfica de cada ilha de origem e o poder de atracção das respectivas comunidades migrantes.

Dos inquiridos, 57,6% vivem no distrito de Lisboa, 23,7% em Setúbal, 10,2% em Faro e 8,6% em outros distritos. É de se notar que não existe uma concentração por ilha de origem nos distritos de acolhimento, conforme se pode observar na seguinte figura.

FIGURA 19: Ilha de origem por local de residência



Questões sobre o perfil do imigrante

Relativamente ao perfil do imigrante cabo-verdiano em Portugal, o inquérito apresenta os seguintes resultados para análise e aprofundamento posteriores:

- (1) Género e emigração: terá a população feminina ultrapassado a população masculina também na emigração?
- (2) Género e educação: estará a comunidade cabo-verdiana imigrante em Portugal a aproximar-se da realidade sociodemográfica em Cabo Verde, que apresenta

ligeira maioria de mulheres e, por conseguinte, de maioria do género feminino nos níveis de educação primária, secundária e superior? Qual será a tendência actual do analfabetismo na emigração?

- (3) Empresários cabo-verdianos: 2,5% dos inquiridos declararam-se empresários e 3,4% trabalhadores por conta própria. Indicarão estes resultados uma melhoria da taxa de empreendedorismo cabo-verdiano em Portugal?

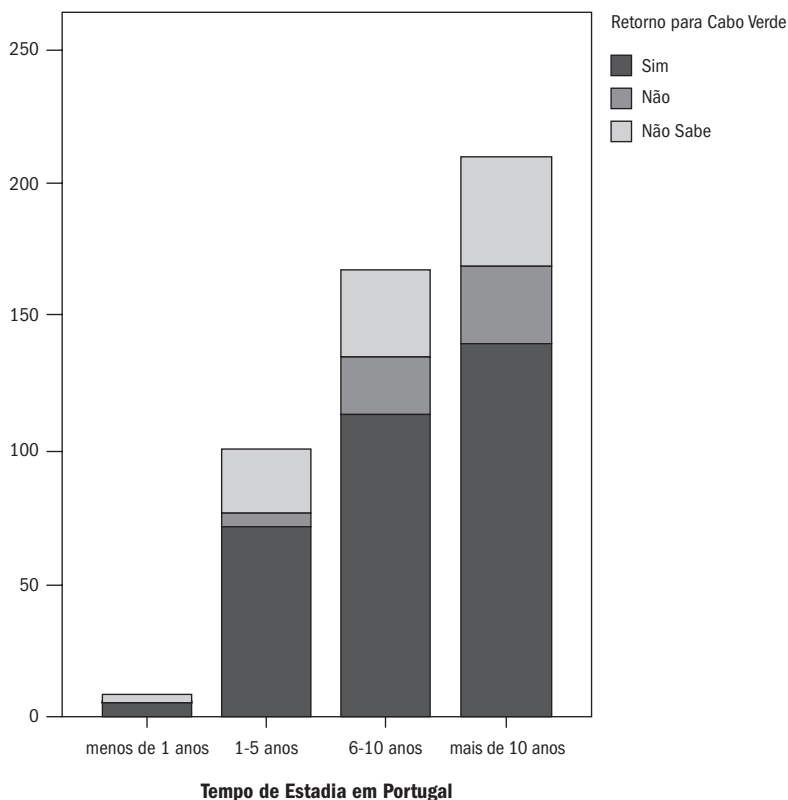
As alterações na estrutura da emigração cabo-verdiana para Portugal, que apontam para maior presença da mulher, e o facto estabelecido de que na sociedade cabo-verdiana a mulher é mais empreendedora do que o homem, sugerem resposta positiva à última pergunta, ou seja, o espírito empreendedor cabo-verdiano em Portugal evolui positivamente com as mudanças que se operam no contexto de acolhimento, elevação do nível de educação e acumulação de experiência.

7.2 Aspectos da imigração

Relativamente ao tempo em Portugal, 22,1% têm menos de cinco anos, 34,3% menos de dez e 43,5% mais de dez anos. O primeiro motivo é económico (62,2%), o segundo é o estudo (20,2%), o terceiro a família (11,7%). Dos inquiridos, 82,9% vieram sem garantia de emprego.

Por outro lado, 55,8% têm autorização de residência, 13,4% autorização de permanência e 18,7% nacionalidade portuguesa. Em relação à família, 20% têm família em Portugal, 30,7% pensam reunir família em Portugal. Sobre se regressarão ou não definitivamente, 67,4% dos inquiridos pensam regressar definitivamente para a terra natal, contra 11,7% que pensam que não regressarão para ficar e 20,9% que não sabem.

FIGURA 20: Tempo de estadia por intenção de regresso



Sobre o padrão da imigração cabo-verdiana em Portugal, o inquérito permitiu destacar os seguintes aspectos:

- (1) O número sociológico de cabo-verdianos que estão ou residem em Portugal não coincide com o número legalmente inscrito. Se 55,8% dos inquiridos declararam ter autorização de residência, 13,4% a autorização de permanência e 18,75% a nacionalidade portuguesa, restam 12,1% noutras situações. Por outras palavras,

cerca de 12% dos cabo-verdianos em Portugal, mais de 10 000, encontram-se em situação irregular.

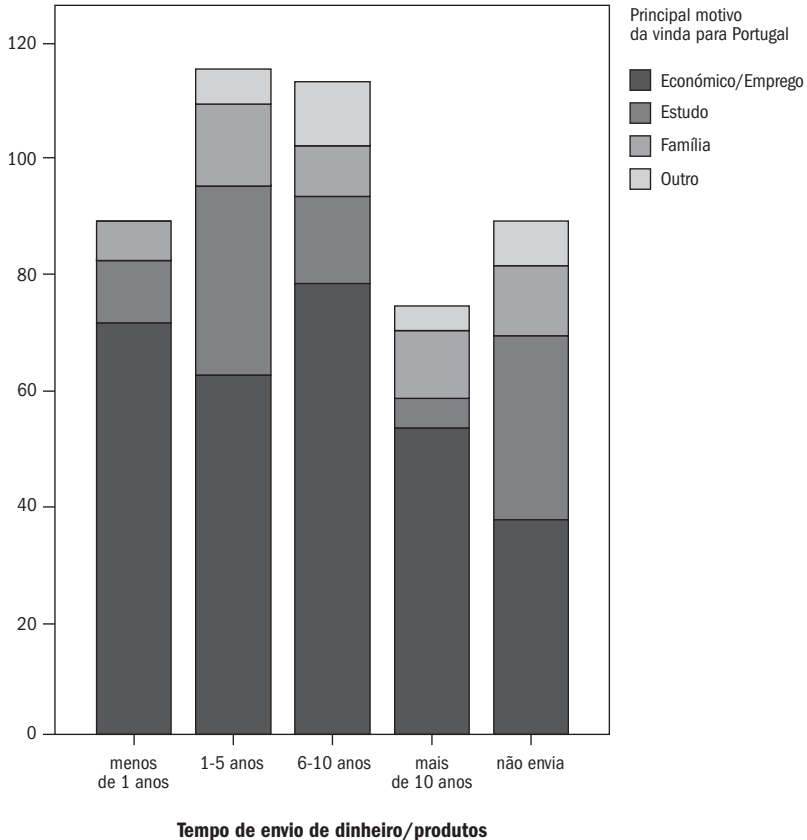
- (2) Por outro lado, se as estatísticas dizem que a soma das autorizações de residência e de permanência totalizavam cerca de 64 164 em 2004, pode inferir-se que, em 2007, pelo menos 94 000 cabo-verdianos, incluídos os cerca de 16 000 que têm a nacionalidade portuguesa, vivem em Portugal.
- (3) Se esta conclusão for verdadeira, em 2007 os cabo-verdianos formam a maior comunidade sociológica de estrangeiros residentes em Portugal. Note-se igualmente que o inquérito coloca este número mais próximo das estimativas das autoridades cabo-verdianas (cerca de 105 000) do que dos números apontados pelas autoridades portuguesas.

7.3 Remessas

O hábito de enviar dinheiro e produtos é um excelente mecanismo de captação de recursos financeiros externos. As remessas são mais previsíveis e estáveis do que o investimento directo do estrangeiro e a ajuda pública ao desenvolvimento. Além disso e ao contrário do que acontece com os outros fluxos de financiamento externo, as remessas tendem a aumentar durante e imediatamente depois das crises. Pode ser o efeito do factor altruísmo. Em síntese, as remessas constituem o único fluxo de financiamento externo anticíclico.

Dos cabo-verdianos inquiridos, 81,5% transferem remessas. Desses, 18,5% enviam há menos de um ano, 24,1% entre um e cinco anos, 23,5% entre seis e dez e 15,4% há mais de dez anos. Entre os produtos, envia-se mais roupa, seguida de aparelhos electrodomésticos e por fim artigos para venda. Quanto à frequência, ocasionalmente (56,9%) e trimestralmente (23,1%) é que ocorrem com mais frequência. Os canais ou circuitos mais utilizados são, por ordem decrescente de importância: amigos, correios, banco, viajantes, agência, outro, *rabidantes* (em cabo-verdiano, comerciantes informais, em geral mulheres). A maioria declara utilizar simultaneamente canais formais e informais.

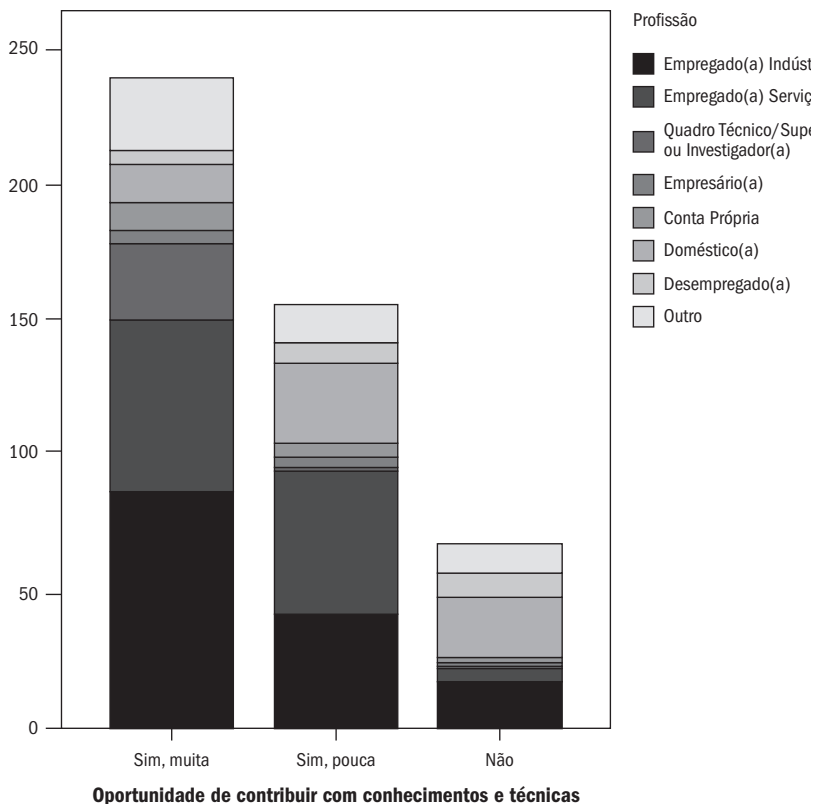
FIGURA 21: Remessas por motivo de imigração



Contrariamente ao que se esperava, 95,9% dos inquiridos responderam à pergunta sobre remessas sociais. Desses, 51,5% responderam que têm muita oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde, 34% disseram que têm poucas oportunidades e 14,5% entenderam que não têm nenhuma oportunidade de ajudar com as técnicas e os conhecimentos adquiridos no estrangeiro.

É provável que a natureza muito vaga da pergunta (*muito, pouca* ou *nenhuma oportunidade*) e a predominância de imigrantes económico-laborais entre os respondentes, com pouca ou nenhuma familiaridade com o conceito de remessas sociais, tenham produzido alguma distorção na resposta. Apesar disso, o número de respondentes e a qualidade das indicações revelam que quase todos os imigrantes têm consciência clara da importância que têm para o país de origem.

FIGURA 22: **Remessas sociais por profissão**



Observações sobre remessas:

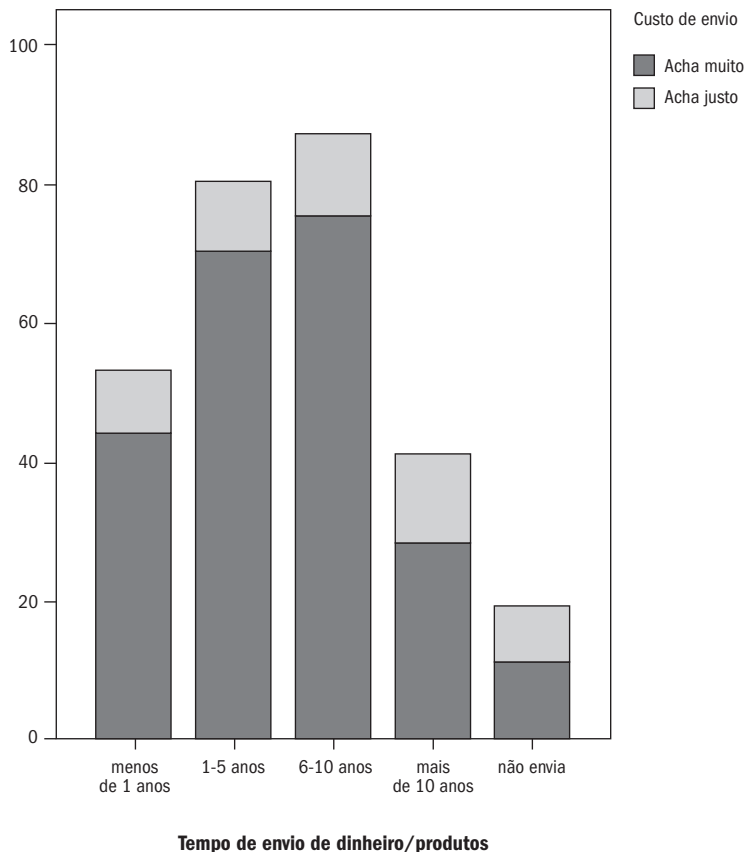
- (1) Os imigrantes com menos de dez anos em Portugal são aqueles que enviam mais remessas.
- (2) Um número expressivo de estudantes bolsheiros consegue poupar, seguramente a custo de duros sacrifícios, para compensar a família da ausência e da participação no seu sustento, enviando dinheiro e produtos (para consumo e venda).
- (3) A ordem dos motivos de envio é, por ordem decrescente: apoio à família, para guardar, outro (sendo a maioria destes para construção de casa própria), depósito no banco, educação e saúde e, por fim, pagamento de dívidas.
- (4) Os beneficiários são, pela mesma ordem: pai/mãe, outros parentes (sendo muitos deles irmãos), filhos, cônjuge, próprio, outro e, por fim, a comunidade local.
- (5) A maioria dos remetentes corresponde a um modelo misto de sociodemográfico-altruísta, com algo de racional-económico, havendo uma tendência favorável ao reforço da razão económica.
- (6) À pergunta sobre que proporções do rendimento enviam, 31,1% dizem remeter até 30% e a grande maioria (55%) não sabe qual é a parcela do rendimento que envia.
- (7) O grande número e a qualidade de respostas à pergunta relativa às remessas sociais revelaram uma consciência clara da sua importância para o desenvolvimento de Cabo Verde.

7.4 Poupança e investimento

Entre os que poupam, as principais motivações são, por ordem decrescente: confiança na economia e taxas de juro. Destes, os que investem fazem-no principalmente na construção de habitação e compra de casa/terra (propriedade agrícola).

Sobre os custos das transferências, 60% estão cientes do valor desta transacção. Desses 81,3% são da opinião de que o custo é muito alto e 18,7% acham que o custo é justo.

FIGURA 23: Custos das transferências



À pergunta «que fazer para aumentar as remessas», 64,6% das pessoas que responderam entendem que é preciso baixar os custos de transferência, 23,4% não sabem que medi-

das deverão ser tomadas e 18,3% acham que se deveria aumentar as oportunidades de investimento.

Dos 67,4% que desejam um dia poder regressar definitivamente à terra natal, a maioria sonha com comprar casa, abrir um negócio e financiar despesas pessoais/familiares.

Ao convite a fazer um comentário final completamente livre (facultativo), 70 inquiridos (14,3%) do universo responderam. Registam-se aqui os cinco principais tópicos dos comentários:

QUADRO 49: Os cinco maiores problemas para 14,3% da amostra

Problema	Número respostas	% das respostas
Taxa de câmbio desfavorável	19	27,14%
Taxas alfandegárias elevadas	18	25,71%
Transporte aéreo muito caro	10	14,28%
Outros	17	24,28%
Custo de transferência alto	6	8,57%

Note-se que perante a magnitude de outros problemas, o custo das transferências aparece em quinto lugar nos comentários. Contudo, dos 60% dos inquiridos que conhecem os custos das transferências de remessas por canais oficiais, 81,3% têm a opinião de que o custo é muito alto e 18,7% pensam que a remuneração do serviço é justa.

A tendência para investir uma parte cada vez mais importante das poupanças em Cabo Verde é dominante. Da combinação desta tendência com o aumento do número de áreas nas quais os emigrantes residentes no estrangeiro e os regressados investem, pode inferir-se que as remessas dos emigrantes são consistentes no apoio que dão ao seu país de origem para passar das estratégias de sobrevivência às estratégias de desenvolvimento, de País Menos Avançado a País de Desenvolvimento Médio e um dia a País Desenvolvido.

Intui-se um impacto progressivamente positivo das remessas dos emigrantes no desenvolvimento de Cabo Verde. Todavia, uma avaliação justa desse impacto obrigaria ao cálculo mais exaustivo dos benefícios e custos da emigração. Mas a informação acessível indica que os benefícios são maiores do que os custos. Os inquéritos confirmam esta asserção ao mesmo tempo que mostram que a aspiração dominante no imigrante cabo-verdiano em Portugal é construir o bem-estar na sua terra natal.

Espera-se que estudos mais profundos sobre todos os tipos de remessas, as boas e as más, assim como das principais perdas para o país de origem dos migrantes, permitam determinar de forma mais exaustiva e rigorosa as vantagens e as desvantagens, as ajudas e as dependências, para se poder ter informação edificante sobre as verdadeiras margens de benefícios e custos.

Até haver estudos mais densos, a conclusão vale pouco mais do que o benefício da dúvida a favor da emigração como factor isolado de desenvolvimento. Porém, não há dúvida sobre dois aspectos da questão: a emigração tem sido uma excelente garantia de sobrevivência para Cabo Verde e a circulação de mão-de-obra qualificada, em vez de fuga ou perda, será benéfica para o migrante, o país de residência e o país de origem.

8. BOAS PRÁTICAS PORTUGUESAS

Diversas fontes consultadas e o inquérito realizado revelaram algumas boas políticas e práticas portuguesas em matéria das migrações e remessas que merecem realce. Sem a preocupação de uma listagem exaustiva, são mencionados organismos públicos e privados cuja acção nos domínios do acolhimento e integração intercultural dos imigrantes reflectem uma evolução lenta mas positiva. São de destacar:

- As garantias da Constituição da República (artigos 15.º e 16.º) em relação aos estrangeiros e apátridas que se encontrem ou residam em Portugal;

- A criação e desenvolvimento do Alto Comissariado da Imigração e Minorias Étnicas, hoje Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, que passou a integrar o Programa Escolhas e a Missão para o Diálogo com as Religiões;
- A acção dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI);
- A acção do Observatório da Imigração;
- A inclusão das associações de imigrantes nas estruturas de consulta e intermediação;
- A participação política dos imigrantes através das eleições para as autarquias;
- O progressivo esforço de coordenação entre os organismos públicos e privados que lidam com os imigrantes: ACIDI, Provedoria da Justiça, Serviço de Estrangeiros e Fronteira, Inspecção-geral do Trabalho, Instituto de Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direcção Geral dos Serviços Prisionais, Direcção Geral dos Registos e Notariado, Ordem dos Advogados, Patriarcado de Lisboa, Autarquias Locais e ONG;
- Fundação Calouste Gulbenkian, com acções inovadoras e parcerias para a reflexão sobre a integração plena dos cidadãos migrantes na sociedade portuguesa;
- Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, assinado em 1998;
- Os Acordos de Segurança Social entre Portugal e Cabo Verde, 2007.

9. O INQUÉRITO EM CABO VERDE

O inquérito aplicado em Cabo Verde foi praticamente igual ao aplicado em Portugal, mas centrado nos beneficiários das remessas dos emigrantes. Os objectivos principais da acção eram cruzar a perspectiva do remetente com a perspectiva do destinatário das remessas e consolidar a informação relativa ao perfil e motivação do emigrante assim como à utilização e aplicação das remessas.

Metodologia

O inquérito foi realizado em sete dos nove municípios da ilha de Santiago: Praia, Santa Catarina, Santa Cruz, São Lourenço, São Salvador do Mundo, São Domingos e Tarrafal,

durante o mês de Agosto de 2007, por duas colaboradoras da equipa, supervisionadas diariamente.

Foram inquiridos cidadãos maiores de 18 anos que vivem na ilha de Santiago e que recebem remessas de Portugal. Como o questionário mostra (Anexo II), o inquérito visou a obtenção de quatro categorias de informação: perfil do recebedor/beneficiário, dados sobre a migração, remessas e por fim a utilização das remessas no consumo, poupança, investimento ou outro.

O objectivo desta secção é apresentar o inquérito feito em Cabo Verde com a informação metodológica imprescindível e os resultados obtidos, os quais serão confrontados com os pressupostos teóricos apresentados ao longo das páginas anteriores.

O universo da amostra

O universo do inquérito é a população residente na ilha de Santiago de Cabo Verde que recebe remessas de Portugal, quer em divisas, quer em produtos e seja qual for o canal.

A população inquirida

A população da amostra é composta por indivíduos/agregados que recebem remessas e residem nos concelhos atrás mencionados. As entrevistas foram realizadas nas residências.

A dimensão da amostra e os locais de aplicação

Foram aplicados 56 inquéritos com a seguinte distribuição territorial: Concelho ou Município da Praia (25%), Santa Catarina (16%), Santa Cruz (27%), São Lourenço (19%), São Salvador do Mundo (9%), São Domingos (3%) e Tarrafal (1%).

O questionário

O questionário foi desenvolvido especificamente para este estudo com o objectivo de recolher informação para preenchimento de algum défice de informação e para conheci-

mento da realidade sobre os beneficiários e destino das remessas. Já existe informação significativa sobre emigrantes e remessas mas apenas dos fluxos financeiros, faltando informação de natureza socioeconómica. O pouco tempo disponível para o desenho, aplicação, implementação e tratamento do questionário não permitiu recolher todo o tipo de informação que se poderá conseguir através de pesquisas futuras.

O questionário é composto por quatro partes, sendo a primeira para recolher informação para o perfil do imigrante, a segunda relacionada com as causas do desejo de emigrar e a terceira com as remessas. A quarta concentra as perguntas sobre a utilização das remessas e seu impacto no desenvolvimento.

Realização do inquérito

O inquérito foi realizado por duas colaboradoras cujo papel foi:

- identificar o indivíduo no universo da amostra;
- fazer uma apresentação breve e entrega do questionário;
- acompanhar o preenchimento e verificar se este foi bem feito;
- em caso de necessidade, preencher o inquérito, inscrevendo no cabeçalho o local e a data de aplicação.

Data da aplicação do inquérito

Os inquéritos foram aplicados durante o mês de Agosto de 2007.

Processamento da informação

Os dados foram processados em folha de cálculo pela equipa do estudo.

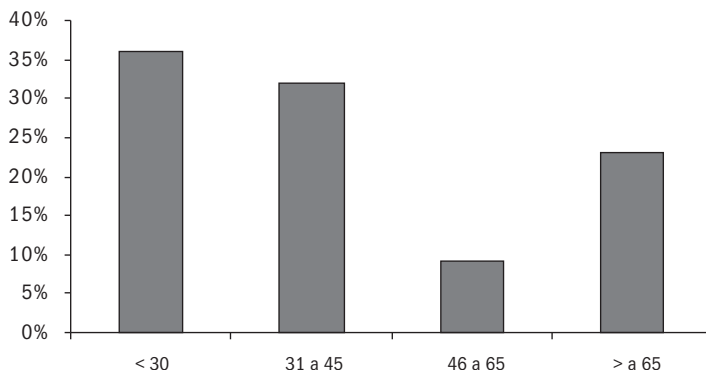
10. RESULTADOS DO INQUÉRITO EM CABO VERDE

Às principais perguntas do questionário (Anexo II) os inquiridos responderam:

10.1 Perfil do recebedor/ beneficiário cabo-verdiano

Pelos resultados obtidos, verifica-se que 75% dos beneficiários são do sexo feminino contra apenas 25% do sexo masculino. A maioria dos recebedores tem menos de 30 anos (36%), seguida de pessoas com idades entre 31 e 45 anos (32%). Essas duas categorias representam conjuntamente 68% do total. O valor expressivo da categoria superior a 65 anos, entre os quais 62% de beneficiários próprios, poderá dizer respeito à pensão de reforma de um número crescente de regressados depois da idade activa.

FIGURA 24: Idade dos beneficiários



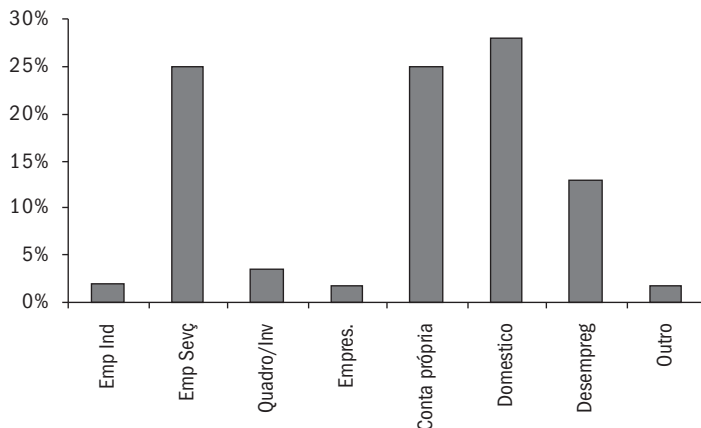
É notório o facto de 39% dos inquiridos terem apenas o ensino primário. Se a estes juntarmos os 10% que não têm nenhuma escolaridade, então teremos quase metade (49%) dos inquiridos habilitados com o ensino primário ou menos. O ensino secundário representa 45% dos entrevistados. Dado o número de pessoas com baixa ou nenhuma

escolaridade, é natural que os empregos tenham magra remuneração e as remessas grande importância na melhoria do nível de vida.

A categoria solteiro é a mais representada (52%), seguida da categoria casado (35%). Entretanto, há que ter em consideração o relacionamento tradicional entre os sexos, nomeadamente o facto de as pessoas poderem viver em plena comunhão e considerarem-se solteiras pela circunstância de não serem casadas nos serviços do registo civil ou na igreja.

Relativamente à profissão, consideramos três categorias: os empregados de serviços, bastante heterogénea (25%), os domésticos/as (28%) e os trabalhadores por conta própria, categoria constituída maioritariamente por comerciantes. Apesar da categoria doméstico/a ser heterogénea em termos de idade, pessoas com mais de 65 anos representam 56%.

FIGURA 25: **Profissão dos beneficiários**

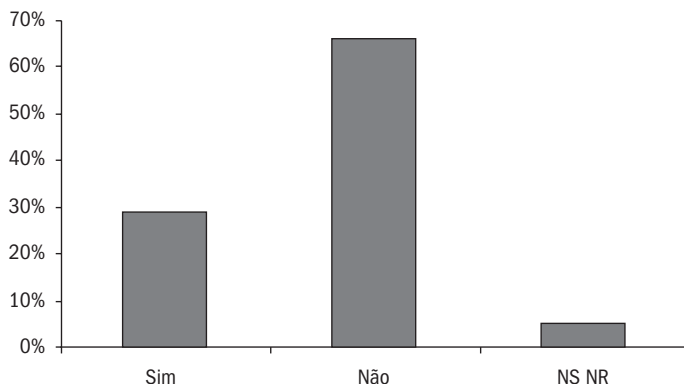


O recebedor/ beneficiário dominante é um indivíduo do sexo feminino, com idade inferior a 45 anos, com escolaridade até ao ensino secundário e formalmente solteiro que tanto pode ser empregado de serviços, doméstico ou comerciante.

10.2 Outros aspectos da emigração

A grande maioria dos inquiridos (65%) não pensa agregar-se à família em Portugal. Apenas 30% manifesta esse desejo. Dentro da categoria dos que não pensam emigrar, 76% é do sexo feminino e 24% do sexo masculino. A distribuição etária mostra que dos que não pensam agregar-se à família: 32% têm idade inferior a 30 anos, 22% entre 31 e 45 anos, 11% entre 46 e 65 anos e, finalmente, 35% têm idade acima dos 65 anos. O desejo de juntar-se à família pode ter efeitos contraditórios. Por um lado, representa a ameaça de quebra de vínculo com a terra natal e, conseqüentemente, de redução do fluxo de remessas. Por outro lado, o estoque de emigrantes não se renova.

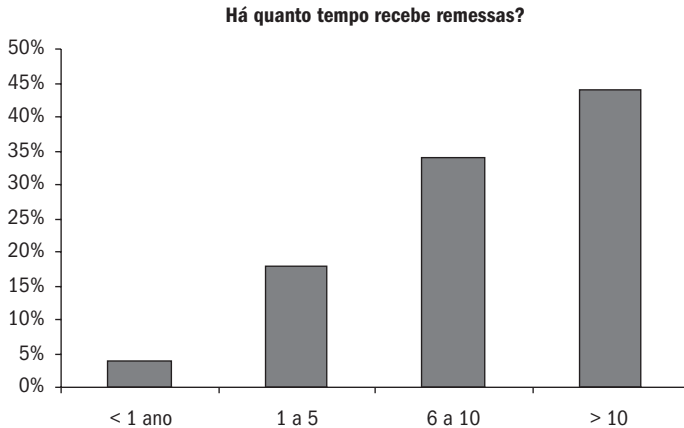
FIGURA 26: **Aspiração de juntar-se à família em Portugal**



10.3 Há quanto tempo recebe remessas?

A resposta dá uma ideia da maturidade da emigração em Portugal. Dos inquiridos, 40% recebem remessas há mais de dez anos e 32% recebem remessas há entre seis e dez anos. Assim, cumulativamente, temos 72% dos inquiridos que recebem remessas há pelo menos seis anos.

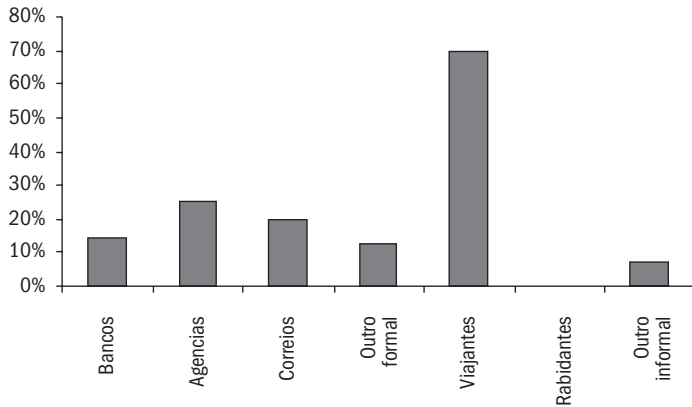
FIGURA 27: **Tempo de recebimento de remessas**



Relativamente à frequência com que recebe remessas, a maioria (42%) diz receber ocasionalmente, enquanto que 35% mensalmente. O apoio à família é a motivação de 84% dos que recebem mensalmente, 89% dos que recebem trimestralmente e 79% dos envios ocasionais.

Dos beneficiários, 70% recebem as remessas em mão. Note-se que este canal informal não é exclusivo, ou seja, vários inquiridos mencionaram receber recursos por mais de um canal, sendo um deles os viajantes.

FIGURA 28: **Canais utilizados**



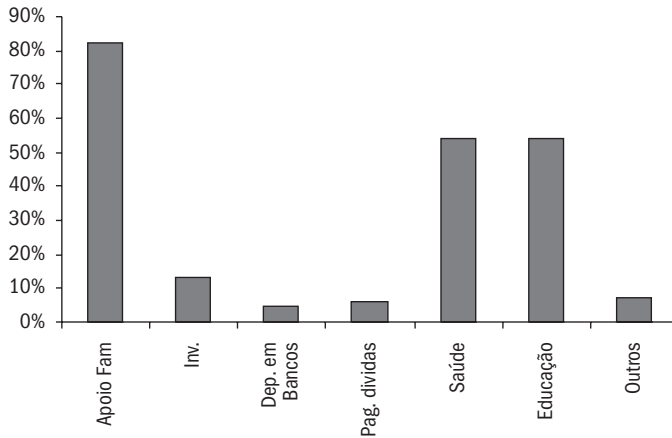
Relativamente aos canais formais, as agências de transferências constituem o canal preferido. Segundo o inquérito, essas agências já representam 25% dos canais formais, seguidas dos correios, e os bancos só aparecem em terceiro lugar com 14%. As agências apresentam um processo de envio/recepção bastante mais simplificado e daí o aumento do seu peso no total.

Os viajantes dominam claramente a situação nos canais informais. Efectivamente, os dados mostram que 70% dos inquiridos mencionam ter utilizado este canal, quer de forma isolada quer juntamente com outros canais, formais ou não. Por esta razão, as remessas apresentadas nas estatísticas são necessariamente inferiores às efectivamente efectuadas.

10.4 **No que se refere à utilização das remessas**

As três categorias mais expressivas são o apoio à família (82%), saúde (54%) e educação (54%). Isso mostra o carácter dominante do apoio à satisfação das necessidades básicas da família e do investimento no capital humano.

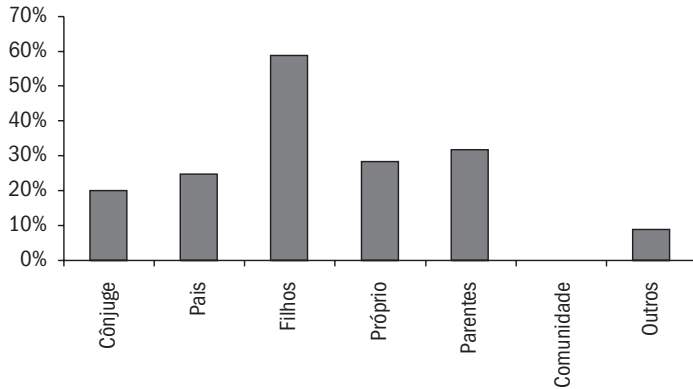
FIGURA 29: Destino das remessas



Pode-se constatar que, em 61% dos casos citados, temos, como destino das remessas, o apoio à família e pagamento de despesas de saúde. Quando se fala simultaneamente em educação e apoio à família, temos uma frequência de 52%. E quando juntamos as três categorias, constata-se que 43% dos inquiridos utilizam as remessas para apoio à família, para despesas de saúde e educação, que constituem um contributo para dois sectores-chave.

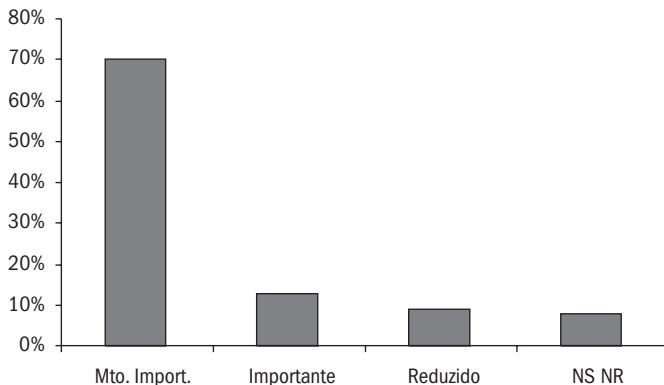
Os filhos constituem os maiores beneficiários das remessas (59%) seguido de outros parentes (32%). Destaca-se o facto surpreendente de apenas 20% dos inquiridos declararem que o beneficiário é o cônjuge. Este número pode reflectir a situação de solteiros com filhos ou pessoas com cônjuge reagrupado em Portugal.

FIGURA 30: Destino das remessas



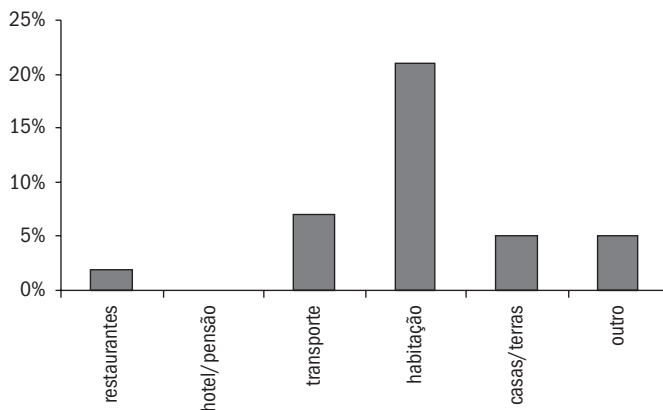
Note-se uma resposta clara sobre a importância das remessas. Efectivamente, para 70% dos inquiridos as remessas são consideradas muito importantes para o orçamento familiar. Para 13% as remessas são importantes, pelo que, de forma acumulada, temos uma situação em que, para 83% dos inquiridos, as remessas são importantes ou muito importantes.

FIGURA 31: Importância das remessas



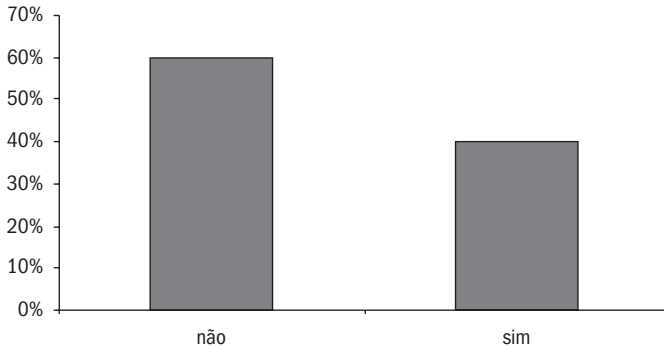
Investe as remessas recebidas? Perante essa questão, 60% afirmam que não investem e 40% dizem que investem parte ou a totalidade das remessas. A satisfação das necessidades básicas da família implica investimento. Por isso, a maior parte das vezes ele é feito por motivos altruístas, ou seja, para garantir segurança económica e financeira à família. Esses investimentos não são feitos por investidores propriamente ditos mas sim por pessoas que querem uma certa garantia de rendimento futuro. Assim, os investimentos feitos na compra ou melhoria da habitação da família representam 21% dos casos, sendo 7% para transporte e 5% em aquisição de casas e terrenos

FIGURA 32: **Tipos de investimento**



Relativamente aos custos de envio de remessas, 60% afirmam desconhecê-los. Informações colhidas junto das Agências mostraram que a recepção não tem encargos, sendo os mesmos suportados por quem envia. Os restantes 40% que conhecem os custos de envio/recepção (nomeadamente via outros canais) são assim distribuídos: 21% dizem que o preço é justo e 19% entendem que é elevado.

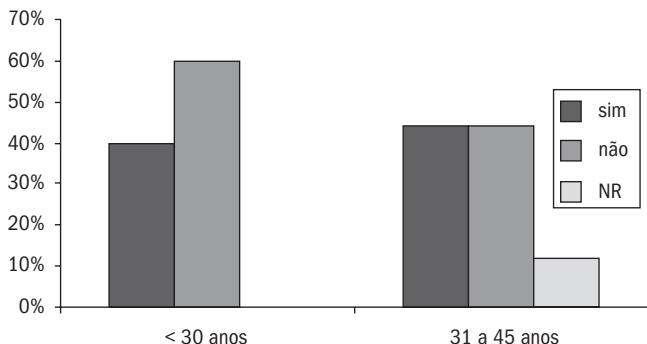
FIGURA 33: **Conhecimento de custos de envio/recepção**



Com o intuito de verificar o efeito da profissão no desejo de emigrar e juntar-se à família – porque isso tem efeitos no estoque de emigrantes, na perda de laços com a terra natal e no fluxo de remessas – efectuou-se um cruzamento das duas variáveis. Os resultados permitem ver que na categoria dos empregados de serviços, 70% não pensam reunir-se à família em Portugal e que apenas 20% manifestam esse desejo. Na categoria dos que trabalham por conta própria (na sua maioria comerciantes) temos uma situação inversa, em que os que pensam juntar-se à família em Portugal é superior: 43%, contra 48% que não pensam assim. Na categoria de domésticos a diferença é grande; 69% contra 19% que pensam juntar-se à família.

É necessário determinar a influência da idade na expectativa de juntar-se à família. Os mais novos, com menos de 30 anos, representam 60% dos que não querem juntar-se à família contra 40% que pensam juntar-se à família. Na categoria 31 a 45 anos temos um empate técnico, ambas com 44% de preferências, e os restantes 12% não sabem ou não respondem.

FIGURA 34: Idade e aspiração de se juntar à família

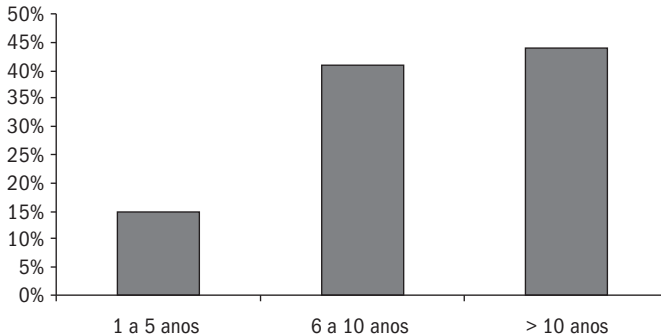


Outro dado importante é revelado pelo cruzamento das variáveis «Tempo de recebimento de remessas» e «Aspiração de se juntar à família em Portugal». Quem recebe remessas há menos de cinco anos não pensa juntar-se à família (90%). Dos que recebem entre seis a dez anos, 61% pensam juntar-se à família e 34% pensam o contrário. Entre os que recebem há mais de dez anos, a situação inverte-se novamente, apenas 20% pensam juntar-se à família enquanto que 76% não pensam fazê-lo.

Cruzando os dados relativos ao tempo de recebimento de remessas e frequência, nota-se o seguinte: à medida que o tempo passa, a categoria *ocasional* aumenta (10%, 37% e 60%), enquanto que a categoria *mensal* reduz (50%, 47% e 16%). A frequência trimestral é a menos volátil, passando de 20% para 16%.

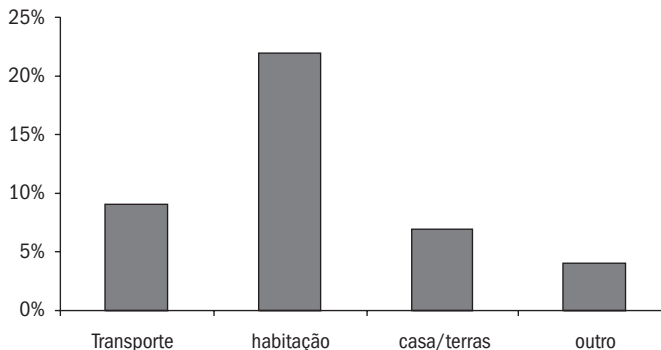
Relativamente ao envio de remessas por intermédio de viajantes e o tempo de recebimento das mesmas, procurou-se verificar se os emigrantes mais recentes também usavam o canal *vijantes*, ou se apenas os mais antigos o faziam. Efectivamente, é o canal mais utilizado pelos mais antigos com uma frequência de 44% para os que enviam/recebem há mais de dez anos, 41% para a categoria entre seis e dez anos, e apenas 15% para a categoria menos de cinco anos.

FIGURA 35: Remessas via viajantes e tempo de recebimento



Os dados recolhidos apontam para os investimentos feitos não no sentido empresarial do termo, mas sim para constituir uma fonte de renda para o futuro da família. Desta forma, nas situações em que o inquirido declara que o fim das remessas é o apoio à família, a parte destinada ao investimento é aplicada na compra e/ou melhoria da habitação própria (22%). Os investimentos feitos em transportes representam 9% e em aquisição de casas e/ou terras 7%.

FIGURA 36: Apoio à família e tipos de investimento



Quando o investimento é feito em habitação (casa própria), a frequência com que o apoio à família aparece é de 83%, o que confirma que o investimento é para o bem-estar económico e social da família, um motivo tipicamente altruísta.

11. BOAS PRÁTICAS CABO-VERDIANAS

Apesar de não possuir um bom sistema de informação sobre as migrações e as remessas (apenas seis itens sobre vinte), Cabo Verde tem bom currículo de políticas e práticas nessas matérias.

Destaquem-se, a título de exemplo, as seguintes práticas:

- A rede de embaixadas e consulados coincide em grande parte com os países e as cidades de maior presença de cabo-verdianos natos e descendentes;
- A geografia da maioria dos parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde coincide com a geografia das comunidades cabo-verdianas no estrangeiro;
- O relacionamento positivo com associações de emigrantes, em alguns casos desde antes da independência nacional, fenómeno que tem vindo a intensificar-se através de encontros alternados em Cabo Verde e no estrangeiro (Congresso de Quadros Cabo-verdianos na Diáspora), semanas culturais de Cabo Verde no estrangeiro e outras actividades;
- A criação e a prática do Instituto das Comunidades como organismo operacional do Governo para intervenção sistemática no domínio das migrações e do desenvolvimento de sinergias entre a comunidade migrante e a comunidade residente no país;
- Os acordos de segurança social e de cooperação cambial com países de residência de comunidades cabo-verdianas;

- Os incentivos financeiros e fiscais aos emigrantes por intermédio das instituições bancárias e aduaneiras;
- A aproximação dos bancos comerciais de Cabo Verde às comunidades, através de encontros periódicos nos países de acolhimento e de difusão de informação impressa e via Internet;
- A criação em 2004 do primeiro banco então totalmente cabo-verdiano, o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN) por um grupo de accionistas, sendo 50% residentes em Cabo Verde e 50% residentes no estrangeiro;
- A participação política dos emigrantes na eleição do parlamento, no qual estão representados, e do Presidente da República.

Destacam-se ainda as seguintes acções propostas ou iniciadas pelo Governo de Cabo Verde:

- Assegurar o cumprimento dos direitos e garantias consagrados na Constituição da República de Cabo Verde no território nacional e no estrangeiro;
- Actuar junto das autoridades dos países de acolhimento, nomeadamente pela via da negociação de acordos, estimulando a participação activa dos emigrantes na vida política dos países onde residem;
- Promover o reforço dos laços das comunidades no exterior com as comunidades nas ilhas, para que as novas gerações não percam as raízes;
- Apoiar as comunidades cabo-verdianas mais carenciadas, nomeadamente em São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola;
- Melhorar o ambiente de investimento, de modo a favorecer iniciativas empresariais de cabo-verdianos residentes no exterior, simplificando a tramitação burocrática;

- Incentivar a pesquisa sobre a emigração e as comunidades cabo-verdianas no exterior, com vista a melhor conhecimento e satisfação dos seus anseios.

São de realçar os seguintes Acordos e Convenções de Segurança Social:

1 - *Com o Brasil:*

- a) Acordo por troca de Notas no domínio da Previdência Social, 07/04/1979;

2 - *Com a França:*

- a) Convenção Geral entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Francesa sobre a Segurança Social, assinada em 15/01/1980;
- b) Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção Geral de Segurança Social, celebrado em 15/01/1980;

3 - *Com a Itália:*

- a) Convenção Geral sobre Segurança Social, assinada em 18/12/1980;
- b) Acordo Administrativo relativo as modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social de 18/12/1980, assinado em 07/05/1987 não ratificado.

4 - *Com o Luxemburgo:*

- a) Convenção relativa a Adesão de Cabo Verde à Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e Luxemburgo [Protocolo de Adesão], assinada em 01/07/1981. Convenção sobre Segurança Social, assinada em 02/05/1989;
- b) Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção sobre a Segurança Social entre o Governo de Cabo Verde e o Grão - Ducado de Luxemburgo de 24/05/1989, assinado em 19 de Junho de 1989;

5 – *Com o Reino dos Países Baixos:*

- a) Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos, assinada em 18/11/1981;
- b) Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social entre a República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, a 18/11/1981;
- c) Acordo entre as autoridades competentes cabo-verdianas e holandesas sobre a revisão do Acordo Administrativo (18/12/1981), relativo às modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social (18/11/1981), assinado em 23/01/1995, [PRT/07/95];
- d) Convenção entre a República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos relativa a Revisão da Convenção da Segurança Social de 1981, assinada em 23/01/1995, publicado em 24/02/2997, Dec. n.º 3/97 (BO n.º 7), em vigor desde 01/04/1997, [PRT/10/97];
- e) Acordo Administrativo relativo às modalidades de Aplicação da Convenção entre a República de Cabo Verde e o Reino dos Países Baixos, publicado em 27/01/1997, Dec. n.º 1/97 (BO n.º 3);
- f) Convenção com vista à revisão da Convenção de Segurança Social, assinada em 22/05/2000.

6 – *Com Portugal:*

- a) Convenção Geral sobre Segurança Social, assinada em 17/12/1981. Convenção relativa a adesão de Cabo Verde à Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e Luxemburgo e ao assentimento das partes contratantes quanto a esta adesão, assinada em 01/07/1981;
- b) Acordo relativo às modalidades de aplicação da convenção sobre Segurança Social entre Portugal e Luxemburgo/Cabo Verde, assinado em 01/07/1981;
- c) Acordo Administrativo Geral relativo às modalidades de aplicação da Convenção sobre Segurança Social de 17/12/1981, assinado em 05/06/1985;

- d) Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, assinada em 10/04/2001.

7 - *Com o Senegal:*

- a) Convenção Geral de Segurança Social, assinada em 12/03/1988.

8 - *Com o Reino da Suécia:*

- a) Convenção Geral sobre Segurança Social, assinada em 09/11/1988, modificada pelo acordo por troca de notas de 21/9/1989 [PRT/03/89];
- b) Acordo administrativo para a aplicação da Convenção sobre a Segurança Social de 9/11/1988, assinado em 9/11/1988.

Destacam-se também os seguintes Acordos/Convenções de Emigração:

1 - *Com a CEDEAO:*

- a) Protocolo A/A1/5/79 sobre a livre circulação de Pessoas e o Direito de Residência e de Estabelecimento da CEDEAO, assinado em 29/05/1979;
- b) Protocolo relativo ao Código de Cidadania da Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste, assinado em 29/05/1982;
- c) Protocolo adicional A/SP2/7/85, relativo ao Código de Conduta para aplicação do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas e de Direito de Residência e de Estabelecimento, assinado em 06/07/1985;
- d) Protocolo Adicional A/SP2/5/90 relativo à Execução da Terceira Etapa (direito de estabelecimento) do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e de Estabelecimento, assinado em 29/05/1990.

2 - *Com Angola:*

- a) Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e Bens, assinado em 24/02/1978;

- b) Acordo Especial relativo ao Envio de Trabalhadores Cabo-verdianos à República Popular de Angola, assinado em 24/05/1979 (em vigor);
- c) Acordo Sobre a Isenção de Taxas de Residência, assinado em 11/09/1997;
- d) Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e Bens, assinado em 10/09/1997.

3 – *Com o Gabão:*

- a) Acordo relativo a Livre Circulação de Pessoas e Bens ao Emprego e ao Estabelecimento, assinado em 03/11/1976.

4 – *Com Portugal:*

- a) Acordo Geral sobre Migração, assinado em 16/09/1976;
- b) Acordo Regulador do Estatuto das Pessoas e Regime dos seus Bens, assinado em 15/04/1976;
- c) Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-verdianos para Prestação de trabalho em Portugal, assinado em 18/02/1997.

5 – *Com São Tomé e Príncipe:*

- a) Acordo Geral de Migração;
- b) Acordo Geral sobre Migração;
- c) Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e Bens entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

6 – *Com o Senegal:*

- a) Acordo relativo à Circulação de Pessoas e Bens;
- b) Convenção sobre a Livre Circulação e Fixação de Pessoas e Bens.

7 – *Com a Guiné Bissau:*

- a) Acordo sobre Estatuto de Pessoas e Bens.

8 - Com a OIM:

- a) Resolução n.º 1048 (LXXXII) adoptada pela OIM sobre a admissão de Cabo Verde como membro da Organização, assinado em 27/11/2001.

12. COMPARANDO OS RESULTADOS DE PORTUGAL E CABO VERDE

1. Os principais pontos de convergência:

- 1.1 A motivação predominante corresponde ao modelo sociodemográfico-altruísta, mas o modelo do auto-interesse ou da racionalidade económica também aplica-se ao comportamento do imigrante cabo-verdiano em Portugal. Deve, por conseguinte, falar-se de um modelo misto, com predomínio do altruísmo expresso no generalizado desejo de ajudar a família no presente e no futuro.
- 1.2 O tempo de máximo envio e recepção das remessas coincide com os primeiros dez anos de presença em Portugal. Regista-se como curiosidade que o homem envia mais no primeiro ano de imigração e a mulher remete mais entre o 1.º e o 5.º ano.
- 1.3 O grupo de beneficiários é o mesmo segundo ambos os inquéritos, embora a ordem dos elementos seja diferente: de acordo com o inquérito em Portugal, os beneficiários são (1) a mãe e/ou o pai, (2) outros familiares (talvez incluindo relações de união e descendentes), (3) filhos, (4) cônjuge e (5) próprio. Em Cabo Verde, a ordem é: (1) filhos, (2) outros parentes, (3) o próprio, (4) o cônjuge e (5) o pai e/ou a mãe.
- 1.4 O canal formal mais utilizado são os correios.
- 1.5 Grande importância dos canais informais das remessas.

- 1.6 O destino das remessas é: apoio à família, poupança, educação, saúde e investimento.
 - 1.7 O investimento é feito sobretudo na aquisição e/ou reabilitação de casa própria seguidas de transportes e casa/propriedade agrícola.
2. As principais divergências:
 - 2.1 Conhecimento do custo das transferências. Em Portugal, 60% dos inquiridos conhecem os custos das transferências e destes, 81,3% têm a opinião de que o custo é muito alto ou alto. Em Cabo Verde, pelo contrário, 60% dos inquiridos desconhecem esses custos. Dos 40% que os conhecem, 21% dizem que o preço do serviço é justo e 19% acham que é elevado. Esta diferença de percepção tem duas explicações conhecidas: o remetente é que paga os custos da transferência em Portugal e o beneficiário não paga comissão nem imposto pelo que recebe em Cabo Verde.
 - 2.2 Os maiores portadores informais são ao amigos em Portugal e os viajantes em Cabo Verde. Não se trata de uma divergência de fundo, devendo a diferença explicar-se pela interpretação dada pelo inquirido aos termos amigo e viajante.
3. A complementaridade
O cruzamento dos dados dos inquéritos realizados em Portugal e Cabo Verde mostra complementaridade, reforçando as conclusões coincidentes e fornecendo novos elementos através de pequenas e compreensíveis diferenças.
4. Conclusões sobre os inquéritos
Os inquéritos forneceram informação preciosa que é integrada neste trabalho e poderá ser explorada para fins que não fazem parte dos objectivos imediatos. Os quadros são por isso apresentados no Anexo III para verificação e possível reutilização. As conclusões substantivas da análise dos inquéritos fazem parte das Conclusões e Recomendações Gerais.

13. OS RESULTADOS DO INQUÉRITO CONFRONTADOS COM OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E INSTITUCIONAIS

Os resultados do inquérito em Portugal e Cabo Verde apontam para o seguinte:

- O número real de imigrantes cabo-verdianos em Portugal em 2007 deve ultrapassar 90 000 pessoas, incluindo 55,8% com autorização de residência, 13,4% com autorização de permanência, 18,7% com a nacionalidade portuguesa e 12,1% em situação irregular. O número fornecido pelo SEF e outros organismos do Estado corresponde a 64 164 em 2004. Excluindo os 18,7% de cabo-verdianos com a nacionalidade portuguesa, ficam cerca de 10 890 em situação irregular.
- O número de imigrantes cabo-verdianos em situação irregular. Este valor, 10 890 em situação irregular, é consistente com o resultado das pesquisas que situam o número de imigrantes cabo-verdianos entre as estatísticas das autoridades portuguesas (64 164) e as estimativas das autoridades cabo-verdianas (105 342). Segundo estas conclusões, os cabo-verdianos ainda são a maior comunidade estrangeira residente em Portugal.
- O valor real das remessas aproxima-se dos valores oficiais do Banco de Cabo Verde, que recolhe informação dos bancos comerciais, acrescidos de pelo menos 50% das remessas oficiais. Assim sendo, as remessas efectuadas em 2006 ter-se-ão aproximado, por defeito, dos 17 217,45 milhões de ECV contra os 11 478,3 milhões de ECV registados pelo Banco Central. Efectivamente, várias instituições internacionais, entre as quais o BM, o FMI, o PNUD e a OCDE assumem que, em média, as remessas informais correspondem a cerca de 50% das remessas totais. Este estudo sugere acrescentar apenas 50% do valor das remessas registadas e é por isso que se sublinha tratar-se de uma estimativa por defeito.
- Os imigrantes que mais remessas efectuam situam-se no grupo etário 31-45 anos, com menos de dez anos em Portugal. Correspondem ao princípio segundo o qual os imigrantes mais novos e mais recentes remetem mais recursos para as famílias no país de origem.

- Quanto ao género, 40,8% das mulheres inquiridas afirmam enviar dinheiro ou produtos para a terra natal. Os homens também são 40,8%. Segundo os resultados do inquérito, não existe diferença significativa de comportamento entre a mulher e o homem no que diz respeito às remessas, mas a tendência mostra uma provável mudança na estrutura da emigração por sexo.
- Em relação à poupança e investimento, ou seja, o impacto das remessas na produção, a tendência é positiva, mas os resultados ainda são modestos. As opções principais são habitação (10,3%), propriedade agrícola/casa (4,4%), outro (6,9%), restauração (1,7%), transportes (1,3%). Assim como no país de acolhimento, a taxa de empreendedores no regresso é baixa.

14. INFORMAÇÃO NECESSÁRIA, INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E DÉFICE DE INFORMAÇÃO

14.1 A informação necessária

Em conformidade com os esforços internacionais de padronização da informação fundamental para a comparação entre países e a melhoria de políticas e práticas em matéria de migrações e remessas, além de maior aproximação ao número real de imigrantes por sexo, considerou-se um conjunto razoável contendo vinte itens:

1. Fluxo oficial total
2. Fluxo oficial de Portugal
3. Número de transacções anuais totais
4. Número de transacções anuais de Portugal
5. Frequência das transferências
6. Circuitos / meios de transferência
7. Custo das transferências
8. Países de origem dos fundos
9. Estimativa das remessas informais

10. Ilha de destino dos fundos
11. Perfil do remetente
12. Perfil do destinatário
13. Remetente por sexo
14. Ocupação do remetente
15. Estatuto jurídico do remetente
16. Utilização dos fundos transferidos
17. Consumo
18. Poupança
19. Investimento
20. Motivação do remetente.

14.2 A informação disponível

Em 2007 existe informação sobre seis dos vinte itens:

1. O fluxo oficial total de remessas foi equivalente a 10 827,6 milhões de ECV;
2. O fluxo oficial de Portugal foi 3 095,9 milhões de ECV;
6. Os principais circuitos oficiais são os Correios, os Bancos e a Western Union;
7. Conhecem-se os preços praticados pela Western Union;
8. Os cinco principais países de origem das remessas em 2005 foram, por ordem decrescente, Portugal (29%), França (23%), Estados Unidos (19%), Países Baixos (9%) e Itália (7%) seguidos de Espanha (4%), Luxemburgo (2%), Reino Unido (2%), Suíça (2%), outros (2%) e Alemanha (1%);
10. Todas as ilhas recebem remessas dos emigrantes

14.3 O défice de informação

Existem fontes de informação sobre seis dos vinte itens considerados elementos de um conjunto razoável. Faltam dados sistemáticos sobre os catorze itens seguintes (Ver o conjunto padrão de 20 itens):

Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde

3. Número de transacções anuais de todos os países;
4. Número de transacções anuais de Portugal;
5. Frequência das transferências;
9. Estimativas das remessas informais;
11. Remetente por sexo;
12. Perfil do remetente;
13. Perfil do destinatário;
14. Ocupação do remetente;
15. Estatuto jurídico e profissional do remetente;
16. Utilização dos fundos transferidos;
17. Consumo;
18. Poupança;
19. Investimento;
20. Motivação do remetente.

14.4 **O que o inquérito permitiu apurar em relação ao défice de informação?**

Procurou-se atenuar a falta de informação sobre os catorze itens acima referidos através de inquérito aplicado em Portugal e em Cabo Verde, com pequenas adaptações para reflectirem os pontos de vista do remetente e do destinatário (Anexos I e II). O inquérito permitiu:

(a) **Suprir o défice de informação**

O inquérito aplicado em Portugal e Cabo Verde forneceu informação útil sobre todos os itens pertencentes ao núcleo duro de um sistema de informação coerente. Retomam-se os vinte itens várias vezes mencionados, distinguindo a informação resultante do inquérito com um (I) e as outras fontes com as respectivas siglas, por exemplo, (BCV) para Banco de Cabo Verde – Banco Central.

i. **Fluxo oficial total de remessas em 2006 (BCV)**

10 827 Milhões de ECV;

ii. **Fluxo oficial de remessas de Portugal (BCV)**

3095,9 ECV;

iii. **Número de transacções anuais totais**

Não estão disponíveis

iv. **Número de transacções anuais de Portugal**

Não estão disponíveis

v. **Frequência das transferências (I)**

Ocasionalmente, 56,9%

Trimestralmente, 23,1%

Mensalmente, 20,0% (I);

vi. **Principais circuitos oficiais (BCV e I)**

Correios, 32,1%

Bancos, 15,4%

Western Union e outras agências, 12,4% (I);

vii. **Principais circuitos informais (I)**

Amigos, 43,6%

Viajantes, 14,6%

Rabidantes, 2,3%;

viii. **Custo das transferências (Western Union)**

Os preços praticados pela Western Union confirmam um sistema claramente regressivo segundo o qual, proporcionalmente, quem envia menos paga mais. Neste caso, entre cerca de 15,0% para o escalão de remessas mais baixo a 4,48% do valor transferido para o escalão mais alto. Veja-se o quadro seguinte, apenas para envio, pois a recepção não tem custos para o beneficiário.

QUADRO 50: **Comissões praticadas pela WU em Cabo Verde – 2007**

Montante ECV	Comissão ECV
1 a 10 000	1500
10 001 a 20 000	2100
20 001 a 30 000	2800
30 001 a 40 000	3300
40 001 a 50 000	4000
50 001 a 70 000	4500
70 001 a 100 000	5000
100 001 a 140 000	7500
140 001 a 170 000	8000
170 000 a 190 000	9000
190 001 a 240 000	11 000
240 001 a 290 000	13 000

Fonte: Western Union, 2007

ix. **Países de origem (BCV)**

Os cinco principais países de origem das remessas em 2006, por ordem decrescente: Portugal (29%), França (23%), Estados Unidos (19%), Países Baixos (9%) e Itália (7%). São seguidos de Espanha (4%), Luxemburgo (2%), Reino Unido (2%), Suíça (2%), outros (2%) e Alemanha (1%);

x. **Estimativa das remessas informais (I)**

Verificou-se um empate técnico entre os imigrantes que declararam recorrer aos canais formais (294) e aqueles que recorrem aos canais informais (292). O recurso a ambos os tipos de canais pelo imigrante é frequente. A partir destes dados e da investigação empírica, que sugere que as remessas informais correspondem em

média mundial a cerca de 50% das remessas totais, parece razoável admitir que no caso de Cabo Verde correspondam, por defeito, a 50% das remessas oficiais. Com base nesse raciocínio e nesses dados, estima-se que as remessas efectuadas em 2006 ter-se-ão aproximado dos 17 217,45 milhões de ECV contra os 10 827 milhões de ECV registados pelo Banco Central. Efectivamente, vários peritos e instituições internacionais, entre as quais o BM, o FMI, o PNUD e a OCDE assumem que, em média, as remessas informais correspondem a cerca de 50% das remessas totais. Este estudo sugere acrescentar apenas 50% do valor das remessas registadas e é por isso que se sublinha tratar-se de uma estimativa por defeito.

xi. **Ilha de destino das remessas (BCV)**

Todas as ilhas recebem remessas dos emigrantes.

xii. **Perfil do remetente (I)**

A maioria dos remetentes pertence ao grupo etário entre os 31 e os 45 anos (42,7% de homens e 44,5% de mulheres) e está em Portugal há menos de cinco anos. Veio de todas as ilhas de Cabo Verde, com a instrução primária (45,5% de homens e 38,6% de mulheres), uma taxa de analfabetismo entre os 7,3% para os homens e os 12,4% para as mulheres. Veja-se que 32,7% vieram estudar, 28,3% trabalhar, 14,0% juntar-se à família e 17,2% por outros motivos.

xiii. **Perfil do destinatário (I)**

Pai / mãe, filhos, cônjuge, poupança, outros parentes e comunidade.

xiv. **Remetente por sexo (I)**

40,8% das mulheres inquiridas enviam remessas. Curiosamente, a percentagem dos homens inquiridos é a mesma.

xv. **Ocupação do remetente (I)**

O remetente é trabalhador da indústria, incluindo a construção civil, (30,6%), empregado da Administração e serviços (26,5%), trabalhador por conta própria (3,5%) e empresário (2,5%).

xvi. **Estatuto jurídico do remetente (I)**

Dos inquiridos, 55,8% têm autorização de residência, 13,4% a autorização de permanência, 18,7% a nacionalidade portuguesa e 12,1% estão em situação irregular.

xvii. **Utilização dos fundos transferidos (I)**

Consumo e formação de capital humano: pais (42,1%), outros parentes (33,0%), filhos (28,2%), cônjuge (6,8%), outros (4,0%), comunidade (1,6%).

xviii. **Poupança (I)**

Cerca de 6,0%

xix. **Investimento (I)**

Habituação, 10,4%

Casa / terra, 4,4%

Restauração, 1,7%

Transporte, 1,3%

Hotelaria / turismo, 0,8%

xx. **Motivação do remetente (I)**

Apoiar a família, 76,1%

Poupança, 8,8%

Saúde e educação, 6,7%

Pagamento de dívida, 2,1%

Outros, 6,3%

(b) ***Criar uma base de dados e um sistema de informação sobre as migrações e remessas que sustentem uma estratégia coerente de conhecimento e gestão da diáspora.***

15. PERGUNTAS SEM RESPOSTA

Além da evidente necessidade de aprofundar e alargar a pesquisa feita, as seguintes questões emergiram sem que respostas satisfatórias fossem encontradas. São outras tantas pistas para investigação posterior:

- A real dimensão dos ganhos e perdas das migrações, apesar de se saber que, em geral, elas beneficiam os migrantes, os países de acolhimento e os países de origem;
- A ordem de grandeza das dependências criadas pelas remessas dos emigrantes, assim como da ajuda pública ao desenvolvimento, e suas consequências negativas para cada ilha e o país;
- O impacto das remessas sociais no país de origem comparado com a perda de capital humano em benefício dos países de acolhimento ou o retorno problemático do investimento na educação para a emigração;
- As consequências sociais e psicológicas da emigração na transformação das comunidades de origem e determinação do seu nível de felicidade;
- O que fazer para contrariar o princípio de afastamento económico, social, cultural e identitário das comunidades migrantes com a insuficiente renovação de estoque ao longo do tempo, como no caso dos EUA;
- Que políticas e estratégias no país de origem para contrariar os efeitos nefastos das políticas restritivas da imigração na União Europeia e nos EUA?

Apresentam-se a seguir algumas sugestões a considerar na elaboração de políticas para compensar ou contrariar as consequências das políticas euro-americanas de fortaleza, ou seja, de conhecimento dos factores determinantes das remessas (Karpowicz et al, 2005) e das opções de políticas para aumentar os benefícios das remessas no médio e longo prazos (Carling, 2004).

16. PARA MELHORAR A ACÇÃO NO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES E REMESSAS

Este capítulo sugere acção em Portugal e em Cabo Verde nos seguintes domínios:

16.1 Portugal

- Adequar progressivamente a lei ordinária ao espírito da Constituição da República e da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, reduzindo a diferença entre o direito reconhecido e o direito aplicado;
- Incentivar a participação dos imigrantes na actividade política, a todos os níveis do poder que não sejam expressamente reservados a cidadãos de nascimento pela Constituição da República;
- Eliminar a ambiguidade jurídico-legal através da qual e por motivos políticos inconfessáveis se mantêm muitos portugueses de nascimento mas descendentes de imigrantes na aberrante situação de «imigrantes de segunda ou terceira geração», ou seja, de apátridas de facto;
- Continuar e melhorar o envolvimento das associações de imigrantes na análise e decisão sobre assuntos que dizem respeito a eles e à sociedade portuguesa;
- Melhorar a coordenação entre entidades públicas e privadas com papel relevante na área de imigração, segundo a missão do ACIDI;
- Incentivar universidades e outras instituições competentes a realizarem estudos para melhorar o entendimento das relações entre a migração e o desenvolvimento dos países de acolhimento e de origem;
- Promover a formação profissional e a alfabetização financeira dos imigrantes a bem da integração e livre circulação de pessoas e bens;

- Cooperar com Cabo Verde na concepção e instalação de um sistema integrado de informação sobre as migrações e as remessas, incluindo, no mínimo, dados sobre os vinte itens mencionados neste capítulo.

16.2 Cabo Verde

- Desenvolver um sistema integrado de informação sobre as migrações e as remessas;
- Conceber e aplicar políticas mais centradas na redução dos custos das transferências, através da coordenação da acção com os bancos privados para servir os emigrantes com mais qualidade e menos custos;
- Desenvolver serviços bancários especializados para os cidadãos não residentes;
- Adoptar medidas para estimular a inclusão das transferências informais nos circuitos formais, por exemplo: atracção das remessas através de serviços acessíveis, flexíveis e rápidos com a utilização de tecnologia de informação avançada;
- Estimular remessas estabelecendo alguma relação entre elas e projectos de fomento do bem-estar das zonas e ilhas de origem dos emigrantes;
- Integrar expressamente as remessas em projectos e planos de desenvolvimento local e nacional;
- Informar, educar e oferecer formação profissional concebida para a emigração, a circulação de competências e o desenvolvimento pessoal e nacional;
- Estudar e tirar partido da experiência das organizações internacionais que intervêm na transferência de fundos;

- Aperfeiçoar a coordenação entre os diversos serviços do Estado e da sociedade civil para servir mais eficazmente os emigrantes (serviços alfandegários, bancários, de transporte internacional e outros);
- Incentivar nas instituições académicas e outras organizações da sociedade civil a pesquisa sobre as temáticas das migrações e remessas.

17. SÍNTESE

Fez-se no Capítulo 3 o balanço da necessidade de informação sobre as migrações e as remessas, a sistematização dos dados acessíveis e a determinação do défice. Este foi atenuado através de um inquérito aplicado com as devidas adaptações em Portugal e Cabo Verde. As indicações fornecidas pelo inquérito permitiram identificar algumas boas práticas em ambos os países. As debilidades foram identificadas através do que é preciso fazer em Portugal e Cabo Verde para melhorar a acção dos respectivos Estados, bancos e alguns sectores da sociedade civil. Estas e outras conclusões e recomendações são apresentadas no número seguinte.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

AVALIAR AS REMESSAS E O SEU IMPACTO

1. O estudo do impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde faz parte do esforço que o Observatório da Imigração e o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural), antigo ACIME, desenvolvem no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a realidade da imigração. O objectivo da série de estudos de iniciativa do Observatório da Imigração é triplo, visando simultaneamente o bem-estar do imigrante e seu agregado familiar, a inserção mais justa e eficaz no país de acolhimento e as maiores vantagens para o país de origem, num jogo de soma positiva, no qual todos os protagonistas ganhem.
2. Em termos práticos, o Observatório da Imigração pretende contribuir para a concepção, a execução e a avaliação de políticas de integração dos imigrantes em Portugal, valorizando o estatuto jurídico e material do imigrante e interagindo com ele e com as autoridades competentes nos países de origem para que as remessas financeiras e em produtos ou as remessas sociais se insiram eficientemente nas estratégias de desenvolvimento pessoal, local e nacional.
3. As autoridades cabo-verdianas estimam os emigrantes em Portugal em cerca de 105 000, contra os 64 164 apontados pelo SEF, uma diferença de quase 60 por cento. O inquérito realizado em Portugal também sugeriu uma significativa diferença entre os números oficiais de imigrantes cabo-verdianos e os números reais. Estimativas a partir do inquérito incluído neste trabalho apontam para 90 000 imigrantes cabo-verdianos em Portugal. Estes números dizem respeito a cidadãos que migraram de facto.
4. Do ponto de vista sociológico, os cabo-verdianos formam a maior comunidade estrangeira em Portugal. Porém, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) afirma que dados oficiais colocam a comunidade cabo-verdiana em terceiro lugar, depois

da ucraniana (2.^a) e da brasileira (1.^a). Seja como for, é pequena a diferença entre os números oficiais dos três primeiros lugares e são conhecidas as peculiaridades da imigração pós-colonial, as quais incluem a dupla nacionalidade, gente nascida e criada em Portugal mas sem nacionalidade alguma e cidadãos em situação irregular. A discrepância entre o número de imigrantes em situação regular e aquele que parece ser o número real não é pois de estranhar.

Para os autores, as chamadas segundas e terceiras gerações pertencem à diáspora cabo-verdiana mas não são imigrantes, nem foram emigrantes como aliás parece óbvio. Por outro lado, todas as estimativas situam a soma das pessoas geralmente consideradas membros da comunidade cabo-verdiana no estrangeiro entre 50% e 75% da nação global, ou seja entre 500 000 e 800 000. Em todo o caso, o certo é que Cabo Verde tem a quarta ou quinta taxa de emigração mais alta do mundo.

5. A segunda comunidade cabo-verdiana mais numerosa no estrangeiro, depois dos Estados Unidos da América, vive em Portugal. É a segunda em dimensão, mas a primeira em proximidade, taxa de renovação e envio de remessas. Os motivos a seguir sumariamente apresentados justificam o interesse do ACIDI / Observatório da Imigração no conhecimento do impacto das remessas dessa comunidade no desenvolvimento de Cabo Verde. Por sua vez, as autoridades cabo-verdianas têm reiteradamente manifestado uma vontade nacional em coordenar esforços no sentido de obter informação fiável sobre o perfil, o estatuto jurídico e material, assim como sobre a importância das remessas e o seu impacto no desenvolvimento do país.

Fenómeno complexo e sistema de informação incipiente

6. A complexidade do fenómeno migratório e o carácter incipiente dos sistemas de informação dificultam a recolha de dados fiáveis sobre as migrações e sobre as remessas. A análise da informação colhida na literatura especializada, em relatórios e outros documentos sobre migrações e remessas é reconhecidamente insuficiente. Assim sendo, com o estudo já em curso foi decidido realizar um inquérito com duas componentes, uma para ser aplicada em Portugal, país dos remetentes, e outra em

Cabo Verde, país destinatário das remessas. A informação recolhida através de inquérito permitiu testar algumas assunções teóricas e institucionais sobre o perfil do imigrante, as condições de imigração, a importância, a evolução e a distribuição das remessas entre o consumo, a poupança e o investimento. E, por fim, o seu impacto no desenvolvimento e promoção da equidade nas ilhas.

7. O método misto de consulta documental e inquérito revelou-se adequado, forneceu informação imediatamente útil e abriu caminho a novas indagações. Inquéritos mais exaustivos e mais rigorosos serão, certamente, ferramentas imprescindíveis ao aprimoramento da informação sobre a diáspora, a sua relação com o país de acolhimento e o país de origem e, ainda, o seu impacto no desenvolvimento.

Os resultados informam e incentivam a pesquisa

8. O cruzamento da indagação documental e da pesquisa de campo através de inquérito conduziu a resultados satisfatórios na perspectiva de análise de situação e abriu caminho a novas pesquisas em Cabo Verde, Portugal e outros países de acolhimento. Os principais resultados imediatos são:
 - Uma estimativa razoável parece situar o número de imigrantes cabo-verdianos em Portugal em cerca de 90 000 pessoas no final de 2006;
 - No mesmo ano, as remessas formais mais as remessas informais terão somado cerca de 17 217,45 milhões de ECV, contra os 11 478,3 milhões de ECV registados pelo Banco Central;
 - Apesar da diminuição das remessas de emigrantes em proporção do PIB na última década, a sua importância em termos absolutos continua a crescer;
 - Portugal é a maior origem de remessas de emigrantes cabo-verdianos e o seu contributo tende a crescer, com o efeito da crise económica (efeito de riqueza) a ser compensado pelos efeitos combinados da renovação do estoque, do altruísmo e das políticas de incentivo;

- As remessas dos emigrantes são uma fonte de reservas externas, factor de estabilização, ferramenta anticíclica e elemento facilitador do acesso ao capital externo;
- Embora lentamente, a utilização das remessas está a evoluir no sentido da deslocação de fracções cada vez mais significativas do consumo para a poupança e o investimento;
- Os sectores privilegiados pelos ainda poucos investidores emigrantes são: construção de casa própria, aquisição de casa e propriedade agrícola, restauração e hotelaria e transportes. A formação de capital humano através do investimento na educação e saúde dos familiares é notável;
- As respostas ao questionário aplicado em Portugal mostraram que os imigrantes cabo-verdianos têm consciência de que os preços das transacções são muito altos (81,3% dos inquiridos) e que obstáculos burocráticos ou tarifários, principalmente nas alfândegas e transportes aéreos, constituem barreiras ao aumento das remessas e da sua eficácia como factor de desenvolvimento;
- Um número muito elevado dos inquiridos (95%) respondeu à pergunta: desses, 85,4% têm a opinião de que podem contribuir com conhecimento, atitudes e técnicas para melhorar a vida política, económica e social do país. Uma clara maioria manifesta confiança no futuro e tem a convicção de que não é só através de remessas de dinheiro e produtos para consumo, venda ou investimento que influencia o destino do país, e que o pode fazer também participando na vida política e transferindo conhecimentos e valores;
- Existe um significativo défice de informação sistematizada em Portugal e em Cabo Verde sobre as migrações e as remessas. Porém, a conjuntura internacional é favorável ao estabelecimento de sistemas mais fiáveis e instrumentais para melhorar a gestão da diáspora do duplo ponto de vista dos Direitos Humanos e da Economia, incluindo o conhecimento;

- Um conjunto de boas práticas em Portugal e Cabo Verde é indiciador de uma vontade comum aos dois países de instalar um sistema eficaz de informação como base para políticas mais ousadas de progresso comum.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos pelo estudo permitem as seguintes conclusões:

- Para Cabo Verde, a emigração é um fenómeno estrutural e estruturante com grande impacto no equilíbrio físico e social no arquipélago, no financiamento do bem-estar dos emigrantes e das suas famílias, na mudança social e cultural no país, assim como na transformação política e no desenvolvimento nacional. Por conseguinte, a gestão das migrações e das remessas tem de ser cada vez menos amadora e mais profissional.
- Apesar da participação política directa nos países de acolhimento ser ainda pouco expressiva, basta olhar para a lista dos países que são simultaneamente os maiores parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde e as principais origens das remessas para ver a quase sobreposição dos mapas respectivos. Isto quer dizer que os emigrantes cabo-verdianos influenciam muito claramente as relações internacionais de Cabo Verde.
- São os casos, por exemplo, de Angola, Estados Unidos da América, Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Senegal e São Tomé e Príncipe. O mapa das poucas embaixadas e consulados de Cabo Verde coincide com o mapa das maiores comunidades cabo-verdianas no estrangeiro.
- A obtenção de números exactos de emigrantes e remessas é tarefa impossível. Todavia, existem dados mais ou menos fiáveis e em quantidade suficiente para sustentar a tese de que os emigrantes e as remessas têm desempenhado papel vital nas estratégias de sobrevivência pessoal, afirmação do Estado e

financiamento da economia familiar e nacional. Em números, actualmente as remessas situam-se entre o investimento directo do estrangeiro e a ajuda pública ao desenvolvimento, representando o dobro desta.

- As remessas apresentam a vantajosa peculiaridade de serem os mais previsíveis e estáveis de todos os fluxos de financiamento externo da economia cabo-verdiana. Além disso, são factores eficazes de transformação social. A mobilidade acelera a mudança material e simbólica no interior da família, geralmente no sentido de mais igualdade entre os géneros e mais oportunidades para todos os seus membros.
- A este propósito, a emigração feminina e o papel preponderante da mulher nas redes de comércio informal internacional parecem desempenhar uma função verdadeiramente aceleradora da mudança social horizontal e ascendente.
- Realce-se, no entanto, que os movimentos de internacionalização através das migrações não estão isentos de riscos, em particular de envolvimento em actividades ilícitas.
- Relativamente às motivações dos emigrantes, a análise das relações entre Portugal e Cabo Verde, em matéria de migrações e remessas, sugere a existência de um modelo misto com predomínio do modelo altruístico (sociodemográfico) sobre o modelo económico (auto-interesse). O factor auto-interesse (económico) ainda parece contar muito menos do que o factor família mas dá sinal de crescimento. O paralelismo entre medidas políticas de incentivo e crescimento das remessas entre 1985 e 2001 ilustra esta tendência.
- Ao estabelecer a paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o euro, o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, desde 1998 e posteriormente caucionado pela União Europeia, cria confiança geradora de remessas mas, ao mesmo tempo, limita a capacidade de Cabo Verde para utilizar a taxa de câmbio para estimular a exportação e a competitividade de uma economia fortemente dependente do exterior.

RECOMENDAÇÕES

Com base na avaliação quantitativa e qualitativa que o inquérito e o estudo permitem, as seguintes sugestões parecem apontar caminhos razoáveis para melhorar a acção face às dificuldades do presente e aos desafios e oportunidades perscrutáveis:

1. Interação das autoridades portuguesas e cabo-verdianas no sentido da clarificação definitiva da situação jurídico-legal dos descendentes de cabo-verdianos nascidos em Portugal. Esta questão e a resposta que ela exige são de ordem ética e política com consequências económicas e sociais: os descendentes dos imigrantes cabo-verdianos, incorrectamente designados imigrantes de segunda ou terceira geração, são ou não são portugueses?
2. Institucionalização do direito do imigrante eleger e ser eleito a todos os níveis do poder político, com excepção de cargos que a Constituição da República reserve a cidadãos de nascimento, independentemente do princípio da reciprocidade.
3. Apoio a instituições universitárias e outras para a realização de estudos sobre os fenómenos das migrações e remessas para facilitar a sua integração nas estratégias e planos de desenvolvimento, na perspectiva do exercício da cidadania plena pelo migrante. Bolsas para a realização de estudos envolvendo os dois países seriam, provavelmente, um bom investimento na cooperação entre ambos.
4. Prioridade à legalização, educação e formação profissional como via efectiva de integração do imigrante, entendida esta como esforço recíproco em defesa do interesse comum ao imigrante, à sociedade de acolhimento e ao país de origem.
5. Instalação em Portugal e em Cabo Verde, de forma coordenada, de sistemas de recolha, análise, tratamento, inscrição e transmissão de informação relativa às migrações e, em particular, às remessas dos migrantes, sua utilização e impacto na sociedade de origem. Porque é necessário ir além da visão policial dominante. Esse sistema de informação seria instrumental para a gestão da diáspora

como recurso. A gestão prospectiva da diáspora incluirá, nomeadamente: a análise dos efeitos da crise económica e das políticas restritivas de imigração nos países de acolhimento, as consequências do envelhecimento dos fluxos migratórios, designadamente para os EUA e a União Europeia, e a definição de medidas de antecipação com vista à não diminuição dos fluxos de remessas.

6. Reforço da acção conjunta das instituições responsáveis pelas migrações em Portugal e Cabo Verde no sentido de, com o conhecimento de causa resultante da avaliação rigorosa e regular das acções em curso e da série de estudos feitos, fazer da relação entre os dois países em matéria de migrações um exemplo de sucesso. A pequena dimensão, a história, a geografia e a cultura comuns são elementos facilitadores de um edificante estudo de caso.
7. A Comissão Consultiva Conjunta para as migrações criada em 2006 pelos governos de Portugal e Cabo Verde deverá desempenhar um papel de relevo no acompanhamento e monitorização de um programa inovador pela clareza, oportunidade e realismo das suas propostas, métodos e meios para melhor conhecer o presente e com mais sabedoria influenciar o futuro.
8. Concentração de medidas estimuladoras da associação das remessas a projectos e programas de desenvolvimento local e nacional.
9. Introdução de informação relevante sobre as migrações no currículo escolar.
10. Análise comparada das políticas e práticas portuguesas e cabo-verdianas das migrações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, André Corrêa d' (2003), *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*, Lisboa, ACIME.

BATALHA, Luís (2004). *The Cape Verdean Diáspora in Portugal: Colonial Subjects in Post-colonial World*. New York: Lexington Books, 249 p.

BOURDET, Yves e FALCK, Hans (2003), *Emigrant Remittances and Dutch Disease in Cape Verde*, Mimeo, Department of Economics, University of Lund, Sweden.

CARLING, Jorgen (2004), *Policy Options for Increasing the Benefits of Remittances*, Prio, www.prio.no/remittances.

CARLING, Jorgen (2004), *Emigration, Return and Development in Cape Verde: the impact of Closing Borders*, Population, Space and Place, n.º 10, 113132.

FAJNZYLBER, Pablo and LÓPEZ, J. Humberto (2007), *Close to Home: The Development Impact of Remittances in Latin America*, The World Bank.

FERREIRA, Eduardo Sousa, RATO, Helena e MORTÁGUA, Maria João (2004), *Viagens de Ulisses, Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa, Observatório da Imigração, 7.

Global Forum on Migration and Development, Belgium 2007, Basic Fact Sheet on Remittances.

GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Organizadoras), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, ICS, 2007.

International Migration and Development in Least Developed and landlocked Countries: Challenges and Opportunities, United Nations Economic and Social Council, Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, Special Body on Least Developed and Landlocked Countries, May 2007.

KAMINSKY, G. L.; REINHART, C., VEGH, C. (2004) "When it Rains, it Pours: Pro-cyclical Capital Flows and Macroeconomic Policies" *NBER*, Working Paper 10780

KARPOWICZ, Izabela *et al.* (2005), *Determinants of Emigrant Deposits in Cape Verde*, AFR, IMF, Washington, DC.

KOSE, Ayhan e PRASAD, Eswar (2002), «Thinking Big: How can small states hold their own in an increasingly globalized economy?», *Finance & Development*, Vol. 39, pp. 38-41.

LEVITT, Peggy (2001), *The Transnational Villagers*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

LUCAS, Robert and STARK, Oded (1985) «Motivations to remit: evidence from Botswana». *Journal of Political Economy* 3:901-18

Members of the Development Assistance Committee, vol. 6 n.º 1.

MERZ, Barbara J., CHEN, Lincoln C., GEITHNER, Peter F. (Editors) (2007), *Diasporas and Development*, Global Equity Initiative, Harvard University.

MOHAMOUD, Abdullah Awil and FRÉCHAUT, Monica (2006), *Social Remittances of the African Diaspora in Europe, Case studies: Netherlands and Portugal*, Lisbon, North-South Centre of the Council of Europe.

NDULU, Benno J. (2004). *Human Capital Flight: Stratification, Globalization, and the Challenges to Tertiary Education in Africa*. JHEA/RESA Vol. 2, No. 1, 2004, pp. 57-91. Boston College & Council for the Development of Social Science Research in Africa.

OECD, (2004), *Development Co-operation – 2004 Report*.

OIM (2006), *Rapport de la Conférence Ministérielle des Pays les Moins Avancés Concernant le Renforcement de l'Impact des Rapatriements de Fonds sur le Développement*, République du Bénin.

- OLIVEIRA, Catarina Reis (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, ACIME, Observatório da Imigração, 10.
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2005), *Empresários de Origem Cabo-Verdiana em Portugal: Estratégias de Mobilidade ou Situações de Sobrevivência Material Temporária?*, www.ces.uc.pt/publicações.
- ÖZDEN, Çaglar and MAURICE Schiff (Editors) (2006), *International Migration, Remittances & the Brain Drain*, a co-publication of the World Bank and Palgrave MacMillan.
- PÉCOUD, Antoine e PAUL de Guchteneire (editors) (2007) *Migration without Borders – Essays on the free movement of people*. UNESCO Publishing / Berghahn Books. Nova Iorque.
- PIRES, Rui Pena (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Fórum Gulbenkian Imigração. Principia.
- RAMOS, Djalita Fialho Oliveira (2007). *The Case of Cape Verde's Graduation from the Least Developed Country (LDC) Category*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa (www.adelinotorres.com, Teses)
- RATHA, Dilip and SHAW, William (2007), *South-South Migration and Remittances*, The World Bank Publications.
- ROBERTS, Bryan (2004), *Remittances in Armenia: size, impacts, and measures to enhance their contribution to development*, USAID, Yerevan.
- ROCHA, Carlos (tese de doutoramento 2007, inédita), *Estabilização Macroeconómica e Política Monetária em Cabo Verde*, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.
- SANDER, Cerstin (2003), *Capturing a Market Share? Migrants Remittances Transfers and Commercialisation of Micro Finance in Africa*, London, Bonnock Consulting.

SANTISO, Javier (2006), *The Trees and the Forest: mapping development finance towards developing countries*. OECD.

SEEMA, Gaur e SAXEMA, Prem (2005), *Remittance Debate Revisited: New Evidence from Indian Migrant Labour in Lebanon*, XXV International Population Conference, Tour, France.

SOLIMANO, Andres (2001), *International migration and the global economic order: An Overview*, Policy Research Working Paper 2720, World Bank.

TOLENTINO, André Corsino (2007), *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde* (tese de doutoramento), 2.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

VITORINO, António (Coordenador) (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Fórum Gulbenkian Imigração, Lisboa, Principia.

Volatility, *IMF Staff Papers*, vol. 50, Special Issues, pp.119-42.

World Bank 2005, Platform Data Set, Washington, DC.

ANEXOS

ANEXO I: QUESTIONÁRIO APLICADO AO IMIGRANTE CABO-VERDIANO EM PORTUGAL

I - PERFIL DO IMIGRANTE					
1. Sexo	F <input style="width: 50px;" type="text"/>		M <input style="width: 50px;" type="text"/>		
2. Idade	menos de 30 <input style="width: 50px;" type="text"/>	31 a 45 <input style="width: 50px;" type="text"/>	46 a 65 <input style="width: 50px;" type="text"/>	mais de 65 <input style="width: 50px;" type="text"/>	
3. Estado civil	solteiro(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>	casado(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>	divorc/separado(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>	viúvo(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>	
4. Escolaridade	nenhuma <input style="width: 50px;" type="text"/>	primário <input style="width: 50px;" type="text"/>	secundário <input style="width: 50px;" type="text"/>	ensTécnico <input style="width: 50px;" type="text"/>	ensSuperior <input style="width: 50px;" type="text"/>
5. Ilha de origem	SA <input style="width: 50px;" type="text"/>	SV <input style="width: 50px;" type="text"/>	SN <input style="width: 50px;" type="text"/>	Sal <input style="width: 50px;" type="text"/>	BV <input style="width: 50px;" type="text"/>
				ST <input style="width: 50px;" type="text"/>	Fog <input style="width: 50px;" type="text"/>
					Mai <input style="width: 50px;" type="text"/>
					Bra <input style="width: 50px;" type="text"/>
6. Local de residência em Portugal	<input style="width: 90%; height: 20px;" type="text"/>				
7. Profissão	empregado(a) indústria <input style="width: 50px;" type="text"/>	empregado(a) serviços <input style="width: 50px;" type="text"/>	quadro técnico, quadro superior, investigador <input style="width: 50px;" type="text"/>	empresário(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>	conta própria <input style="width: 50px;" type="text"/>
	doméstico(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>				
	outro <input style="width: 50px;" type="text"/>			desempregado(a) <input style="width: 50px;" type="text"/>	
II - IMIGRAÇÃO					
8. Há quanto tempo vive em Portugal?	1 ano <input style="width: 50px;" type="text"/>	1 a 5 <input style="width: 50px;" type="text"/>	6 a 10 <input style="width: 50px;" type="text"/>	>10 anos <input style="width: 50px;" type="text"/>	
9. Qual o principal motivo da sua vinda?	económico/emprego <input style="width: 50px;" type="text"/>	estudo <input style="width: 50px;" type="text"/>	família <input style="width: 50px;" type="text"/>	outro <input style="width: 50px;" type="text"/>	
10. Já tinha emprego garantido quando veio para Portugal?			sim <input style="width: 50px;" type="text"/>	não <input style="width: 50px;" type="text"/>	outro <input style="width: 50px;" type="text"/>
11. Qual é a sua situação como imigrante?		autorização residência <input style="width: 50px;" type="text"/>	autorização de permanência <input style="width: 50px;" type="text"/>	nacionalidade portuguesa <input style="width: 50px;" type="text"/>	outro <input style="width: 50px;" type="text"/>
12. Pensa ir viver em Cabo Verde?		sim <input style="width: 50px;" type="text"/>	não <input style="width: 50px;" type="text"/>	não sabe <input style="width: 50px;" type="text"/>	
13. Tem família em Portugal?	cônjuge <input style="width: 50px;" type="text"/>	filhos <input style="width: 50px;" type="text"/>	cônjuge e filhos <input style="width: 50px;" type="text"/>	outros <input style="width: 50px;" type="text"/>	não tem <input style="width: 50px;" type="text"/>
14. Pensa trazer família para Portugal?		sim <input style="width: 50px;" type="text"/>	não <input style="width: 50px;" type="text"/>	já está <input style="width: 50px;" type="text"/>	não sabe <input style="width: 50px;" type="text"/>

ANEXO I: QUESTIONÁRIO APLICADO AO IMIGRANTE CABO-VERDIANO EM PORTUGAL

(Continuação)

III - REMESSAS						
15. Há quanto tempo envia dinheiro/ produtos para Cabo Verde?	<1 ano	1 a 5	6 a 10	>10 anos	não envia	
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	
16. Se sim, com que frequência?	mensal	trimestral	ocasionalmente			
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>			
17. Por que canais?						
oficial	bancos	agências	correios	outro		
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>		
não oficial	viajantes	rabadantes	amigos	outro		
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>		
18. Para além de dinheiro, manda:						
	roupa	aparelhos	artigos para venda	nada		
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>		
19. Se sim, com que frequência?	mensal	trimestral	ocasionalmente			
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>			
20. Qual o motivo do envio?						
	apoio à família	para guardar	depósito no banco	pagar dívida	saúde	educação
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>
	outro					
	<input style="width: 95%;" type="text"/>					
21. Beneficiário(s)?						
	cônjuge	pai / mãe	filhos	próprio	outros parentes	comunidade
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>
	outro					
	<input style="width: 95%;" type="text"/>					
22. Qual a parcela do seu ordenado destinada ao envio?						
	< 30%	31 a 50%	> 50%	Não sabe		
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>		
23. Acha que tem oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde com os seus conhecimentos e técnicas?						
	sim, muita	sim, pouca	não			
	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>	<input style="width: 95%;" type="text"/>			

ANEXO II: QUESTIONÁRIO APLICADO AO BENEFICIÁRIO DE REMESSAS EM CABO VERDE

I - PERFIL DO RECEBEDOR						
1. Sexo	F	<input type="text"/>	M	<input type="text"/>		
2. Idade	menos de 30	31 a 45	46 a 65	mais de 65	<input type="text"/>	
3. Estado civil	solteiro(a)	casado(a)	divorc/separado(a)	viúvo(a)	<input type="text"/>	
4. Escolaridade	nenhuma	primário	secundário	ensTécnico	ensSuperior	pós
5. Ilha de origem	SA	<input type="text"/>	Sal	<input type="text"/>	Fog	<input type="text"/>
	SV	<input type="text"/>	BV	<input type="text"/>	Mai	<input type="text"/>
	SN	<input type="text"/>	ST	<input type="text"/>	Bra	<input type="text"/>
6. Ilha em que reside	SA	<input type="text"/>	Sal	<input type="text"/>	Fog	<input type="text"/>
	SV	<input type="text"/>	BV	<input type="text"/>	Mai	<input type="text"/>
	SN	<input type="text"/>	ST	<input type="text"/>	Bra	<input type="text"/>
7. Profissão	empregado(a) indústria	empregado(a) serviços	quadro técnico, quadro superior, investigador	empresário(a)	conta própria	doméstico(a)
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	outro	<input type="text"/>	desempregado(a)	<input type="text"/>		
II - MIGRAÇÃO						
8. Pensa juntar-se á família/cônjuge ou agregado em Portugal?				sim	não	não sabe
				<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
III - REMESSAS						
9. Há quanto tempo recebe dinheiro/ bens de Portugal?	<1 ano	1 a 5	6 a 10	>10 anos	não recebe	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
10. Se sim, com que frequência?	mensal	trimestral	ocasionalmente	outro	<input type="text"/>	
11. Por que canais?	oficial	bancos	agências	correios	outro	
		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
	não oficial	viajantes	rabidantes	outro	<input type="text"/>	
		<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	

ANEXO II: QUESTIONÁRIO APLICADO AO BENEFICIÁRIO DE REMESSAS EM CABO VERDE
(Continuação)

12. Para que serve o dinheiro /bens que recebe?

apoio à família	investimento	depósito em banco	pagar dívidas	saúde	educação
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
outro					
<input type="text"/>					

13. Beneficiário(s)?

cônjuge	pai /mãe	filhos	próprio	outros parentes	comunidade
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
outro					
<input type="text"/>					

14. Qual o peso das remessas no rendimento da família/agregado?

muito importante	importante	reduzido	não sabe
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

IV - POUPANÇA E INVESTIMENTO

15. O dinheiro que recebe também é para investimento?

não

sim

Motivações por prioridade (escolhe 2 mais importantes): _____

taxa de juro mais alta do que no mercado	<input type="text"/>
serviços financeiros dos bancos	<input type="text"/>
políticas de incentivos do governo	<input type="text"/>
boas políticas do Gov	<input type="text"/>
confiança na economia	<input type="text"/>
outro	_____

16. Se sim, em que sector investe?

restauração	<input type="text"/>
hotel/pensão	<input type="text"/>
transporte	<input type="text"/>
habitação	<input type="text"/>
casas/terras	<input type="text"/>
outro	_____

17. Sabe quanto custa receber o dinheiro?

sim

acha muito

acha justo

não sabe

Comentário (facultativo): _____

OBRIGADO

1. IMIGRANTES EM PORTUGAL

Foram aplicados 490 questionários, mas o número que aparece no cruzamento da linha e coluna «Total» é inferior pelo facto de alguns inquiridos terem deixado algumas perguntas sem resposta.

Cruzamentos

TABELA 1: **Idade * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Idade	1-30	Count	46	77	123
		% within Sexo	19,7%	31,4%	25,7%
	31-45	Count	100	109	209
		% within Sexo	42,7%	44,5%	43,6%
	46-65	Count	78	55	133
		% within Sexo	33,3%	22,4%	27,8%
	mais de 65	Count	10	4	14
		% within Sexo	4,3%	1,6%	2,9%
Total		Count	234	245	479
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 2: **Nível de Instrução * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Nível de Instrução	Nenhuma	Count	17	30	47
		% within Sexo	7,3%	12,4%	9,9%
	Primário	Count	106	93	199
		% within Sexo	45,5%	38,6%	42,0%
	Secundário	Count	70	73	143
		% within Sexo	30,0%	30,3%	30,2%
	Ensino Técnico	Count	15	10	25
		% within Sexo	6,4%	4,1%	5,3%
	Ensino Superior	Count	18	28	46
		% within Sexo	7,7%	11,6%	9,7%
	Pós-Graduação	Count	7	7	14
		% within Sexo	3,0%	2,9%	3,0%
Total		Count	233	241	474
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 3: Ilha de Origem * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Ilha de Origem	Santo Antão	Count	36	38	74
		% within Sexo	15,5%	15,6%	15,5%
	São Vicente	Count	19	29	48
		% within Sexo	8,2%	11,9%	10,1%
	São Nicolau	Count	15	7	22
		% within Sexo	6,4%	2,9%	4,6%
	Sal	Count	5	7	12
		% within Sexo	2,1%	2,9%	2,5%
	Boa Vista	Count	5	11	16
		% within Sexo	2,1%	4,5%	3,4%
	Santiago	Count	142	135	277
		% within Sexo	60,9%	55,3%	58,1%
	Fogo	Count	10	11	21
		% within Sexo	4,3%	4,5%	4,4%
	Maio	Count	1	5	6
		% within Sexo	,4%	2,0%	1,3%
	Brava	Count	0	1	1
		% within Sexo	,0%	,4%	,2%
Total		Count	233	244	477
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 4: Profissão * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Profissão	Empregado(a) Indústria	Count	106	40	146
		% within Sexo	45,7%	16,3%	30,6%
	Empregado(a) Serviços	Count	49	78	127
		% within Sexo	21,1%	31,8%	26,6%
	Quadro Técnico/Superior ou Investigador(a)	Count	14	18	32
		% within Sexo	6,0%	7,3%	6,7%
	Empresário(a)	Count	8	4	12
		% within Sexo	3,4%	1,6%	2,5%
	Conta Própria	Count	10	6	16
		% within Sexo	4,3%	2,4%	3,4%
	Doméstico(a)	Count	6	61	67
		% within Sexo	2,6%	24,9%	14,0%
	Desempregado(a)	Count	10	14	24
		% within Sexo	4,3%	5,7%	5,0%
	Outro	Count	29	24	53
		% within Sexo	12,5%	9,8%	11,1%
Total		Count	232	245	477
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 5: Envia roupa * Principal motivo da vinda para Portugal Crosstabulation

			Principal motivo da vinda para Portugal				Total
			Económico/ Emprego	Estudo	Família	Outro	
Envia roupa	Sim	Count	160	54	29	13	256
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	53,2%	55,1%	50,9%	44,8%	52,8%
	Não	Count	141	44	28	16	229
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	46,8%	44,9%	49,1%	55,2%	47,2%
Total		Count	301	98	57	29	485
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 6: Envia aparelhos * Principal motivo da vinda para Portugal Crosstabulation

			Principal motivo da vinda para Portugal				Total
			Económico/ Emprego	Estudo	Família	Outro	
Envia aparelhos	Sim	Count	85	32	8	5	130
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	28,3%	32,7%	14,0%	17,2%	26,9%
	Não	Count	215	66	49	24	354
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	71,7%	67,3%	86,0%	82,8%	73,1%
Total		Count	300	98	57	29	484
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 7: Envia artigos para venda * Principal motivo da vinda para Portugal Crosstabulation

			Principal motivo da vinda para Portugal				Total
			Económico/ Emprego	Estudo	Família	Outro	
Envia artigos para venda	Sim	Count	25	7	5	0	37
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	8,3%	7,1%	8,8%	,0%	7,6%
	Não	Count	276	91	52	29	448
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	91,7%	92,9%	91,2%	100,0%	92,4%
Total		Count	301	98	57	29	485
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 8: Envia roupa * Principal motivo da vinda para Portugal Crosstabulation

			Principal motivo da vinda para Portugal				Total
			Económico/ Emprego	Estudo	Família	Outro	
Envia artigos para venda	Sim	Count	25	7	5	0	37
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	8,3%	7,1%	8,8%	,0%	7,6%
	Não	Count	276	91	52	29	448
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	91,7%	92,9%	91,2%	100,0%	92,4%
Total		Count	301	98	57	29	485
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 9: Tempo de envio de dinheiro/produtos * Principal motivo da vinda para Portugal

			Principal motivo da vinda para Portugal				Total
			Económico Emprego	Estudo	Família	Outro	
Tempo de envio de dinheiro/produtos	menos de 1 ano	Count.	71	11	7	0	89
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	23,6%	11,5%	13,0%	,0%	18,5%
	1-5 anos	Count.	62	33	14	6	115
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	20,6%	34,4%	25,9%	20,7%	24,0%
	6-10 anos	Count.	78	15	9	11	113
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	25,9%	15,6%	16,7%	37,9%	23,5%
mais de 10 anos	Count.	53	5	12	4	74	
	% within Principal motivo da vinda para Portugal	17,6%	5,2%	22,2%	13,8%	15,4%	
não envia	Count.	37	32	12	8	89	
	% within Principal motivo da vinda para Portugal	12,3%	33,3%	22,2%	27,6%	18,5%	
Total		Count.	301	96	54	29	480
		% within Principal motivo da vinda para Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 10: Ilha de Origem * Tempo de envio de dinheiro/produtos Crosstabulation

Count		Tempo de envio de dinheiro/produtos					Total
		menos de 1 ano	1-5 anos	6-10 anos	mais de 10 anos	não envia	
Ilha de Origem	Santo Antão	19	12	18	9	14	72
	São Vicente	5	8	18	4	14	49
	São Nicolau	9	4	3	2	3	21
	Sal	1	4	1	2	5	13
	Boa Vista	2	10	1	1	3	17
	Santiago	49	72	61	53	40	275
	Fogo	0	4	7	2	7	20
	Maio	3	0	3	0	0	6
	Brava	0	1	0	0	0	1
Total		88	115	112	73	86	474

TABELA 11: Tempo de Estadia em Portugal * Trazer família para Portugal Crosstabulation

			Trazer família para Portugal				Total
			Sim	Não	Já está	Não sabe	
Tempo de Estadia em Portugal	menos de 1 ano	Count	2	4	1	1	8
		% within Trazer família para Portugal	1,4%	2,3%	1,0%	1,5%	1,7%
	1-5 anos	Count	33	46	8	13	100
		% within Trazer família para Portugal	22,3%	26,9%	8,3%	19,4%	20,7%
	6-10 anos	Count	71	46	25	23	165
		% within Trazer família para Portugal	48,0%	26,9%	26,0%	34,3%	34,2%
	mais de 10 anos	Count	42	75	62	30	209
		% within Trazer família para Portugal	28,4%	43,9%	64,6%	44,8%	43,4%
Total	Count	148	171	96	67	482	
	% within Trazer família para Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

TABELA 12: Sector de Investimento (restauração) * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Sector de Investimento (restauração)	Sim	Count	7	1	8
		% within Sexo	3,0%	,4%	1,7%
	Não	Count	225	239	464
		% within Sexo	97,0%	99,6%	98,3%
Total	Count	232	240	472	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

TABELA 13: Sector de Investimento (hotel/pensão) * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Sector de Investimento (hotel/pensão)	Sim	Count	3	1	4
		% within Sexo	1,3%	,4%	,8%
	Não	Count	229	239	468
		% within Sexo	98,7%	99,6%	99,2%
Total	Count	232	240	472	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

TABELA 14: **Sector de Investimento (transporte) * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Sector de Investimento (transporte)	Sim	Count	5	1	6
		% within Sexo	2,2%	,4%	1,3%
	Não	Count	227	239	466
		% within Sexo	97,8%	99,6%	98,7%
Total	Count	232	240	472	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

TABELA 15: **Sector de Investimento (habitação) * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Sector de Investimento (habitação)	Sim	Count	32	17	49
		% within Sexo	13,8%	7,1%	10,4%
	Não	Count	200	222	422
		% within Sexo	86,2%	92,9%	89,6%
Total	Count	232	239	471	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

TABELA 16: **Sector de Investimento (casa/terra) * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Sector de Investimento (casa/terra)	Sim	Count	16	5	21
		% within Sexo	6,9%	2,1%	4,4%
	Não	Count	216	235	451
		% within Sexo	93,1%	97,9%	95,6%
Total	Count	232	240	472	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	

TABELA 17: **Sector de Investimento (outro) * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Sector de Investimento (outro)	Sim	Count	10	3	13
		% within Sexo	4,3%	1,3%	2,8%
	Não	Count	222	237	459
		% within Sexo	95,7%	98,8%	97,2%
Total	Count		232	240	472
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 18: **Oportunidade de contribuir com conhecimentos e técnicas * Sexo Crosstabulation**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Oportunidade de contribuir com conhecimentos e técnicas	Sim, muita	Count	129	111	240
		% within Sexo	56,6%	46,8%	51,6%
	Sim, pouca	Count	72	85	157
		% within Sexo	31,6%	35,9%	33,8%
	Não	Count	27	41	68
		% within Sexo	11,8%	17,3%	14,6%
Total	Count		228	237	465
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 19: **Oportunidade de contribuir com conhecimentos e técnicas
Tempo de Estadia em Portugal Crosstabulation**

			Tempo de Estadia em Portugal				Total
			menos de 1 ano	1-5 anos	6-10 anos	mais de 10 anos	
Oportunidade de contribuir com conhecimentos e técnicas	Sim, muita	Count	4	57	80	99	240
		% within Tempo de Estadia em Portugal	50,0%	58,8%	49,1%	49,5%	51,3%
	Sim, pouca	Count	2	25	62	71	160
		% within Tempo de Estadia em Portugal	25,0%	25,8%	38,0%	35,5%	34,2%
	Não	Count	2	15	21	30	68
		% within Tempo de Estadia em Portugal	25,0%	15,5%	12,9%	15,0%	14,5%
Total	Count		8	97	163	200	468
	% within Tempo de Estadia em Portugal		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

TABELA 20: **Profissão * Oportunidade de contribuir com conhecimentos e técnicas Crosstabulation**

		Oportunidade de contribuir com conhecimentos e técnicas			Total
		Sim, muita	Sim, pouca	Não	
Profissão	Empregado(a) Indústria	87	42	17	146
	Empregado(a) Serviços	63	53	5	121
	Quadro Técnico/Superior ou Investigador(a)	28	1	1	30
	Empresário(a)	5	4	1	10
	Conta Própria	10	5	2	17
	Doméstico(a)	14	29	22	65
	Desempregado(a)	5	8	9	22
	Outro	27	14	11	52
Total		239	156	68	463

Beneficiários de Remessas (Cabo Verde)

Tabela 1
Profissão vs Pensa juntar-se à família

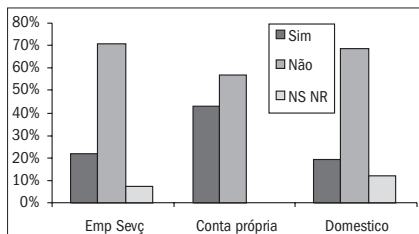


Tabela 2
Quanto tempo recebe RE vs Pensa juntar-se à família

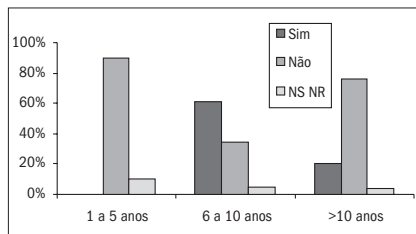


Tabela 3
Quanto tempo recebe RE vs Qual a frequência

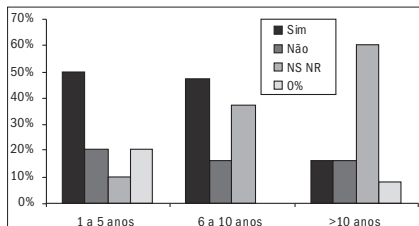


Tabela 4
Remessa via viajantes vs Qual a frequência

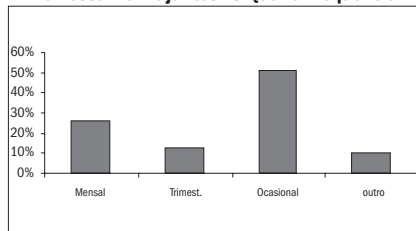


Tabela 5
Remessa via viajantes vs Apoio à família

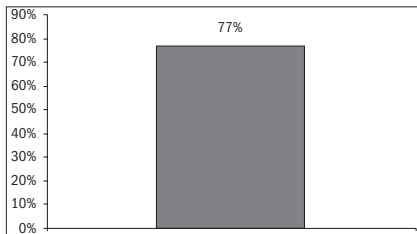


Tabela 6
Investimento em habitação vs Apoio à família

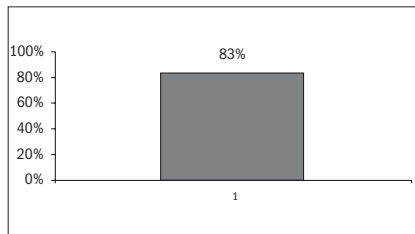


Tabela 7
Remessa destinada a Apoio à Família e à Saúde

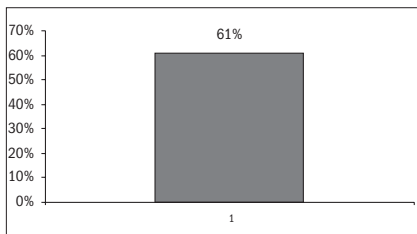


Tabela 8
Remessa destinada a Apoio à família e à Educação

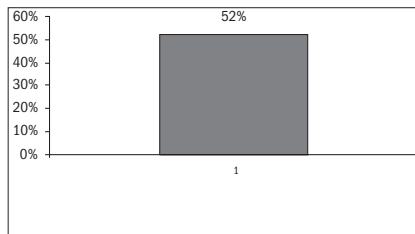


Tabela 9
Remessa destinada a Apoio à Família, à Saúde e à Educação

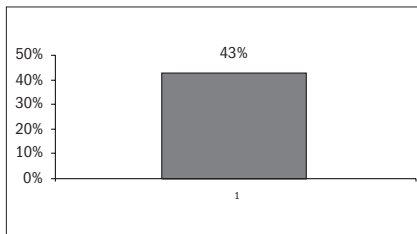


Tabela 10
Frequência dos Canais utilizados

